



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 087 – QUARTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^{(3),(4)}		
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^{(1),(5),(7)}
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ⁽²⁾		2º - João Durval - (PDT-BA)
		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14
Líder Renan Calheiros - PMDB ----- Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacó ⁽⁴⁶⁾ Sérgio Souza ⁽²⁹⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,36) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata ^(29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,45) ----- Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,36) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁶⁾ Amilal Diniz ⁽⁵⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lidice da Mata ^(29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,45)	Líder Jayme Campos - DEM ⁽³⁴⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(7,35) Lúcia Vânia ⁽³¹⁾ Mário Couto ⁽³²⁾ Paulo Bauer ^(6,33) ----- Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,33) Flexa Ribeiro ^(7,35) Líder do DEM - 4 José Agripino ^(23,14,43,48) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽³⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairn Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^(17,47,48) ----- Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairn Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴⁵⁾	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata ^(29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47,48)	PSOL - 1 Líder Randolfo Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerà a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLEDEN Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLEDEN Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 42330
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerà a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLEDEN nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLEDEN, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfo Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSBM Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairn Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPPPT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Amilal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lidice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro do Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jacó é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 42340
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM, Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formulação para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLEDEN, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSOL decidido de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUP/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Atuação Wagner de Aguiar Teodoro Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 101ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE JUNHO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 538, de 2012, de autoria do Senador Luiz Henrique, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 19 a 22 do corrente..... 25047

Nº 539, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Lopes, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 13 a 22 do corrente..... 25047

Nº 540, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça..... 25047

Nº 541, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes..... 25048

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Considerações acerca do transcurso, hoje, do Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil; e outro assunto..... 25049

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Satisfação pela absolvição, pela Comissão de Ética da Presidência da República, do ex-Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva; e outros assuntos..... 25053

SENADOR PAULO BAUER – Considerações acerca da utilização de recursos do imposto de renda retido na fonte por instituições beneficentes de direito privado. 25054

1.2.3 – Eleição de membro para compor, como Primeiro Suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Ofício nº 149/2012 – da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria)

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CASILDO MALDANER – Apelo ao Governo Federal para que envie ao Congresso Nacional o novo marco regulatório da Defesa Civil. 25056

SENADORA MARTA SUPLICY – Considerações acerca da criminalização da homofobia, destacando a 16ª Parada do Orgulho LGBT realizada em São Paulo no último domingo; e outro assunto. 25057

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro do transcurso, hoje, do Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil; e outro assunto.. 25060

SENADOR ANIBAL DINIZ – Considerações sobre a Conferência Rio+20..... 25060

SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa da transparência como um dos objetivos da moderna administração pública, destacando propostas de emenda à Constituição, em tramitação do Senado Federal, que cuidam do fim do voto secreto..... 25065

SENADOR PAULO DAVIM – Necessidade de adoção de medidas de efetivo combate às consequências do desenvolvimento industrial quando da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20..... 25070

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Destaque a leis que versam sobre a transparência dos gastos públicos no Brasil; e outro assunto. 25071

1.2.5 – Suspensão da sessão às 15 horas e 52 minutos e reabertura às 17 horas

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Reforço de debate sobre a política macroeconômica brasileira. 25072

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 542, de 2012, lido e aprovado nesta oportunidade) (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007 (nº 1.532/1999, na Casa de origem), que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. **Aprovado.** À sanção..... 25075

1.3.2 – Item 3 (Tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56 e 113, de 2011, itens 4 e 5, respectivamente) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Delcídio do Amaral, que acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transpor-

te interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado. Não houve oradores na quarta sessão de discussão em primeiro turno......

25076

1.3.3 – Item 4 (Tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 103 e 113, de 2011, itens 3 e 5, respectivamente) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico. Não houve oradores na quarta sessão de discussão em primeiro turno.*.....

25076

1.3.4 – Item 5 (Tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 103 e 56, de 2011, itens 3 e 4, respectivamente) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lobão Filho, que *altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte. Não houve oradores na quarta sessão de discussão em primeiro turno.*.....

25076

1.3.5 – Item 6 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 448, de 2012, do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 369 e 552, de 2011, que tramitam em conjunto, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (férias para empregados de uma mesma família). **Aprovado.**.....

25076

1.3.6 – Item 7 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 450, de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (veda promoção e comercialização de refeição rápida acompanhada de outras vantagens). **Aprovado.**.....

25076

1.3.7 – Item 8 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 472, de 2012, do Senador João Durval, solicitando a tramitação conjunta dos

Projetos de Lei do Senado nºs 155, de 2010; e, 577, de 2011 - Complementares, por regularem matéria correlata (adicional de insalubridade e aposentadoria especial a trabalhador que exerça atividades de coleta de lixo). **Aprovado.**.....

25076

1.3.8 – Item 9 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 476, de 2012, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 582, de 2011, além das Comissões constantes do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (obrigatoriedade de equipamentos elétricos e eletrônicos para uso doméstico serem bivolt). **Aprovado.**.....

25077

1.3.9 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 509, de 2012, do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 94, 447, de 2007; 135, de 2008; 242, 312, de 2009; 158, de 2010; 76, 569, de 2011; e 128, de 2012, por regularem matéria correlata (Isenção de Imposto de Renda). **Aprovado.**.....

25077

1.3.10 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Comunicação da Presidência

Em virtude de acordo das Lideranças, todas as sessões da próxima semana, serão não deliberativas.

25077

1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 543, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 22 do corrente.

25077

Nº 544, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 25 do corrente.

25077

Nº 545, de 2012, de autoria do Senador Paulo Davim, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 514, de 2012. **Deferido.**

25078

Nº 546, de 2012, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 18 a 22 do corrente.

25078

Nº 547, de 2012, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 413, de 2005; 172, de 2006 (e seu apenso); e 304, de 2009 (e seu apenso).

25078

Nº 548, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Sra. Sílvia de Oliveira.

25078

1.4.3 – Discursos

SENADOR WELLINGTON DIAS – Balanço dos trabalhos desenvolvidos pela subcomissão que acompanha o Programa Brasil sem Miséria; e outros assuntos.

25079

SENADOR *EDUARDO AMORIM*, como Líder – Defesa da redução das alíquotas do Imposto de Renda pago pelas pessoas físicas; e outros assuntos..... 25082

SENADOR *BLAIRO MAGGI* – Defesa do aumento de investimentos públicos em infraestrutura, especialmente no setor de transporte rodoviário e ferroviário..... 25083

1.4.4 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 534, de 2012, de autoria do Senador Romero Jucá. **Aprovado**. 25089

Requerimento nº 535, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião. **Aprovado**..... 25089

Requerimento nº 539, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Lopes. **Aprovado**. 25089

Requerimento nº 538, de 2012, de autoria do Senador Luiz Henrique. **Aprovado**..... 25089

Requerimento nº 543, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita. **Aprovado**. 25089

Requerimento nº 544, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita. **Aprovado**. 25089

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR *SÉRGIO PETECÃO*, como Líder – Expectativa com a apreciação, por esta Casa, do projeto de lei que restabelece o antigo fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas; e outro assunto..... 25090

SENADOR *PAULO PAIM* – Encaminhamento de carta da Federação dos Empresários; e outro assunto. 25092

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Registro dos debates e propostas que ocorrerão na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20..... 25093

1.4.6 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 546, de 2012, de autoria do Senador Cícero Lucena. **Aprovado**. 25096

1.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR *EDUARDO LOPES*, como Líder – Comentários acerca da importância da Cúpula Mundial dos Legisladores, evento paralelo à Rio+20. . 25096

SENADOR *JAYME CAMPOS*, como Líder – Satisfação com matéria jornalística que retrata o Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso, como exemplo de economia verde. 25099

SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Defesa da agilização do processo de transposição dos servidores do Estado de Rondônia para os quadros do Governo Federal; e outros assuntos... 25101

SENADOR *IVO CASSOL* – Denúncia contra o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia de desvio de dinheiro público e financiamento irregular de campanhas políticas; e outro assunto. 25103

SENADOR *RENAN CALHEIROS*, como Líder – Homenagem ao ex-Presidente do STJ, o alagoano Humberto Gomes de Barros, recentemente falecido..... 25106

1.4.8 – Comunicação

Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 568, de 2012 (**Ofício nº 147/2012**). *Designação do Deputado Ronaldo Caiado, como suplente, para compor a referida Comissão*. 25107

1.4.9 – Comunicações da Presidência

Recebimento dos Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao primeiro quadrimestre de 2012, dos seguintes Órgãos: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (**Ofício nº 374, de 2012, na origem**); Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (**Ofício nº 63, de 2012, na origem**); Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (**Ofício nº 261, de 2012, na origem**), Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (**Ofício nº 99, de 2012, na origem**). 25107

Recebimento do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre de 2012, do Conselho da Justiça Federal (**Ofício nº 41, de 2012-CN**). *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*. 25115

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 652, de 2011-Complementar; e 672, de 2011..... 25116

1.4.10 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana, que altera o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor, para proibir a cobrança de Tarifa de Cadastro e Abertura de Crédito. 25116

Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi, que altera o art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a isenção da contribuição previdenciária sobre os valores recebidos a título de aviso prévio indenizado.. 25117

Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior. 25120

Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2012-Complementar, de autoria do Senador Blairo Maggi, que altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para dar ampla transparência aos dados fiscais dos contribuintes. 25121

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que altera os arts. 27 e 116 da Lei nº 8.666, de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, para condicionar a contratação de pessoa jurídica pelo Poder Público à concessão de licença-maternidade de 6 (seis) meses às suas empregadas e dá outras providências..... 25123

Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *dispõe sobre o Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem e dá outras providências.* 25125

1.4.11 – Mensagens da Presidente da República

Nº 234, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2012, sancionado e transformado na Lei nº 12.656, de 2012..... 25126

Nº 235, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2012, sancionado e transformado na Lei nº 12.657, de 2012..... 25126

Nº 237, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2012, sancionado e transformado na Lei nº 12.659, de 2012. . 25126

Nº 238, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2012, sancionado e transformado na Lei nº 12.660, de 2012..... 25126

Nº 239, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2012, sancionado e transformado na Lei nº 12.661, de 2012..... 25127

Nº 240, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2011, sancionado e transformado na Lei nº 12.662, de 2012..... 25127

1.4.12 – Pareceres

Nº 668 e 669, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Mensagens nºs 36 e 37, de 2012, respectivamente. 25127

Nºs 670 e 671, de 2012, das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2007..... 25142

1.4.13 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (**Ofício nº 101/2012/CCT**). 25153

1.4.14 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Lembrança do transcurso, hoje, do Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil. 25153

SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Considerações sobre a campanha “Crack, é possível vencer”; e outro assunto. 25154

1.4.15 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 25154

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

2.1 – Ata Circunstanciada da 14ª Reunião, realizada em 5 de junho de 2012 25156

3 – ATA

3.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 571, de 2012. 25174

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de junho de 2012..... 25174

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 12.6.2012

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 25190

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 25195

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 25201

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 25206

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 25210

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 25220

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 25226

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 25232

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 25237

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 25242

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 25245

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 25247

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 25248

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 25249

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 25249

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 25250

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 25252

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 25254

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 25256

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)..... 25258

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 25261

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)..... 25263

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 25264

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. 25265

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 25269

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 25270

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 25271

Ata da 101ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 12 de junho de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 19 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

101ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 12/6/2012 07:40:23 até 12/6/2012 20:32:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSOB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X	
-	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PDT	BA	JOÃO DUARVAL	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUP LICY	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERREIRA	X	

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	

Compareceram: 72 Senadores

Emissão: 12/6/2012 20:30:54

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a sessão, havendo número regimental.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 538, DE 2012

Requeiro nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 40, § 1º, inciso II, alínea c do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar dos trabalhos, nos dias 19 a 22 de junho do corrente ano, com vista a participar, como membro da Comissão Externa para representar o Senado na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. – Senador **Luiz Henrique da Silveira**.

REQUERIMENTO Nº 539, DE 2012-PLEN

Requeiro, nos termos do art. 40 do RISF, autorização para me afastar dos trabalhos no período de 13 a 22 de junho, quando integrarei a Comissão Externa para representar o Senado Federal na “Conferência da Organização das Nações Unidas Rio+20”.

Sala das Sessões, de junho de 2012. – Senador **Eduardo Lopes**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 540, DE 2012

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao senhor Ministro da Justiça, as seguintes informações sobre a fiscalização e o controle mais intensivo no estado do Amazonas para coibir a prática de aliciamento de pessoas para as mais diversas atividades em países estrangeiros, onde tornam-se verdadeiros escravos de criminosos que fomentam esse tipo de atividade ilegal:

Há estudos específicos sobre a situação de tráfico de pessoas no Amazonas por parte deste Ministério ou de órgãos vinculados, como por exemplo, número de pessoas afetadas, faixa etária das vítimas, municípios a que pertencem dentre outras informações? Em caso afirmativo, solicita-se cópia integral.

Quais são as rotas do tráfico de pessoas identificadas que passam pelo estado do Amazonas?

Quais os investimentos a serem feitos no quadriênio 2011/2014 no sentido de coibir essa prática ilícita?

Há previsão de desenvolvimento de projetos específicos para o Amazonas tendo em vista as peculiaridades da região para aumentar a fiscalização, principalmente, nas zonas de fronteira identificadas como rota de tráfico de pessoas?

Há planejamento para desenvolver projetos de apoio às vítimas e seus familiares?

Quais as atividades a serem desenvolvidas através do Núcleo de Enfrentamento do tráfico de Pessoas no Amazonas?

Justificação

O tráfico internacional de pessoas e a prostituição infantil são práticas delituosas que a sociedade como um todo repudia de forma veemente, visto que prejudica, principalmente, as crianças e o seu normal crescimento, atingindo frontalmente os valores da família brasileira, princípios estes basilares da construção de qualquer ordenamento jurídico e, por isso, se caracteriza por ser um dos bens jurídicos mais importantes de toda constituição nacional.

O seu significado pode ser encontrado no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, documento este ratificado pela República Federativa do Brasil através do Decreto 5.017, de 12 de março de 2004, onde determina em seu artigo 3, a: Artigo 3º - Definições Para efeitos do presente Protocolo:

a) A expressão “tráfico de pessoas” significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;

Sendo assim, essa questão é de preocupação de todas as autoridades públicas brasileiras tendo-se em vista que há diversas práticas ilegais intimamente atreladas ao tráfico de pessoas, podendo-se citar, por exemplo, tráfico de drogas, comércio de órgãos, adoção ilegal, pornografia infantil, condutas gravíssimas e que cada vez mais estão afligindo a sociedade brasileira.

Somente para ter uma noção do tamanho da rede que envolve diversas pessoas e que tem uma tendência crescente nesses últimos anos se percebe quando visto que no Brasil, o tráfico de pessoas movimentada, aproximadamente, 32 bilhões de dólares por ano, segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), valores esses que superando o tráfico de drogas e do tráfico de armas.

Segundo ainda esse mesma instituição, no mundo 2,4 milhões de pessoas são vítimas dessa prática delituosa todos os anos, sendo que as mulheres e crianças representam 80% das pessoas que são subjugadas aos desígnios de criminosos que praticam o tráfico de seres humanos.

Desta forma, a fiscalização ostensiva realizada pela polícia brasileira, seja ela realizada de forma isolada ou em cooperação com outras entidades públicas ou privadas, como ONG's, associações dentre outras, tornam-se cada vez mais importantes no sentido de coibir a prática dessas condutas e buscar a devida punição aos infratores.

Nesse sentido, foram recentemente noticiados dados que mostram o aumento do número de casos de tráfico de pessoas no estado do Amazonas, onde dentro de um período de 2009 a 2011 foram registrados 33 novos casos, principalmente, de mulheres e crianças aliciadas para a prática de trabalho escravo no exterior.

Mister ressaltar que os índices entre as mulheres é recorrente, uma vez que muitas delas são arregimentadas para exploração sexual em diversos países como por exemplo nas Guianas, França, Espanha dentre outros.

No que concerne ao tráfico de pessoas destinado ao trabalho escravo mais especificamente, é possível falar que essa prática é mais comum dentro do próprio estado do Amazonas, onde jovens são iludidos com promessas de uma vida melhor e com mais perspectivas através do trabalho na capital amazonense, mas que, no entanto, quando chegam em Manaus se deparam com a situação de risco que se envolveram.

Fica evidente, portanto, a necessidade da rápida ação do governo brasileiro no sentido de impedir que jovens cidadãos brasileiros percam sua juventude, sua família e sua identidade cultural sendo exploradas de forma desumana em outros países em atividades que toda a sociedade repudia. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 541, DE 2012

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao senhor Ministro dos Transportes, no âmbito do De-

partamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, as seguintes informações sobre o volume de investimentos que já foram e ainda serão realizados na BR-319 para a sua conclusão:

Qual o planejamento já iniciado por esse Departamento para identificar os pontos de alagamento da rodovia?

Já foi realizado um estudo acerca das possibilidades de intervenções no trajeto da rodovia, como por exemplo, elevação dos níveis da pista a fim de que não seja atingida por outras enchentes?

Há previsão de se realizar intervenções na BR-319?

Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo governo federal para dar continuidade ao empreendimento? E ao que se devem tais dificuldades?

Quais são as pendências que ainda restam para finalizar as obras da rodovia?

Quais são as exigências do IBAMA que ainda não foram cumpridas pelo DNIT?

Cumpridas todas as exigências impostas pelo IBAMA para a liberação das licenças ambientais, qual será o tempo necessário e previsto para a finalização da recuperação da BR-319?

Justificação

A BR-319 surgiu ainda no século passado, mais especificamente no ano de 1973, quando foi inaugurada durante o regime militar brasileiro, dentro de um contexto histórico que visava a maior ocupação do território da Amazônia, que na época era pouco habitado.

Tal tática militar se fundamentava em uma preocupação com as inserções estrangeiras não autorizadas e até mesmo perda do território brasileiro ou invasões estrangeiras, desta forma, queria-se fazer uma série de obras de infraestrutura para ligar a região ao resto do país e, assim atrair o interesse de outros brasileiros nessa parte do território que até então era pouco explorado economicamente.

Por tais motivos, havia a necessidade de se agir de forma rápida, a fim de viabilizar a ocupação do território por outros brasileiros e, como consequência, a obra foi realizada as pressas, sem uma fundação de cascalho sob o asfalto, o que resultou, alguns anos depois, em uma rodovia intransitável na prática.

E como o abandono das décadas seguintes acabou-se por se ter uma rodovia federal com alguns trechos transitáveis, mas que não ligava mais o estado do Amazonas ao restante do país.

A sua importância advém da necessidade de interligar o estado do Amazonas ao resto do país por via terrestre, sendo esta a possibilidade menos dispendiosa aos cofres públicos, e mais ainda possibilitar o

desenvolvimento econômico da região sul do estado do Amazonas, que tem forte vocação agrícola e pecuária, em razão de uma porção de solo amazônico mais fértil.

Em seu percurso a rodovia passa pelos estados brasileiros do Amazonas e de Rondônia. E o trecho entre Manaus e a localidade de Havelândia (no limite de município entre Manicoré e Beruri) é concomitante com a BR-174. Sendo ela o principal meio de acesso a várias cidades do sul do Amazonas, tais como: Humaitá, Lábrea, Manicoré, Careiro, Manaquiri, Autazes, Careiro da Várzea, tendo como extensão total 880,4 km, dos quais 859,5 Km no Amazonas e 20,9 Km em Rondônia.

Nesse contexto, o governo federal no ano de 2005 anunciou a recuperação da totalidade da rodovia, onde as obras se iniciaram em 2008 com duas frentes de trabalho partindo dos extremos da rodovia.

Todavia, para que houvesse a recuperação do trecho intermediário da BR-319, entre os quilômetros 250 e 655,7, foi necessário elaborar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) executado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o qual foi finalizado no início de 2009.

E uma avaliação positiva do EIA pelo IBAMA permitiria a emissão das licenças ambientais para o início das obras. No entanto, devido a diversas inconsistências no estudo, o processo de licenciamento encontra-se paralisado.

Apesar disso, segundo informações amplamente noticiadas pela imprensa local o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT vem observando todas as determinações impostas pelo IBAMA para que a conclusão das obras de recuperação dessa importante rodovia saia o mais rapidamente possível.

Segundo informações, a única pendência restante para que o IBAMA possa liberar as licenças ambientais concernentes à conclusão das obras encontra-se em um estudo para o levantamento da fauna e flora a ser feito nos dois períodos climáticos percebidos na região, ou seja, tanto no período de chuvas como no de vazante.

Há de se observar, por fim, com as recentes cheias históricas a que os estados da região norte, principalmente, os do Acre e Amazonas têm sofrido, o planejamento e intervenções necessárias que devem ser realizadas na rodovia, tendo em vista que em 2012 os níveis de água chegaram a inundar e atingir diversos pontos da BR-319, paralisando o trânsito de veículos pequenos em alguns pontos e em outros paralisando totalmente a passagem de veículos.

Isso demonstra que além da necessidade premente de finalizar as obras dos trechos ainda pendentes, faz necessário organizar um planejamento para iden-

tificar os pontos mais frágeis da rodovia, para que no futuro próximo outras cheias não sejam capazes de causar tantos estragos à rodovia da forma como se viu em 2012.

Portanto, é necessário ponderar todos os interesses envolvidos, pois além de se desejar a preservação da natureza, faz-se mister também viabilizar o crescimento econômico e sustentável, preservando a diversidade biológica da região aliada ao desenvolvimento econômico de diversos produtores rurais já instalados na região e possibilitar a criação de parques nacionais e reservas biológicas.

Sala das Sessões, de junho de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa, para decisão)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Na nossa lista, primeiro está o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu estou inscrito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Comunicação inadiável, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Paim é o terceiro inscrito, e não tenho os outros dois presentes. Então, V. Exª vai poder escolher.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Comunicação inadiável, Senador Inácio Arruda.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela Liderança do meu Partido, após Ordem do Dia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª está inscrito, após a Ordem do Dia.

Primeiro, chamo Paulo Bauer; não se encontrando, Pedro Simon; não se encontrando Paulo Paim, como primeiro orador inscrito na Ordem do Dia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Marta Suplicy, eu encontrei V. Exª quando vinha ao plenário. Permita-me que diga de público o comentário que recebi de inúmeros telespectadores que estavam assistindo àquela sessão em que foi votada a questão das cotas. Do discurso de V. Exª, eu pedi cópia.

Quero cumprimentá-la pelo brilhante discurso em defesa, como sempre o faz, daqueles todos que são discriminados, combatendo todo tipo de preconceito. Fica aqui, em nome, não somente da comunidade negra, mas de negros e brancos, porque acho que a luta contra o preconceito é de todos. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento também os outros Senadores que tiveram uma posição idêntica a sua, inclusive a Senadora Relatora Ana Rita.

Sr^a Presidenta, quero falar rapidamente sobre o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. A ONU escolheu a erradicação do trabalho como uma das metas, dos objetivos do desenvolvimento do milênio.

O dia 12 de junho, Dia dos Namorados, hoje, foi escolhido como data-símbolo dessa luta que busca resgatar sonhos e esperanças de milhões de crianças e adolescentes.

A Convenção 182 da OIT, adotada pelo Brasil, determina que as piores formas de trabalho infantil devem ser eliminadas com urgência – todas devem ser eliminadas..

Mas, afinal, o que a OIT considera como a pior forma de trabalho infantil? Primeiramente, práticas análogas à escravidão, tais como a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas, incluindo o recrutamento forçado ou obrigatório com vistas a sua utilização em conflitos armados; segundo, a utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para fins de exploração sexual, de produção de material pornográfico ou de espetáculos desta natureza; terceiro: a utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para atividades ilícitas, nomeadamente para a produção e o tráfico de entorpecentes, tal como são definidos pelas convenções internacionais; quarto, trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são exercidos, são suscetíveis de prejuízo à saúde, segurança ou moralidade da criança.

No Brasil, Decreto nº 6.481, de 2008, definiu quais são os tipos de trabalho proibidos para todas as pessoas menores de 18 anos.

O nosso País avançou, nos últimos dez anos, no combate a esta terrível chaga que impregna a sociedade, mas é certo também que temos muito a fazer e avançar do ponto de vista de políticas públicas nesse sentido.

Conforme dados do Ministério Público do Trabalho, há cinco milhões de menores que ainda estão nesta situação em todo o País. No Rio Grande do Sul foram

constatadas cerca de 126 mil crianças, de cinco a 15 anos de idade que estão trabalhando.

Hoje pela manhã, foi lançada, no Ministério da Justiça, pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil a Campanha “Vamos acabar com o trabalho infantil” – Em defesa dos Direitos Humanos e da Justiça Social.

Já a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE, também se engajou nessa luta. A entidade defende a educação como instrumento poderoso na erradicação do trabalho infantil. Hoje ela está levando essa discussão para toda a comunidade escolar, através de debates, painéis, murais, manifestações artísticas, pesquisas, e, assim, dessa forma, ajudando a pavimentar um futuro mais digno em que a criança, como diz a frase, esteja na escola. O lugar da criança é na escola.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse registro no dia 12 de junho, Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, tem a ver inclusive com o Dia dos Namorados. Que todos possam ter, nesse dia, a dedicação plena pelo amor, pelo carinho, pelo respeito e pela defesa das nossas crianças.

Sr^a Presidenta, aproveitando ainda meus seis minutos, quero destacar que, hoje, a Comissão de Direitos Humanos realizou um debate sobre as barreiras comerciais impostas pela Argentina a produtos brasileiros, numa ótica de distribuição de renda, do emprego e também na ótica da Comissão de Trabalho e Previdência.

Na audiência, recebi da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul a seguinte correspondência:

Exmo. Sr. Paulo Paim,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para reiterar a preocupação do setor industrial em relação ao acirramento das barreiras argentinas. Enquanto em 2011 – mesmo com as barreiras – as exportações do Rio Grande do Sul para o vizinho país cresceram 17%, no ano corrente, até abril de 2012, as vendas gaúchas para o mesmo destino já caíram quase 10%.

E enquanto o Brasil acumulou um superávit de U\$ 5,85 bilhões com a Argentina no ano passado, o nosso estado [nesse mesmo período de 12 meses] registrou déficit de 2,08 bilhões neste período.

Depois da implementação da DJAI (Declaração Jurada Antecipada de Importação) no dia 1º de fevereiro, diversos segmentos vêm apresentando quedas superiores a 50% nas exportações. Os mais afetados são ferramentas e cutelaria (queda de 74%) e móveis

(61%), seguidos por borracha e suas obras (40%), máquinas e equipamentos (37%) e calçados (30%).

Na visão da Fiergs, o que mais preocupa é o conceito deste impasse comercial, que vem piorando ao longo do tempo. Entendemos como fundamental que o Governo brasileiro se posicione firmemente e adote uma postura ativa e concreta, através de medidas enfáticas e adotando outras soluções inovadoras [para esse impasse]. Assim, recomendamos que sejam levadas em consideração as seguintes propostas:

1) Eliminação imediata das barreiras informais, desleais e anticomércio [adotadas pela Argentina];

2) retirada das Licenças Não Automáticas aos produtos brasileiros;

3) cumprimento das regras da OMC, Mercosul e das negociações setoriais, que não são respeitadas por aquele país;

4) construção de uma agenda positiva bilateral;

5) fortalecimento do Sistema de Pagamento em Moeda Local (SML).

Aqui, diz o Presidente da Fiergs, mais uma vez, que ele se encontra totalmente à disposição para participar de debates, diálogos, na busca de uma construção positiva, coletiva para que consigamos diminuir esse enorme prejuízo que está tendo o Rio Grande, quando inúmeras empresas estão saindo desse Estado para, inclusive, se instalarem na Argentina.

Sr^a Presidenta, a queda de aproximadamente, como disse, 10% nas exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina, nos primeiros quatro meses deste ano, seria ainda muito maior, se não fosse o aumento das exportações de produtos químicos orgânicos e de alumínio, além do setor automotivo, que tiveram um pequeno crescimento.

O impacto das barreiras comerciais argentinas à economia gaúcha, há um ano, era visto em dois setores: o de móveis e o de máquinas e aparelhos elétricos. Os demais segmentos da economia mantinham as exportações.

Este ano, segundo a Fiergs, 36 dos 62 setores de exportação gaúchos apresentaram déficit nas exportações.

A implementação, como dizia, da Declaração Jurada Antecipada de Importação, adotada a partir de 1º de fevereiro pelo país portenho, tem dado resultados muito negativos para o Rio Grande.

Além da declaração, o governo argentino vem adotando outras medidas protecionistas que preocu-

pam a todos. Uma delas foi o plano um por um, que determina que, para cada dólar importado, é exigida a exportação no mesmo valor.

No debate realizado, hoje, pela Comissão de Direitos Humanos, tivemos alguns encaminhamentos, e ficou decidido que faremos mais uma audiência pública com a representação das centrais, confederações e sindicatos dos trabalhadores das regiões mais afetadas do Rio Grande; ainda uma audiência pública com o Ministro da Indústria e Comércio, Fernando Pimentel; e vamos tentar também um contato com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e com a própria Presidenta da República.

Era isso, Sr^a Presidenta. Agradeço a V. Ex^a.

Apresentei e comentei também, na íntegra, os meus dois registros.

Obrigado, Sr^a Presidenta.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre o 12 de Junho – Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ONU escolheu a erradicação do trabalho infantil como uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O dia 12 de junho, hoje, foi escolhido como data símbolo dessa luta que busca resgatar sonhos e esperanças de milhões de crianças e adolescentes.

A Convenção 182 da OIT, adotada pelo Brasil, determina que as piores formas de trabalho infantil, devem ser eliminadas com urgência.

E o que são afinal consideradas piores formas de trabalho infantil?

Primeira: práticas análogas à escravidão, tais como a venda e o tráfico de crianças, a

servidão por dívidas, incluindo o recrutamento forçado ou obrigatório com vista à sua utilização em conflitos armados;

Segunda: a utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para fins de exploração sexual, de produção de material pornográfico ou de espetáculos desta natureza;

Terceira: A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para atividades ilícitas, nomeadamente para a produção e o tráfico de

entorpecentes, tal como são definidos pelas convenções internacionais;

Quarta: Os trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são exercidos, são suscetíveis de prejuízo à saúde, segurança ou moralidade da criança.

No Brasil, Decreto 6.481 de 2008, definiu quais são os tipos de trabalho proibidos para todas as pessoas menores de 18 anos.

O nosso país avançou muito nos últimos dez anos no combate a esta terrível chaga que impregna a sociedade.

Mas é certo também que temos muito a fazer e avançar do ponto de vista de políticas públicas.

Conforme dados do Ministério Público do Trabalho há cinco milhões de menores que estão nesta situação em todo o país.

No Rio Grande do Sul existem cerca de, 126 mil crianças, de 5 a 15 anos de idade, trabalhando.

Sr. Presidente, gostaria de saudar duas iniciativas:

Hoje pela manhã, foi lançada, no Ministério da Justiça, pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil a Campanha “Vamos acabar com o trabalho infantil” – Em defesa dos Direitos Humanos e da Justiça Social.

Já a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) também está engajada nesta luta.

A entidade defende a educação como instrumento poderoso na erradicação do trabalho infantil.

Hoje ela está levando esta discussão para a comunidade escolar, através de debates, murais, manifestações artísticas, pesquisas, e, assim, dessa forma, ajudando a pavimentar um futuro mais digno.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, está feito o registro aqui: 12 de Junho – Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre acirramento das barreiras argentinas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizou um debate sobre as barreiras comerciais impostas pela Argentina aos produtos brasileiros.

Na audiência recebi, da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, a seguinte correspondência:

“Dirigimo-nos a Vossa Excelência para reiterar a preocupação do setor industrial em relação ao acirramento das barreiras argentinas. Enquanto em 2011 – mesmo com as barreiras – as exportações do Rio Grande do Sul para o vizinho país cresceram 17%, no ano corrente, até abril de 2012, as vendas gaúchas para o mesmo destino já caíram quase 10%.

E enquanto o Brasil acumulou um superávit de US\$ 5,85 bilhões com a Argentina no

ano passado, o nosso estado registrou déficit de 2,08 bilhões neste período.

Depois da implementação da DJAI (Declaração Jurada Antecipada de Importação) no dia 1º de fevereiro, diversos segmentos vêm apresentando quedas superiores a 50% nas exportações.

Os mais afetados são ferramentas e cutelaria (queda de 74%) e móveis (-61%), seguidos por borracha e suas obras (-40%), máquinas e equipamentos (-37%) e calçados (-30%).

Na visão da Fiergs, o que mais preocupa é o conceito deste impasse comercial, que vem piorando ao longo do tempo. Entendemos como fundamental que o Governo brasileiro se posicione firmemente e adote uma postura ativa e concreta, através de medidas enfáticas e adotando outras soluções inovadoras. Assim, recomendamos que sejam levadas em consideração as seguintes propostas:

1) Eliminação imediata das barreiras informais, desleais e anticomércio;

2) Retirada das Licenças Não Automáticas aos produtos brasileiros;

3) Cumprimento das regras da OMC, Mercosul, e das negociações setoriais;

4) Construção de uma agenda positiva bilateral;

5) Fortalecimento do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

Sem mais, ficamos à disposição para contribuir nos esforços de forma a atenuar esta situação extremamente prejudicial à economia rio-grandense”.

A presente carta, que acabei de ler, me foi encaminhada pelo presidente da FIERGS, Heitor José Müller.

Sr. Presidente, a situação está, de fato, preocupante.

A queda de aproximadamente dez por cento nas exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina nos primeiros quatro meses desse ano, seria ainda maior, não fosse o aumento das exportações de produtos químicos orgânicos e de alumínio, além do setor automotivo que tiveram um crescimento de mais de 50 por cento.

O impacto das barreiras comerciais argentinas à economia gaúcha, há um ano, era visto em dois setores: o de móveis e o de máquinas e aparelhos elétricos... Os demais segmentos da economia mantiveram as exportações alavancadas.

Esse ano, segundo a FIERGS, 36 dos 62 setores de exportação gaúchos apresentaram déficit nas exportações.

Meus caros Senadores e Senadoras, a implementação da Declaração Jurada Antecipada de Importação, adotada a partir de primeiro de fevereiro pelo país portenho, tem tido efeitos muito nocivos.

Além da declaração, o governo argentino vem adotando outras medidas protecionistas. Uma delas foi o plano um por um, que determina que para cada dólar importado é exigida a exportação no mesmo valor.

Na audiência realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, debatemos maneiras de diminuir os prejuízos das indústrias brasileiras ao protecionismo argentino.

A mesa foi composta por:

- Cláudio Affonso Amoretti Bier

Presidente - Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul

- Osmar Terra

Deputado Federal

- Nelson de Miranda Osório

Diretor Financeiro - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP

- Newton da Silva Marques

Economista

Professor - Universidade Federal de Brasília - UNB

- José Ricardo Costa e Silva

Economista

- Marcos O. Oderich

Diretor Comercial - ODERICH

Ficou decidido que será formada uma comissão de empresários dos RS com a Bancada Gaúcha no Congresso e formalizado à presidenta Dilma, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel e ao Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, um pedido de audiência para encontrar medidas para conter essa guerra comercial.

Sr. Presidente, a Argentina é o país que mais impõe barreiras às exportações brasileiras. Atualmente, são 30 medidas protecionistas adotadas. Precisamos encontrar meios de mudar esse cenário.

Era o que tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paim. V. Exª será atendido conforme o Regimento.

Quero agradecer as palavras que V. Exª proferiu a meu respeito na votação das cotas e dizer que essa luta pela discriminação em todas as áreas foi o que me levou a entrar no PT. Mais que tudo, quero dizer do brilhantismo, da persistência e da determinação de V. Exª na aprovação desse projeto de sua autoria, mais do que isso, da luta. Há quantos anos V. Exª está no Congresso Nacional, e aqui no Senado, usando dessa tribuna diariamente para falar sobre esse tema? Desde que estou aqui presidindo pelo menos é muito regular

o seu pronunciamento a favor dessa questão de direitos. Eu quero parabenizá-lo não só pelo exercício na presidência da Comissão de Direitos Humanos, mas por essa luta na questão das cotas. Essa vitória é sua e de ninguém mais. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A grandeza de V. Exª, permita-me que diga, por isso V. Exª é uma grande líder, porque os grandes líderes têm esse gesto nobre que V. Exª está tendo neste momento, já que V. Exª é considerada no País, no meu entendimento, a principal figura, a principal liderança em defesa dos direitos humanos e que luta contra todo tipo de preconceito. Parabéns a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada.

Agora temos o Senador Inácio Arruda, para uma comunicação inadiável.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, farei três breves comunicados que considero muito importantes e que são absolutamente inadiáveis.

Primeiro, o ex-ministro Orlando Silva foi absolutamente absolvido pela Comissão de Ética da Presidência da República. É um primeiro passo para desmontar toda uma farsa que resultou no seu afastamento do Ministério do Esporte e que mostra o vigor da posição de Orlando Silva, da sua firmeza em demonstrar a sua inocência, bem como o caráter manipulador de uma parte da mídia brasileira, que insuflou o País inteiro contra uma liderança juvenil negra, portanto, uma parte preconceituosa dessa mídia brasileira socialista, comunista. Todos esses fatores de preconceito se exacerbaram em parte dessa mídia, mas aos poucos Orlando vai mostrando o seu valor e o seu empenho em demonstrar a sua inocência e a forma transparente como sempre conduziu a coisa pública. É muito importante esse fato que vai marcando a trajetória do Orlando como gente de bem do nosso País, com grande capacidade e com grande habilidade política.

Segundo, Srª Presidente, quero registrar a realização, em São Paulo, no fim de semana que passou, na sexta-feira e no sábado, da 3ª Assembleia Nacional do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz. O Cebrapaz é uma organização vinculada ao Conselho Mundial da Paz e realiza, sistematicamente, um debate em defesa da autodeterminação dos povos, da soberania das nações e contra a ingerência imperialista, patrocinadora de guerras, invasões, ocupações, tentativas de derrubar governos e submeter nações no mundo atual.

Quero cumprimentar a nossa colega Socorro Gomes, que foi reconduzida para mais um mandato à

frente do Cebrapaz. A nossa colega aqui do Congresso Nacional, Deputada por vários mandatos pelo Estado do Pará, também presidente do Conselho Mundial da Paz, já, por várias oportunidades, esteve aqui no Senado Federal defendendo as posições dessa instituição lutadora pela paz no mundo.

Terceiro, Sr^a Presidente, quero registrar que, no sábado, participei, ao lado de várias autoridades, do congresso da União da Juventude Socialista (UJS), uma instituição também que já vai marcando história no nosso País.

Quero lembrar que, na Constituinte, eu, que estive aqui no plenário da Assembleia Nacional Constituinte – não como parlamentar, mas como liderança do movimento social, do movimento popular –, encontrei aqui já a Juventude, conduzida naquela época pelo então presidente, primeiro presidente da entidade, Aldo Rebelo, defendendo o voto aos 16 anos, o que foi uma grande conquista da Assembleia Nacional Constituinte.

Quero registrar que participei daquele congresso, do 16º Congresso Nacional da UJS, e é muito interessante entender, compreender o porquê das agressões a instituições como UNE, como Ubes, como o movimento social. O plenário, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do Teatro na Universidade Estadual do Rio de Janeiro estava absolutamente lotado, com milhares de jovens de todos os Estados do Brasil que abraçam a causa socialista. Diante de tantas opções, diante de um bombardeio midiático de oportunidades individualistas e de legendas partidárias e de caminhos os mais distintos nesse mundo e principalmente no nosso País, um país capitalista, essa parte significativa da juventude brasileira faz a opção pelo socialismo. Isso tem grande significado e mostra as razões pelas quais a mesma mídia que atacou Orlando Silva, que ataca muitas vezes as ações de governo democrático e popular também age para tentar impedir a ascensão desses setores sociais e tão significativos.

Portanto, quero cumprimentar os novos dirigentes da UJS que realizaram o seu 16º Congresso, um congresso gigantesco...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Estou concluindo, Sr^a Presidente.

Um congresso especialíssimo, uma grande festa democrática, popular e com este ideário, o ideário do socialismo em voga no meio da juventude brasileira.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Bauer, como orador inscrito.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimentando a todos, compareço a esta tribuna no momento em que também está presente no plenário desta Casa, na galeria de honra, o Prefeito Municipal de Criciúma, o nosso companheiro Clésio Salvaro, um dos grandes prefeitos de Santa Catarina, que inclusive comemora neste momento um índice de aprovação da administração que faz naquele Município superior a 90%, conforme os mais abalizados institutos de pesquisa.

Portanto, eu o saúdo, bem como o nosso Vereador, representante da Câmara Municipal de Vereadores daquela bela e grande cidade de Criciúma, no Sul de Santa Catarina.

Sr^a Presidente, eu compareço a esta tribuna para fazer uma reivindicação e também um esclarecimento.

Na semana anterior à última, nós fomos convocados, todos os Senadores de Santa Catarina e os Deputados da Bancada daquele Estado, para uma audiência, para uma reunião com a Ministra das Relações Institucionais, a ex-Senadora Ideli Salvatti.

Naquela reunião, Senador Valdir Raupp, foi apresentada a toda a bancada catarinense uma proposição relacionada a uma questão que está deixando a nossa sociedade e o nosso Estado bastante apreensivo. Trata-se da utilização dos recursos do Imposto de Renda Retido na Fonte por instituições beneficentes, por instituições públicas de direito privado, e que precisam definir a sua situação jurídica e fiscal, sob pena de não terem acesso a financiamentos, não terem acesso a recursos públicos para a continuidade de suas atividades, uma vez que não conseguem, Senador Casildo Maldaner, o certificado de regularidade com relação ao pagamento de tributos e de impostos federais.

Aquelas instituições em Santa Catarina, principalmente as relacionadas à área do ensino superior, estão todas abrigadas sob uma única entidade chamada Acafe – Associação Catarinense das Fundações Educacionais. Essas universidades e fundações educacionais, durante muitos anos, prestaram relevantes serviços à Santa Catarina e à sociedade catarinense. Para que V. Ex^{as} tenham noção, são dezessete instituições de ensino superior, que, hoje, integram e compõem o Sistema Acafe. Atendem e oferecem ensino de alta qualidade para mais de 130 mil alunos em todas as regiões do Estado de Santa Catarina. Empregam mais de nove mil professores, mestres e doutores. São instituições que têm uma vida, uma história dedicada ao progresso de Santa Catarina.

É preciso mencionar: quando o Governo Federal não atendeu aos pleitos catarinenses e não instalou, em nosso Estado, os cursos superiores públicos que

nós reivindicávamos, coube à comunidade, coube às prefeituras municipais, coube à classe acadêmica buscar a solução para a oferta do ensino superior de qualidade. Isso foi lá no final dos anos 60 e se acentuou depois dos anos 70, quando várias instituições foram criadas pelo Poder Público, pelos governos municipais. E, a partir da sua criação, da sua instalação, em patrimônio público, inclusive, essas instituições começaram a oferecer em todas as regiões de Santa Catarina cursos de formação superior, de nível superior, formando a mão de obra que faz o nosso Estado ser um Estado de sucesso, um Estado referência para o Brasil.

Não foi de graça, não. Não foi com benesse de Governo. Não foi com recursos de emenda parlamentar ou coisa parecida. Foi com o trabalho de todas as administrações públicas de Santa Catarina. Foi com o apoio do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa. Foi com o apoio e o trabalho de muitos grandes líderes políticos, entre os quais eu me incluo modestamente, já que fui Vice-Governador do Estado, fui duas vezes Secretário de Educação de Santa Catarina e também fui Deputado Estadual Constituinte, que inseriu na Constituição do Estado um artigo que garantia o repasse de recursos mensais às instituições de ensino superior a partir de 1989.

Ora, a Constituição de 1988 é muito explícita. Ela diz que toda instituição beneficente deve recolher dos seus servidores, dos seus contratados o Imposto de Renda Retido na Fonte, que é legal, que é estabelecido por lei federal. E esse dinheiro recolhido da folha de pagamento dos seus funcionários deve voltar para a instituição na forma de investimento, depois de aprovado, de acordo com os critérios da legislação municipal, inclusive com a votação da matéria pela Câmara Municipal de Vereadores.

Por essa razão, Sr^a Presidente Marta Suplicy, as instituições de ensino superior de Santa Catarina não recolheram esse Imposto de Renda Retido da Fonte para a Receita Federal, para o Governo central, para o Governo da União. E, de repente, de dois três anos para cá, elas foram visitadas pelos fiscais da Receita Federal, que, sob o pretexto de que essas instituições não são mantidas pelo Poder Público, multaram as instituições, exigindo o pagamento imediato dos valores. Isso, em Santa Catarina, significa mais de R\$1 bilhão.

Obviamente, o assunto tomou conta do debate político, e nos preocupou a todos. Trouxe o assunto à discussão nos vários órgãos do Governo Federal. De repente, na semana retrasada, a nossa Ministra catarinense Ideli Salvatti sugeriu, ouvida a Presidente da República, conforme ela mesma relatou, que nós fizéssemos, na Medida Provisória nº 559, que está sendo votada na Câmara dos Deputados, a inscrição de um

artigo que permitisse que essa dívida das instituições catarinenses fosse convertida em bolsas de estudo para os seus alunos pelos próximos 15 anos.

Agora, vejam V. Ex^{as}. Para que isso possa ser feito, é necessário que o reitor da instituição, o dirigente da instituição assine uma confissão de dívida e fique responsável pela oferta e pela execução do programa de bolsas por longos 15 anos. Ou seja, ele fica responsável pessoalmente, como pessoa física. Isso é inaceitável, não pode ser praticado, nem pode ser a solução desse problema. Ademais, quero destacar que, se a Constituição Federal permitiu esse mecanismo, foi para beneficiar instituições que prestam bons e relevantes serviços ao País – no caso de Santa Catarina, a educação.

Vejam V. Ex^{as}, e é isto que quero pedir aqui a todos. Quero fazer um apelo, quero pedir que a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo nosso querido amigo, o Senador Delcídio Gomes do Amaral, paute com a maior brevidade possível uma matéria que está tramitando naquela Comissão. Paute e que o nosso querido Senador Relator, incumbido de apresentar o seu relatório, o faça no menor prazo possível para que tenhamos esse assunto equacionado.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado de nº 206, de 2010, de autoria da Sr^a Senadora Ideli Salvatti. Esse projeto de lei está sendo relatado pelo Senador Romero Jucá, já foi aprovado na Comissão de Educação e – pasmem, V. Ex^{as}! – propõe o zeramento desse débito, propõe que ele não exista mais, Senador Casildo! A mesma Ministra que hoje quer transformar o débito em conta a pagar em 15 anos por meio de bolsas de estudo, no ano de 2010, desta tribuna – porque aqui ela estava cumprindo o seu mandato –, propunha o zeramento do débito. Eu só peço à Casa, que o Senador Delcídio, que o Senador Romero Jucá, que os Líderes desta Casa pautem a matéria na CAE, em que ela é terminativa, e votem porque, se lá for aprovada, como já o foi na Comissão de Educação, ela irá para a Câmara dos Deputados. Lá, com certeza, a Bancada catarinense, que não vai concordar, não pode concordar com a inserção na Medida Provisória nº 559 desse mecanismo de verdadeira afronta à Constituição, ao sistema universitário de Santa Catarina, não vai ser aprovado, com o apoio dos Deputados de Santa Catarina.

Hoje mesmo, pela manhã, eu falei com o Deputado Federal Esperidião Amin, ex-Senador, ex-Governador, e ele mostrava sua indignação, e o Deputado Onofre Agostini também. Nós não podemos permitir essa maldade contra Santa Catarina, Senadora Ana Amélia, nem contra o Brasil. Se a dívida não é dívi-

da, então, ela não pode ser rolada, ela não pode ser postergada.

Por isso peço que esta Casa, que a CAE, que o Senador Romero Jucá, ajudem a votar a matéria proposta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Bauer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Comunico a indicação do Senador Sérgio Souza como 1º Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o Ofício:

Of. GLPMDB nº 149/2012

Brasília, 12 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Sérgio Souza, como primeiro Suplente, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente Marta Suplicy, caros colegas, amanhã terá início, no Rio de Janeiro, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, que reunirá chefes de Estado e de governo e entidades da sociedade civil, como ONGs, universidades, institutos. O objetivo é renovar e aprimorar os compromissos assumidos na Eco-92, histórica conferência realizada há 20 anos, também na capital carioca.

O encontro é extremamente relevante e pode dar contribuições na permanente busca do desenvolvimento sustentável, ou seja, do crescimento econômico aliado à preservação ambiental.

Nesse sentido, há duas ações em curso aqui, no Senado, que não podem ficar de lado neste importante debate no âmbito nacional. O primeiro deles diz respeito à Defesa Civil.

Na semana passada – aqui quero recordar –, tivemos a satisfação de participar do encontro que a Defesa Civil, o Ministério da Integração Nacional realizou no Rio de Janeiro. Mais de mil participantes de todo o País estiveram nesse congresso, discutindo

sobre novos paradigmas da Defesa Civil no País, discutindo novas saídas, discutindo o que é melhor para preservarmos, o que é mais sustentável, como temos que enfrentar isso.

E, como nesta Casa houve uma comissão que trabalhou durante vários meses no ano passado, cuja presidência estava a cargo do eminente Senador Jorge Viana, culminando, neste mês de abril, com um relatório dessa proposta, o qual coube à nossa pessoa, fomos representar o Senado nesse encontro nacional, no Rio de Janeiro. E a Câmara, pelo eminente Deputado Glauber Braga, que foi o Relator naquela Casa, fez, da mesma forma, a representação.

Eu diria que o projeto é amplo, prevendo mudanças profundas na forma de atuação e nas políticas públicas do setor. No entanto, é possível resumir a questão em uma única frase: a mudança de paradigma das ações, passando da reconstrução para a prevenção. Assim foi que culminou a comissão aqui, no Senado e na Câmara. Culminamos com a proposta que tramita na Casa de, em vez de ficarmos na reestruturação, na recomposição, mirarmos mais na prevenção. Esse é o novo paradigma da Defesa Civil no Brasil. Nisso foi que culminou, no Rio, na última semana, esse grande encontro.

Neste ponto exato está a intersecção entre Rio+20 e Defesa Civil. Aí queremos fazer um *link* da Rio+20, que começa nesta semana, com o que houve na última semana, quer dizer, no encontro da Defesa Civil nacional. É um *link* muito ligado, é um preâmbulo, eu diria uma antessala para o que vamos enfrentar nesses próximos dias da Rio+20.

Ora, as políticas preventivas de Defesa preveem, por exemplo, a reserva de uma área de 20 metros quadrados por habitante nos centros urbanos, evitando a impermeabilização dos solos.

O mapeamento de áreas de risco, muitas vezes em encostas, nada mais é do que uma política sustentável de desenvolvimento urbano. Os temas se coadunam e assim devem caminhar.

Essa ligação é ampliada pelas discussões a respeito do novo Código Florestal, novamente em análise nesta Casa, por meio da MP 571, de 2012, com a relatoria do nobre colega catarinense Luiz Henrique. Nosso desejo, como já foi na versão por nós aprovada anteriormente, é fazer valer uma legislação inovadora e eficaz, que permita o crescimento econômico, mas com preservação de nossos biomas.

O texto do Projeto de Lei 754, de 2011, prevê o que podemos chamar de urbanização do Código Florestal, ou seja, ampliar este mesmo conceito de desenvolvimento sustentável aos nossos centros urbanos.

Recordei, durante o Fórum de Defesa Civil, e não posso deixar de fazê-lo aqui: em abril deste ano, foi aprovada neste plenário a MP 547, de 2011, da qual tive a honra, como disse antes, de ser o relator. A lei, entre outras coisas, definiu a Política Nacional de Defesa Civil, estabelecendo algumas diretrizes de ocupação do solo urbano, além de criar o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres, essencial na proteção de vidas e prevenção de catástrofes.

Ficou faltando um “detalhe” vital: a definição das fontes de recursos para execução dessas ações e, nesse campo, a alteração da legislação visando ações preventivas. Sem essa previsão orçamentária não é possível executar qualquer tipo de programa em Defesa Civil.

O compromisso assumido pelo Governo, naquele momento, que permitiu a aprovação da MP, mesmo cientes da lacuna, era de enviar ao Congresso Nacional uma nova MP, esta, sim, completa, em que seria possível incluir a mudança nas fontes e na forma de aplicação dos recursos para a Defesa Civil neste País, não só com a descentralização nacional, mas também privilegiando as Defesas Cíveis estaduais e igualmente as Defesas Cíveis nos Municípios brasileiros, desde que, obviamente, organizadas em todos os lugares.

Neste momento em que discutimos Código Florestal e, perante nações de todo o mundo, na Rio+20, os rumos do desenvolvimento sustentável, faço um convite ao Governo Federal. Faço até um apelo. Eu recorro, para renovar um compromisso que o Governo tinha assumido conosco: seria ótimo brindarmos a conclusão da conferência no Rio de Janeiro com o envio ao Parlamento da proposta do novo marco regulatório da Defesa Civil. Repito. Neste momento em que discutimos o Código Florestal e, perante nações de todo o mundo, na Rio+20, os rumos do desenvolvimento sustentável, faço um convite ao Governo Federal: seria ótimo brindarmos a conclusão da conferência no Rio de Janeiro com o envio ao Parlamento da proposta do novo marco regulatório da Defesa Civil. Fecharíamos com chave de ouro, garantindo aos brasileiros segurança contra as catástrofes climáticas, protegendo vidas e o meio ambiente.

Faço essa exposição, trago essas considerações, nobre Presidente Marta Suplicy e caros colegas, em função de que, a partir desta semana, abre-se no Rio, culminando até o próximo dia 22, a conferência internacional, a Rio+20, onde representantes, autoridades de cento e poucas nações vão comparecer para discutir uma nova saída para o mundo em termos de sustentação, em termos de meio ambiente, em termos de respiração, de termos mais vida, um mundo melhor, mais saúde, mais longevidade, debatendo como

preservarmos as questões do mundo, quais são os melhores exemplos, como podemos colocar isso em prática. Como nós estamos trabalhando em cima disso aqui, como dever de casa, no Brasil, ainda temos alguma coisa para fazer.

E como é compromisso do Governo mandar-nos esse novo marco regulatório de Defesa Civil no País, e é para ser agora, eu diria que nós fecharíamos um dever de casa, fecharíamos a Rio+20 com uma chave de ouro com esse marco regulatório para completarmos as fontes de como fazemos um novo paradigma da Defesa Civil. Se completássemos isso com o término da Rio+20, acho que seria alguma coisa extraordinária.

Por isso eu concluo com esse apelo, com esse convite, recordando, com o nosso Líder do Governo, por meio do nosso encontro com a Chefe da Casa Civil, Senadora Gleisi Hoffmann, o pedido de construirmos, em sintonia com a Casa Civil, com o Ministério da Integração Nacional, com quem a Comissão já está trabalhando, de que pudéssemos culminar, na próxima semana, com a Rio+20, com o envio desse novo marco regulatório da Defesa Civil do País. Com certeza começaríamos uma nova era nessa questão no País inteiro.

Essas são as considerações que faço, nobre Presidente, caros colegas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Casildo.

Peço a V. Exª que assuma a Presidência enquanto faço uso da palavra.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com muita honra assumo momentaneamente a Presidência da Mesa Diretora do Senado Federal e concedo a palavra à eminente Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Prezados Senadores, Senadoras, visitantes e ouvintes da Rádio e TV Senado, nesta semana, especialmente domingo e segunda-feira, em São Paulo, houve muito movimento. Primeiro, tivemos a parada *gay* na Avenida Paulista, onde o que me chamou a atenção foi que, desta vez, o mote era o combate à homofobia: “homofobia tem cura: educação e criminalização”, com o que concordo plenamente.

Acredito que essas questões têm que passar pela escola. E é discutível a melhor maneira de se fazer isso, mas a escola é um lugar onde se trabalham

essas questões. Ali se trabalha a questão de racismo, trabalha-se a questão de machismo e trabalha-se também a questão de preconceito e violência contra qualquer pessoa. Então, a educação é um lugar importante, assim como a televisão. Na medida em que se veem na televisão pessoas discriminando ou fazendo pouco de uma pessoa negra, hoje isso já é crime. Então, não temos mais preconceito explícito na televisão porque hoje é crime. Em relação a homossexuais não é crime; então isso ainda existe na televisão.

Daí a importância da criminalização ser enorme, porque as pessoas passam a ser muito mais cientes do que podem ou não fazer. A gente sabe que lei não muda comportamento, mas ajuda a diminuir o preconceito e diminui, sim, o comportamento violento, pois a pessoa vai pensar muito antes de praticar algo que a faça ir para cadeia.

Agora mesmo tomei conhecimento de que a Comissão que está estudando o Código Penal, Senador Casildo, pensa em considerar o crime de racismo como hediondo. Então, vemos que a sociedade, cada vez mais, aceita menos o preconceito em seu seio.

A parada existe há 16 anos. Quando começou, foi feita uma reunião com cerca de trezentas pessoas alguns meses antes, e se resolveu realizar a parada – na época, não era parada, mas uma manifestação na Avenida Paulista –, porque os *skinheads* estavam perseguindo e matando homossexuais. As pessoas, sentindo-se ameaçadas, resolveram fazer uma manifestação pública de repúdio a esse ato de violência. Mas o que me chama a atenção, Senador Casildo, é que, dezesseis anos depois, o mote da parada ainda é a criminalização da homofobia.

Então, vemos que pouco se andou, apesar de a sociedade civil ter caminhado. Hoje não temos o mesmo preconceito. Fiz o programa TV Mulher há 31 anos, um programa sobre todas essas questões relativas à sexualidade, e me lembro que o preconceito era muito mais arraigado. Havia outro tipo de manifestação. Hoje, há setores localizados na sociedade que têm preconceito, revestido de diferentes formas, mas preconceito, o que acaba gerando uma radicalização na sociedade a cada possibilidade de avanço da questão homossexual.

Fiquei muito feliz, na semana passada, com a aprovação, na Comissão de Direitos Humanos, da mudança de um artigo do Código do Civil, fruto de uma decisão do STF, de passar de “união entre homem e mulher” para “união entre pessoas”, sem discriminar. E já o Supremo Tribunal Federal se colocou favorável à mudança, ou seja, já se posicionou favorável em relação à união estável homoafetiva, com os mesmos direitos dos heterossexuais. Agora, tentaremos o mesmo no

Código Civil por meio de matéria que será votada na Comissão de Constituição e Justiça.

Mudando de água para vinho, outra questão que eu gostaria de trazer hoje é relativa ao transporte metropolitano. Essa questão tem preocupado muito todos aqueles que moram em grandes cidades, porque, quanto maior a região metropolitana, mais difícil é essa conversa. Por exemplo, em São Paulo, que tem uma região metropolitana com 38 Municípios, a conversa entre todas as Prefeituras com a Capital é complicada; é complicado fazer uma tarifa única; é complicado fazer o ônibus intermunicipal, e quem acaba perdendo é sempre o cidadão com o alto custo do transporte.

A esse respeito, por iniciativa do Deputado Filipe – e foi interessante, porque também fui convidada e pude falar –, foi realizado um seminário internacional com convidados americanos, representantes de Los Angeles e Portland, cidades onde há problemas semelhantes aos nossos. Agora, o que eu gostaria de dizer é que temos, no Brasil, 39 regiões metropolitanas, que envolvem 482 Municípios. Sabem quantas pessoas moram nas regiões metropolitanas no Brasil? Cerca de 106 milhões de brasileiros, o que vem a ser mais da metade da população brasileira – 58% dos brasileiros moram nessas grandes regiões – e não temos políticas comuns. Eu diria que não temos nem política de segurança, porque o bandido assalta em São Bernardo, foge para a Capital, e, aí, já se cria uma confusão para a perseguição do bandido. Como também não se tem política para o lixo. Às vezes, uma Capital coloca o lixo na outra Cidade. Então, você teria que ter políticas comuns para tudo isso vistas de forma metropolitana.

Mas eu diria que – e, agora, focando no transporte – o que afeta o cidadão no cotidiano é o transporte. Por exemplo, venho de uma Cidade, a Cidade de São Paulo, em que uma pessoa que mora na Zona Leste, em Itaim Paulista, por exemplo, demora duas horas e meia para chegar ao trabalho no centro da Cidade, ou seja, ela passa cinco horas dentro de um ônibus. Dá para imaginar alguém passar cinco horas dentro de um ônibus? Não dá; não é correto isso. Então, temos de ter uma política para mudar.

Assim como São Paulo está nessa situação, outros lugares do Brasil, as 39 regiões metropolitanas do Brasil, se não estão já agora, e muitas já estão – não com cinco horas dentro do ônibus, mas com duas horas dentro do ônibus –, com a evolução no Brasil, com o crescimento, a pujança econômica que temos, vão chegar numa situação parecida, e não precisamos chegar a esse ponto. Temos que fazer ações antes.

Agora, o PAC vai investir R\$32 bilhões em ações de transporte. Muito bem, são 51 Municípios contemplados no PAC II. A região metropolitana de São Paulo

vai ficar com muito pouco. Só para a Copa, para mais de cinquenta projetos, serão R\$12 bilhões, ficando São Paulo apenas com R\$2 bilhões. Eu acredito que, para uma região como São Paulo, é muito pouco recurso.

Temos ali uma região que vive, hoje, um descalabro, porque, quando se fala... E estou falando das cinco horas que o indivíduo passa dentro do ônibus, que é uma qualidade de vida péssima. E a gente tem que ver também como São Paulo tem perdido em termos de crescimento em relação aos outros Estados. Por quê? Pelo custo São Paulo: o custo do pedágio para o interior, que é absurdo, mas o custo do tempo no transporte na cidade.

Em relação à capital, por exemplo, que tem todos os benefícios de uma grande capital como São Paulo, a quarta maior cidade do mundo, quando se vai fazer um investimento e ver o que você vai gastar de transporte, de tempo, de custo na capital, você resolve não ir para lá. Então, em termos de recursos, são bilhões que São Paulo está perdendo por não se estar colocando esse recurso no transporte e não se ter esse olhar também, que todos temos que ter, para essa questão da mobilidade urbana.

Hoje, por exemplo, o ritmo de desenvolvimento de São Paulo, Senador Capiberibe, é menor do que Norte, Nordeste e Sul, ou até mesmo de outras regiões metropolitanas do Sudeste como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória, no Espírito Santo, e tudo isso tem haver com essa dificuldade relacionada à mobilidade urbana.

E nós temos que ver que o Poder Público, principalmente na capital, tem priorizado o transporte individual em detrimento do transporte coletivo, o que é prejudicial, também, para as pessoas mais pobres que usam ônibus. E o Governo do Estado de São Paulo, por exemplo, tenta reorganizar a região metropolitana, mas são ações isoladas, sem planejamento geral. Ocorre que o transporte metropolitano não pode ser pensado em termos de “eu vou fazer isso aqui agora”; ele tem que ser pensado como um todo, para 10 anos, quiçá 20. Eu não diria 20, até porque o mundo está mudando tão rapidamente que, se você pensar 20 anos à frente, não vai chegar lá. Eu acho que 10 anos já seria um bom tempo para se pensar o transporte, ou ainda, pensar 20 em termos de planejamento com revisões a cada cinco anos.

E isso a gente não vê acontecer, Mas, se você não tem esse planejamento na questão do transporte, você não faz metrô com rapidez, você não faz corredor de ônibus assim. Quando você resolve fazer uma via, verá que aquela região já está toda povoada, e sai dez vezes mais caro você ter que desapropriar, às vezes quarteirões e quarteirões de prédios, do que você ter

isso planejado e fazer a desapropriação quando aquilo ainda não tem aquele valor tão grande.

Agora, no caso de São Paulo, o que eu acho mais sério foi o abandono do plano diretor. Plano diretor numa cidade é imprescindível, porque se planeja essa cidade para os próximos anos, para onde se quer levar o desenvolvimento, para onde as pessoas deveriam ir, para onde se quer que a cidade caminhe, para lá se leva benefícios para atrair a população. Na hora...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou precisar de mais um minuto, Presidente.

Na hora em que se abandona um plano diretor, acontece como na Zona Leste de São Paulo, onde moram cinco milhões de pessoas que têm que andar duas horas e meia de condução para trabalhar no centro. Quer dizer, não há um planejamento para a criação de empregos nessas regiões através de benesses para esses empregadores se mudarem para lá.

Todo tipo de planejamento, de...

(Interrupção do som.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (...) tem interesse em ficar lá e ter trabalho para ficar lá.

Outra coisa também que considero muito importante são os corredores de ônibus, que têm um preço mais acessível e que, se já tivessem sido construídos em São Paulo, conforme foi deixado planejado há oito anos, hoje nós teríamos um transporte muito mais ágil com a integração de diversos modais. Porque, hoje, não se pode mais pensar em transporte só com metrô e corredor de ônibus; tem que se pensar em metrô, corredor, bicicleta, veículo leve, BRT, enfim, todo tipo de transporte. Aliás, o Rio de Janeiro está bem antenado na questão do BRT, Já tem quatro e estão planejando mais, por ser esse um veículo que é muito rápido e de menor custo de execução.

Então queria deixar essa questão da mobilidade urbana, sobre a qual temos que nos debruçar pois é a grande questão desta década.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Romero Jucá, que falará como Líder.

Antes, porém, quero, com muita honra, anunciar a presença, nas galerias do Senado, dos estudantes, acadêmicos de Direito, da nossa Unoesc – Universidade do Oeste Catarinense, com sede em Chapecó. E esses estudantes pertencem à extensão do *campus* em Joaçaba, pelas informações que chegaram.

Joaçaba, considerada, Senadora Marta Suplicy, a capital do Vale do rio do Peixe, é uma grande cidade, um lugar muito lindo e que fica praticamente no centro geográfico de Santa Catarina.

A Mesa se congratula com a presença dos estudantes. Nós, catarinenses, estamos felizes pela vinda dos estudantes de Direito da Unoesc ao Congresso Nacional.

Sejam bem-vindos!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros rápidos mas importantes.

Um diz respeito a uma questão internacional e nacional. É que, hoje, dia 12 de junho, comemora-se o Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil. Um dia em que o tema deve ser debatido em todo o País, um dia em que o tema deve ser discutido pela sociedade, porque, sem dúvida alguma, combater o trabalho infantil, dar condições para que as crianças e os jovens possam ter uma infância e uma adolescência em condições de ter sua formação adequada é algo extremamente importante para o futuro do nosso País.

No Brasil, programas foram criados no intuito de combater exatamente esse trabalho infantil. Temos o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que faz atividades com crianças em segundo expediente escolar, que acompanha o expediente escolar das crianças e que complementa o salário das famílias com uma pequena bolsa no sentido de motivar a atuação da família junto à intervenção do PETI.

Em Roraima, várias ações estão sendo desenvolvidas neste dia: caminhadas, debates do Conselho Tutelar, de segmentos organizados da sociedade, de associações e sindicatos, no intuito de reforçar essa discussão, que é importante para todos nós.

Portanto, gostaria aqui de registrar este dia, de dizer que é importante que o Governo Federal apoie cada vez mais Estados e Municípios, principalmente estes, no tocante a termos condições de darmos educação de qualidade para essas crianças.

E aqui quero registrar, fazendo um parêntese, que, na Medida Provisória nº 563, de que sou Relator, a medida do Brasil Maior, estamos colocando, por meio de uma emenda de relator, um programa especial de diminuição de impostos, exatamente para facilitar a construção de creches e pré-escolas. Objetiva-se instituir, com essa emenda, um regime especial de tributação que equipara a construção de creches e pré-escolas à mesma sistemática do Minha Casa, Minha Vida. Portanto, cobrando apenas 1% de imposto, propicia-se mais condições para a construção de creches e pré-escolas.

Hoje, o maior *déficit* educacional para o País é o que se verifica em número de escolas infantis, pré-escolas e creches. Estamos, assim, facilitando a construção com esse mecanismo.

E, neste dia, gostaria de fazer esse registro, enaltecendo a data e realmente informando que, em Roraima, discute-se essa questão como se discute em todo o Brasil.

O outro registro que gostaria de fazer é que o PMDB de Roraima indica, para a composição de uma frente de partidos que querem a ação construtiva para a cidade de Boa Vista, a candidatura da Deputada Federal e ex-Prefeita Teresa Surita. Estamos indicando para os outros partidos o nome da Teresa, que foi muito bem aceito por todos os partidos. E deveremos ter a convenção, dia 17 de junho, domingo pela manhã, no CTG – Centro de Tradições Gaúchas, exatamente para homologar uma chapa que pretenda trazer para Boa Vista novamente momentos importantes de construção de cidadania, de defesa de direitos sociais, de programas sociais modernos, de infraestrutura urbana, de mobilidade urbana, de melhorias na saúde e de melhorias na educação.

Portanto, a ex-Prefeita Teresa – prefeita já por três vezes – será candidata à Prefeitura mais uma vez colocando o seu nome à disposição do povo de Boa Vista para disputar uma eleição que sabemos que será dura, pois as eleições, em Boa Vista, são sempre muito disputadas. Haverá muitos candidatos, mas, sem dúvida alguma, a proposta, a experiência, o nome e o programa de governo do PMDB e da ex-Prefeita e Deputada Teresa serão colocados de forma a serem avaliados pela população. E tenho certeza de que a maioria, como já ocorreu em outras oportunidades, irá consagrar o seu nome por tudo o que ela representa de moderno, de trabalho, de experiência, enfim, de programas que foram exemplos para o Brasil, quando foi Prefeita da cidade.

Eram esses os registros que gostaria de fazer. Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Romero Jucá.

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Marta Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da rádio Senado.

Nesta semana em que as atenções do Brasil e da comunidade internacional estão voltadas para a mais importante reunião promovida pela Organização das Nações Unidas, sobre o Meio Ambiente, a Conferência

Rio+20, que começa dia 13, no Rio de Janeiro, temos algumas considerações a fazer.

Vinte anos após a realização da Rio 92, a Rio+20 se prepara para discutir os rumos do desenvolvimento sustentável do Planeta para os próximos vinte anos. Neste momento, temos pela frente um dos maiores desafios da humanidade de todos os tempos. Nos deparamos com inadiável responsabilidade de avançar em propostas urgentes, e aqui apelo a todas as nações no sentido de avançar em propostas que alterem, de forma significativa, a trajetória do atual modelo de desenvolvimento.

Ao longo das últimas décadas, as mudanças no clima, a degradação dos ecossistemas e os mais variados estudos científicos apontam que já sofremos e sofreremos ainda mais graves consequências, se não conseguirmos um compromisso efetivo contra a deterioração do meio ambiente.

Vivemos a situação de, apesar de conhecermos os riscos pela ausência de um desenvolvimento sustentável, apesar dos alertas da comunidade científica, ainda assim não vislumbramos espaço para propostas concretas de compromisso mundial com a sustentabilidade.

Enfrentamos hoje uma série de problemas com a crise que atinge os países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos e Europa, o que, de fato, poderá contribuir para travar decisões mais práticas na Rio+20.

Uma mudança na exploração de recursos naturais energéticos, por exemplo, certamente implica esforços que podem ser impopulares ou mesmo incompatíveis com o enfrentamento imediato de problemas sociais graves, como o desemprego. Mas a sustentabilidade do Planeta é um tema urgente.

Um documento do Clube de Roma, o conhecido grupo de líderes mundiais e cientistas, apontou recentemente que até 2052 a temperatura média da Terra terá se elevado em 2 graus centígrados, o que é danoso à sobrevivência humana.

É nesse contexto, entre a urgência ambiental, a urgência econômica, a urgência política e a social que acontece a Rio+20, na qual são esperados mais de 130 chefes de Estado até o dia 22 de junho, no Rio de Janeiro.

A conferência tratará basicamente de dois temas: a economia verde, no contexto da erradicação da pobreza; e a estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas.

Cabe aqui uma breve análise. Segundo os mais otimistas, trata-se de uma conferência com uma agenda moderna, do século 21, com uma visão que aponta a interseção entre o desenvolvimento sustentável e a área ambiental – aqui incluídos clima e perda de bio-

diversidade –, a área social, tratando do desemprego e da desigualdade, e, finalmente, a área econômico-financeira.

Por outro lado, as principais críticas à agenda básica estabelecida pela Organização das Nações Unidas consideram que os dois temas propostos para a conferência – de economia verde e erradicação da pobreza extrema e de acordos internacionais para o desenvolvimento sustentável – são demasiadamente genéricos. Entendemos que isso provoca baixas expectativas de avanços práticos na luta contra a deterioração do meio ambiente.

Mas temos também a esperança de que a Rio+20 represente um momento de um processo político global de transformação. Não podemos desconsiderar o mérito de que, mais uma vez, temos parte da comunidade internacional mobilizada no Rio de Janeiro para discutir o futuro do Planeta, o que, no mínimo, poderá significar uma reafirmação do pacto mundial em torno da sustentabilidade.

Consideramos que a Rio+20 tem a possibilidade de assumir a gravidade dos problemas que temos hoje e de reconhecer que estamos frente a um dos maiores desafios da história da humanidade: o de encontrar formas de desenvolvimento sem degradar a capacidade do Planeta de continuar vivo e sustentável.

O secretário-geral da Rio+20, o chinês Sha Zukang, defendeu, quando veio a este Senado, que a Rio+20 poderá mostrar como podemos avançar mais rapidamente em direção ao desenvolvimento sustentável, antes que seja tarde demais. Ele destacou que devemos ser ambiciosos e práticos, que precisamos de objetivos e de ação. A conferência poderá estabelecer um plano de ação específico.

É preciso defender que os chefes de Estado saiam do Rio de Janeiro com uma determinação do que fazer.

O documento de negociação da Rio + 20 possui 37 novas proposições de iniciativas, uma chamada decisiva para a imediata implementação de ações e uma identificação dos principais atores a assumirem papéis nessa implementação.

Entre essas propostas, o Secretário-geral Sha Zukang afirmou identificar um roteiro para a economia verde, adaptável às circunstâncias nacionais, com visibilidade dos custos de transição nos países em desenvolvimento.

Temos a esperança de que a Rio+20 consiga estabelecer um conjunto de metas, com indicadores para o desenvolvimento sustentável global que possam ir além do Produto Interno Bruto e, que, a exemplo dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, adotados pela ONU no ano 2000, possa incluir indicadores sociais objetivos nas áreas de educação, saúde e alimenta-

ção, em metas que possam levar à redução da fome e da miséria no Planeta.

E cabe aqui um apelo para que grandes nações, como os Estados Unidos ou Austrália, concordem em implementar as metas acordadas na Conferência Mundial sobre o Clima, na cidade de Kyoto, no Japão, em 1997, que deu origem ao Protocolo de Kyoto. Na ocasião, um grande número de nações concordou em reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa, estabelecendo metas claras. No entanto, a ratificação do Protocolo de Kyoto pelos países não aconteceu como esperávamos, uma vez que esbarrou na necessidade de mudar a matriz energética dos países, o que significa, em muitos casos, interferir em interesses econômicos locais e prever gastos elevados.

Agora, avaliações de especialistas apontam que a crise econômica **está prejudicando significativamente** a área ambiental, na medida em que nações preferem continuar adotando mecanismos para manter para a frágil estabilidade econômica atual sem dar a devida importância para o risco de desastre no futuro.

Um exemplo disso, alerta o Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental e membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Carlos Alberto Bocuhy, é a altíssima conta futura das consequências do aquecimento global, que afetaram duramente as áreas de saúde e bem-estar social.

Por isso mesmo, é preciso interromper esse atual modelo de desenvolvimento que já não funciona mais.

O texto básico da Rio+20 propõe que o Brasil deve atuar nas negociações internacionais como protagonista, defendendo seus interesses específicos, mas também constituindo uma força de moderação e equilíbrio. Defendemos ainda que tenha um caráter afirmativo.

Desde a Rio-92, o tema do desenvolvimento sustentável ocupa um lugar central na política externa brasileira. O legado da Rio-92, principalmente a Declaração do Rio, a Agenda 21, a Convenção Quadro sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica, estarão associados para sempre à lembrança da intensa participação da sociedade civil em debates da ONU.

Como país-membro das Nações Unidas, o Brasil apresentou ao Secretariado da Conferência sua contribuição nacional ao documento-base que dará início ao processo negociador dos documentos da Rio+20.

Para o Brasil, Sr^a Presidenta, é fundamental que, na avaliação das propostas apresentadas na Rio+20, as discussões sejam pautadas pelo princípio da não regressão, segundo o qual não podem ser admitidos retrocessos de conceitos e de compromissos internacionais previamente assumidos.

A base conceitual da contribuição brasileira para a Conferência Rio+20 é o reforço do multilateralismo, de forma que todos os países possam sentir-se incluídos e ver suas necessidades atendidas.

Dentro dessa ótica de fortalecimento do sistema multilateral, será necessário encontrar elementos que unam os países. Entre esses elementos, segundo o documento brasileiro, está a inovação tecnológica para a sustentabilidade, a disseminação de tecnologias para o desenvolvimento sustentável.

A inovação tecnológica poderá responder às necessidades crescentes dos países em desenvolvimento e às necessidades de modificação dos padrões insustentáveis de produção e consumo.

O Brasil identifica três questões diretamente associadas à dimensão da inovação tecnológica: segurança energética, com ênfase em fontes sustentáveis; segurança alimentar, incluída a questão de acesso à água e à inovação tecnológica para a produção agropecuária; e o papel dos recursos da biodiversidade para a inclusão social, como a produção de fármacos para a saúde, por meio da conservação e uso sustentável da diversidade biológica e do acesso justo e equitativo aos benefícios da biodiversidade.

A ideia que a Rio+20 deverá transmitir à comunidade internacional será...

(Interrupção do som.)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador, para encerrar.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A contribuição que o Brasil vai trazer e está trazendo a essa Conferência Rio+20 não está apenas contida nos documentos. Está principalmente e fundamentalmente na ação prática.

A Presidenta Dilma fez serem publicizadas esta semana as ações que o Brasil tem desenvolvido, e não são poucas. Desde a Rio-92, muitas atitudes foram tomadas, muitas reservas foram criadas. Se a gente procurar no índice de florestas e reservas estabelecidas no mundo de 92 para cá, o Brasil foi responsável por 75% delas. Ou seja, o Brasil está fazendo a sua parte. E o apelo que será feito na Rio+20 é que as demais nações também façam a sua parte, para que a gente tenha um planeta sustentável.

Muito obrigado.

Gostaria de pedir a gentileza de publicar na íntegra este pronunciamento. Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nesta semana em que as aten-

ções do Brasil e da comunidade internacional estão voltadas para a mais importante reunião promovida pela ONU sobre meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que começa amanhã, dia 13, no Rio de Janeiro, temos considerações a fazer.

Hoje, 20 anos após a realização da Rio-92, a Rio+20 se prepara para discutir os rumos do desenvolvimento sustentável do planeta para os próximos vinte anos.

Neste momento, temos pela frente um dos maiores desafios da humanidade de todos os tempos. Nos deparamos com a inadiável responsabilidade de avançar em propostas urgentes, e aqui apelo a todas as nações, de avançar em propostas que alterem significativamente a trajetória do atual modelo de desenvolvimento.

Ao longo das últimas décadas, as mudanças no clima, a degradação dos ecossistemas e os mais variados estudos científicos apontam que já sofremos e sofreremos ainda mais graves consequências, se não conseguirmos um compromisso efetivo contra a deterioração do meio ambiente.

Vivemos a situação de, apesar de conhecermos os riscos pela ausência de um desenvolvimento sustentável, apesar dos alertas da comunidade científica, ainda assim não vislumbrarmos espaço para propostas concretas de compromisso mundial com a sustentabilidade.

Enfrentamos hoje uma série de problemas com a crise que atinge os países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos e Europa, o que, de fato, poderá contribuir para travar decisões mais práticas na Rio+20. Uma mudança na exploração de recursos naturais energéticos, por exemplo, certamente implica esforços que podem ser impopulares ou mesmo incompatíveis com o enfrentamento imediato de problemas sociais graves, como o desemprego.

Mas a sustentabilidade do planeta é um tema urgente. Um documento do Clube de Roma, o conhecido grupo de líderes mundiais e cientistas, apontou recentemente que até 2052 a temperatura média da Terra terá se elevado em 2 graus centígrados, o que é danoso à sobrevivência humana.

É nesse contexto, entre a urgência ambiental, a urgência econômica, a urgência política e a social que acontece a Rio+20, na qual são esperados mais de 130 chefes de Estado até o dia 22 de junho, no Rio de Janeiro.

A conferência tratará basicamente de dois temas: a economia verde, no contexto da erradicação da pobreza e a estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas.

Cabe aqui uma breve análise. Segundo os mais otimistas, trata-se de uma conferência com uma agenda moderna, do século 21, com uma visão que aponta a intersecção entre o desenvolvimento sustentável e a áreas ambiental – aqui incluídos clima e perda de biodiversidade –, a área social, tratando de desemprego e desigualdade, e, finalmente, a área econômico-financeira.

Por outro lado, as principais críticas à agenda básica estabelecida pela ONU consideram que os dois temas propostos para a conferência, de economia verde e erradicação da pobreza, e de acordos internacionais para o desenvolvimento sustentável, são demasiadamente genéricos. Entendemos que isso provoca baixas expectativas de avanços práticos na luta contra a deterioração do meio ambiente.

Mas temos também a esperança de que a Rio+20 represente um momento de um processo político global de transformação. Não podemos desconsiderar o mérito de que, mais uma vez, temos parte da comunidade internacional mobilizada no Rio de Janeiro para discutir o futuro do planeta, o que, no mínimo, poderá significar uma reafirmação do pacto mundial em torno da sustentabilidade.

Consideramos que a Rio+20 tem a possibilidade de assumir a gravidade dos problemas que temos hoje e reconhecer que estamos frente a um dos maiores desafios da história da humanidade, o de encontrar formas de desenvolvimento sem degradar a capacidade do planeta de continuar vivo e sustentável.

O secretário-geral da Rio+20, o chinês Sha Zukang, defendeu, quando veio a este Senado, que a Rio+20 poderá mostrar como podemos avançar mais rapidamente em direção ao desenvolvimento sustentável, antes que seja tarde demais. Ele destacou que devemos ser ambiciosos e práticos, que precisamos de objetivos e de ação. A conferência poderá estabelecer um plano de ação específico.

É preciso defender que os chefes de Estado saiam do Rio de Janeiro com uma determinação do que fazer. O documento de negociação da Rio+20 possui 37 novas proposituras de iniciativas, uma chamada decisiva para a imediata implementação de ações e uma identificação dos principais atores a assumirem papéis nessa implementação.

Entre essas propostas, o secretário-geral Sha Zukang afirmou identificar um roteiro para a economia verde, adaptável às circunstâncias nacionais, com visibilidade dos custos de transição nos países em desenvolvimento.

Temos a esperança de que a Rio+20 consiga estabelecer um conjunto de metas, com indicadores para o desenvolvimento sustentável global que possam ir

além do Produto Interno Bruto e, que, a exemplo dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, adotados pela ONU no ano 2000, possa

incluir indicadores sociais objetivos nas áreas de educação, saúde e alimentação, em metas que possam levar à redução da fome e da miséria.

E cabe aqui um apelo para que grandes nações, como os Estados Unidos ou Austrália, concordem em implementar as metas acordadas na Conferência Mundial sobre o Clima, na cidade de Kyoto, no Japão, em 1997, que deu origem ao Protocolo de Kyoto. Na ocasião, um grande número de nações concordou em reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa, estabelecendo metas claras. No entanto, a ratificação do Protocolo de Kyoto pelos países não aconteceu como esperávamos, uma vez que esbarrou na necessidade de mudar a matriz energética dos países, o que significa, em muitos casos, interferir em interesses econômicos locais e prever gastos elevados.

Agora, avaliações de especialistas apontam que a crise econômica está prejudicando significativamente a área ambiental, na medida em que nações preferem continuar adotando mecanismos para manter para a frágil estabilidade econômica atual sem dar a devida importância para o risco de desastre no futuro.

Um exemplo disso, alerta o presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental e membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Carlos Alberto Bocuhy, é a altíssima conta futura das consequências do aquecimento global, que afetaram duramente as áreas de saúde e bem-estar social.

Por isso mesmo é preciso interromper esse atual modelo de desenvolvimento que já não funciona mais.

O texto básico da Rio +20 propõe que o Brasil deve atuar nas negociações internacionais como protagonista, defendendo seus interesses específicos, mas também constituindo uma força de moderação e equilíbrio. Defendemos ainda que tenha um caráter afirmativo.

Srs. Parlamentares, desde a Rio-92, o tema do desenvolvimento sustentável ocupa um lugar central na política externa brasileira. O legado da Rio-92 -principalmente a Declaração do Rio, a Agenda 21, a Convenção Quadro sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica – estarão associados para sempre à lembrança da intensa participação da sociedade civil em debates da ONU.

Como país-membro das Nações Unidas, o Brasil apresentou ao Secretariado da Conferência sua contribuição nacional ao documento-base que dará início ao processo negociador dos documentos da Rio+20.

Para o Brasil, é fundamental que, na avaliação das propostas apresentadas na Rio+20, as discussões

sejam pautadas pelo princípio da não-regressão, segundo o qual não podem ser admitidos retrocessos de conceitos e de compromissos internacionais previamente assumidos.

A base conceitual da contribuição brasileira para a Conferência Rio+20 é o reforço do multilateralismo, de forma que todos os países possam sentir-se incluídos e ver suas necessidades atendidas.

Dentro dessa ótica de fortalecimento do sistema multilateral, será necessário encontrar elementos que unam os países. Entre esses elementos, segundo o documento brasileiro, está a inovação tecnológica para a sustentabilidade, a disseminação de tecnologias para o desenvolvimento sustentável.

A inovação tecnológica poderá responder às necessidades crescentes dos países em desenvolvimento e às necessidades de modificação dos padrões insustentáveis de produção e consumo.

O Brasil identifica três questões diretamente associadas à dimensão da inovação tecnológica: segurança energética, com ênfase em fontes sustentáveis; segurança alimentar, incluída a questão de acesso à água e à inovação tecnológica para a produção agropecuária; e o papel dos recursos da biodiversidade para a inclusão social, como a produção de fármacos para a saúde, por meio da conservação e uso sustentável da diversidade biológica e do acesso justo e equitativo aos benefícios da biodiversidade.

A ideia que a Rio+20 deverá transmitir à comunidade internacional será a de um processo essencialmente inclusivo, que contemple igualmente as questões econômica, ambiental e social. Por isso, a ideia de inovação tecnológica contempla, também, as tecnologias sociais, nas quais o Brasil alcançou grande avanço nos últimos anos.

O documento de contribuição brasileira defende que há um elenco de temas que a Rio+20 não poderá ignorar, pois eles constituem o eixo principal do desenvolvimento sustentável inclusivo que almejamos para o planeta.

Esses temas contemplam a erradicação da pobreza extrema; a segurança alimentar e nutricional; a ideia de equidade, transversal a vários dos desafios novos e emergentes, como gênero, raça e etnia, consumo, acesso à energia, e acesso à saúde. Contemplam ainda trabalho decente, emprego e responsabilidade social das empresas; educação; cultura; promoção da igualdade racial e, reforço do multilateralismo com participação da sociedade civil. Temos como principais temas também o problema das cidades e do desenvolvimento urbano; os transportes; a água; a agropecuária e o desenvolvimento rural; mudança do clima,

biodiversidade; a pesca e aquicultura e, finalmente, as florestas.

Em cada uma dessas áreas o Brasil apresenta um conjunto de propostas. Para a erradicação da pobreza, defende que a Rio + 20 seja capaz de integrar as preocupações ambientais com as necessidades sociais, sem perder de vista o desenvolvimento econômico. Para isso, devemos evitar medidas que resultem em obstáculos ao comércio, e, ao mesmo tempo, ter cautela no emprego de medidas de comércio com fins ambientais, tendo em vista seu potencial uso para fins protecionistas, particularmente contra as exportações dos países em desenvolvimento.

Em outro objetivo, na área de energia, o Brasil defende que a conferência Rio+20 aborde também o aproveitamento de aterros sanitários para a produção energética. Isso porque a produção de eletricidade, a combustão do biogás contribui para a diminuição da emissão de gases causadores do efeito-estufa, ao transformar metano, seu principal componente, em gás carbônico, vinte vezes menos prejudicial ao meio ambiente.

Na área de Transportes, o documento brasileiro afirma que é fundamental que o desenvolvimento está ligado ao estabelecimento de sistemas eficientes de transporte público, como corredores rápidos de ônibus, metros, trens, veículos leves sobre trilhos e rodas e outros de baixa emissão, que substituam em grande parte o veículo individual.

Srs. Parlamentares, o Brasil tem muito a contribuir na discussão e na implementação de ações sustentáveis. Mas, para enfrentar de forma coerente e coordenada o atual cenário de crise econômica mundial, de perda de empregos, de pouco acesso de grande parte da população aos bens mais básicos, e, ainda, de pressões sobre os recursos naturais, é necessária a atuação coordenada de vários atores -, indivíduos, governos locais, governos nacionais. E essa conferência que se inicia amanhã é uma janela de oportunidade, uma chance que acontece apenas a cada dez ou vinte anos, e que não deve ser desperdiçada.

Temos a convicção de que a Rio +20 é uma oportunidade de identificação de solução de longo prazo para os desafios do momento. O Brasil, e nós mesmos, esperamos que sejam possíveis conclusões que apontem estratégias e compromissos de desenvolvimento sustentável nas três dimensões relevantes: econômica, social e ambiental.

A Rio+20 deverá, portanto, ter olhos para o futuro e não para o passado, para buscar antecipar os temas e os debates das próximas décadas.

Era o registro que eu queria fazer. Muito obrigado

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido de acordo com o Regimento, Senador Anibal. Compartilho dos seus sentimentos em relação à Rio+20.

Acadêmicos da Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, muito bem-vindos aqui no nosso Senado.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, que fez uma permuta com o Senador Ciro Nogueira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente desta sessão, Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a moderna Administração Pública precisa ter como principal objetivo a transparência, um dos pilares da democracia e também, pode-se dizer até, combustível para o desenvolvimento da cidadania.

Precisamos de transparência na gestão das empresas públicas, na administração dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Transparência precisa existir na realização de uma licitação, no fechamento de um contrato e na forma como negociamos acordos, sejam dentro do País, entre setores público e privado, sejam entre nações.

Essa mesma transparência, Srªs e Srs. Senadores, precisamos ter aqui dentro quando votamos, por exemplo, a cassação do mandato parlamentar, como deve ocorrer novamente nas próximas semanas, resultado do trabalho do Conselho de Ética desta Casa. Essa transparência só será atingida com o fim do voto secreto para esse caso específico e para outros.

A população brasileira espera isso de nós. Numa rápida pesquisa feita nas redes sociais, como Facebook e Tweeter, é fácil encontrar a opinião pública mobilizada contra o voto secreto. São mais de dez grupos que pedem a aprovação da PEC do voto aberto no Congresso Nacional já, assim como tais redes se mobilizaram para a elaboração da Lei da Ficha Limpa, que foi uma iniciativa popular.

Algumas argumentações me parecem muito corretas. Leio do grupo social Voto Aberto, no Facebook: “De que valem tantos conselhos de ética se todas as comprovações de crimes e faltas de decoro acabam sendo escamoteadas por votações secretas?”. Que grande indagação é essa, Senador Capiberibe!

No Tweeter, foi possível ver uma frase oportuna sendo encaminhada: “Brasileiros que participam da Rio+20 defendam o voto aberto no Congresso como a grande sustentabilidade moral do país”. Veja também que criativa a introdução desse tema em plena Rio+20! Pois amanhã, quarta-feira, teremos mais uma chance para atingir essa sustentabilidade moral. Teremos o que considero o início de um verdadeiro mutirão pela

transparência no Congresso Nacional. Vamos votar propostas de emenda constitucionais que acabam com o voto secreto nas votações do Senado e da Câmara dos Deputados, um processo que está mais do que maduro neste momento político que vivemos e que mostra que o Parlamento está sintonizado com os interesses da população, que exige essa transparência em nossos trabalhos e, sobretudo, nas nossas deliberações.

São três as propostas de fim do voto secreto: a PEC 50, do Senador Paulo Paim, a PEC 38 de 2004, do ex-Senador Sérgio Cabral, hoje Governador do Rio de Janeiro, e a PEC de número 86, de 2007, do Senador Alvaro Dias. Todas como se vê, maduras, para entrar em votação.

Nesse aspecto, gostaria de renovar os cumprimentos pela iniciativa do Presidente desta Casa, Senador José Sarney, de ter determinado a inclusão da matéria na pauta de votações de amanhã.

Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a traz a esta Casa um tema que é fundamental. A sociedade brasileira foi organizada por pouquíssimos ao longo do séc. XX, uma sociedade em que os analfabetos não votavam, as mulheres não votavam, em que a política era feita por poucos e criou o Estado fechado, mas nós estamos dando passos importantíssimos...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E rápidos, felizmente.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – ... e rápidos. A Lei Complementar nº 131, a Lei de Transparência, a Lei de Acesso à Informação e agora...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Lei da Ficha Limpa.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – ... o voto aberto aqui no Senado, que tenho certeza de que vai passar. Nós precisamos mostrar como nós nos comportamos aqui. Os meios de comunicação, como a TV Senado, a Rádio Senado, as redes sociais, que acompanham as nossas posições aqui, merecem essa decisão. Nós acabamos de derrubar o 14º e o 15º salários aqui no Senado. Enfim, estou voltando de uma viagem à Itália e debati muito a questão da transparência dos gastos públicos. Lá, de fato, eles estão engatinhando. Na França também. Eles têm muitas informações, há todo um negócio da informação pujante na França, mas não chega aos detalhes que nós chegamos no Brasil, de mostrar os gastos. Nesta Casa, por exemplo, todos os nossos salários estão disponíveis, tudo aquilo que nós gastamos no exercício do mandato está à disposição do contribuinte, que, de fato, é quem tem de dar a última palavra. Portanto, acho que precisamos tra-

zer para o debate o voto aberto não só em função do próximo passo que deveremos dar em breve aqui em relação ao caso do Senador Demóstenes, que deverá terminar aqui no plenário, mas em todos os casos. Eu sempre votei aberto aqui, no passado, na minha primeira passagem por esta Casa, mesmo contrariando a lei, que dizia que o voto era fechado. O respeito ao cidadão, o respeito ao nosso eleitor, fez-me sempre votar aberto. Mais uma vez, vou votar aberto e vou votar para, que definitivamente, esses segredinhos acabem aqui no nosso Senado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador.

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador Paulo Davim.

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – Senadora Ana Amélia, eu gostaria de parabenizá-la pelo pronunciamento oportuno e me somar às palavras do nobre Senador Capiberibe. Realmente, eu acho que nós vivemos um momento ímpar no Brasil, um momento de transparência quase total; pelo menos, estamos buscando essa transparência total. Temos agora a Lei da Acessibilidade, que leva a informação, torna cada vez mais acessíveis as informações à sociedade. O voto aberto é uma questão de recuperação, sobretudo da credibilidade desta Casa. Eu acho que estamos numa agenda positiva. O Senado está numa agenda positiva. A despeito de notícias que são veiculadas na mídia, estamos, sim, numa agenda positiva. Há pouco tempo, o Senador elencou algumas conquistas da sociedade, como a votação do décimo quarto, o fim do décimo quarto e do décimo quinto, a própria Lei de Acessibilidade e, agora, vem o voto aberto. Acho que estamos aprimorando a democracia. Tenho absoluta certeza de que, amanhã, nesta Casa, os Senadores desta Legislatura não se furtarão a dar sua contribuição ao aprimoramento da democracia no Brasil. Quero parabenizá-la pelo oportuno pronunciamento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada. Fico muito feliz com a manifestação do Senador Capiberibe e do Senador Paulo Davim.

E, com muita alegria, ouço o Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia, sou daqueles que acredita que qualquer agente público, qualquer funcionário público que seja ordenador de despesa, qualquer parlamentar em qualquer instância não deveria ter sequer direito a sigilo fiscal, telefônico, bancário, mas quero trazer minha preocupação a respeito do voto aberto, uma preocupação suportada em 30 anos de trajetória política.

Inicialmente, diria que eu voto a favor do voto aberto em qualquer circunstância, mas voto como uma medida de demonstração de que quero a transparência absoluta. Mas quero lembrar que, outro dia, no Senado, levantei os impedimentos para que nós reconduzíssemos à ANTT o Sr. Bernardo Figueiredo e mostrei por quê. Suportei-me em informações de auditorias do Tribunal de Contas, da absoluta anarquia que havia naquele processo. E pretendi dar um tempo para a nossa Presidenta retirar o nome e indicar outra pessoa. E eu fui tratorado pelo voto aberto. Pedi que se prorrogasse a votação, e nós perdemos, Senadora Ana Amélia, de 36 a 30, porque, no voto aberto, ninguém ousou votar contra uma indicação da Presidenta da República. Logo depois, tivemos o voto fechado, e os esclarecimentos que eu trouxe ao Plenário do Senado fizeram com que a votação se inverte-se: 36 Senadores votaram contra a indicação do Sr. Bernardo Figueiredo, uma demonstração clara de que, no nosso regime de governo, no presidencialismo, nas emendas, nas indicações políticas, o voto aberto estabelece uma supremacia absoluta do Executivo sobre o Parlamento – sobre o Senado, sem dúvida, e, sem dúvida alguma, sobre a Câmara dos Deputados. Imagine, Senadora, um voto aberto para a escolha de um ministro do Supremo Tribunal Federal, que está todo dia julgando ações dos partidos políticos, dos parlamentares, das lides e das confusões eleitorais! Imagine o voto aberto em cima de um dirigente de uma dessas agências reguladoras! Eu acho que nós temos certas categorias de votação no Congresso Nacional em que o voto fechado é uma prerrogativa da qual nós não devemos abrir mão, sob pena de estarmos subordinando o Congresso Nacional aos interesses. Fosse outro o clima; fosse outro o sistema de administração que não o presidencialista; se não existissem, por exemplo, emendas; se as nomeações não fossem submetidas à pressão dos partidos... Eu quero deixar claro que, apesar de eu ser partidário da mais absoluta transparência, eu vejo essa história de voto aberto e a própria defesa do voto aberto com certas restrições.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Roberto Requião, entendo perfeitamente a argumentação de V. Exª, tanto que, pessoalmente, defendo, não pela primeira, mas talvez pela enésima vez nesta tribuna, que sou favorável à manutenção do voto secreto em duas circunstâncias: para o exame de vetos presidenciais, derrubada de vetos presidenciais, para evitar esse tratorado a que V. Exª se referiu com muita propriedade; e para a escolha de ministros do Supremo, que amanhã serão os julgadores dos membros desta Casa.

No restante, Senador, tudo pode ser voto aberto. No caso específico de cassação de mandatos de parlamentar, penso que nós temos a oportunidade agora de votar uma emenda que trate só de cassação de mandato, para evitar que pareça à sociedade que somos corporativistas aqui nesta Casa quando temos...

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Nesse caso, nenhuma dúvida remanesce.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que bom!

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Porque é uma questão pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso, Senador.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Não se trata de um pequeno interesse em uma emenda ou em uma nomeação. É uma exposição pública do parlamentar em cima de um processo extraordinariamente transparente e conhecido.

(A Srª Presidente faz soar a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fico muito feliz de, nesse aspecto, estarmos todos aqui concordando.

A Presidente Marta Suplicy já está acionando a campanha. Só para concluir, Senadora Marta Suplicy, até porque, pelo que se viu, os Senadores estão comprometidos em demonstrar à sociedade este compromisso de resgatar a credibilidade da Casa.

A minha preocupação, a do Senador Casildo Maldaner, a do Senador Requião, a do Senador Paulo Davim, a do Senador Capiberibe, a sua preocupação é com a instituição que nós representamos.

Vimos aqui ungidos pelo voto popular e é esse voto, esse eleitor, essa sociedade, que paga a conta também desta Casa, que merece esse tratamento e essa preocupação de nossa parte.

Então, concordo, Senador Roberto Requião, que, nestes dois casos, para a derrubada de veto presidencial e para a escolha de ministro do Supremo Tribunal Federal, nós devemos manter o voto secreto.

Senador Requião.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Avançando um pouco mais, eu acho que há uma PEC de minha autoria dormindo em alguma gaveta que proíbe, por exemplo, que um parlamentar seja alçado, que ascenda a um cargo do Executivo, quer seja secretário municipal, secretário estadual ou ministro, porque isso amarra o voto e amarra partidos de uma forma absoluta, assim como a nomeação de um parlamentar, de um Senador, de um Deputado Federal de um determinado partido a um ministério de porteira fechada, pois assim ele nomeia todo o mundo, ou seja, jamais vai haver do seu grupo político, do seu partido, um voto contra o governo. E isso avilta o Parlamento, nos reduz

a nada. Essa pressão existe a cada dia, em qualquer governo, no atual, no anterior, em todos os outros. Eu fui Governador do Paraná por três vezes. Nunca...

(Interrupção do som.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – ... exerci pressão, mas eu sei o quanto vale no sistema esse tipo de envolvimento. Então, nós temos que evitar que isso passe a ser uma medida de pânico, uma jogada para a plateia, quando, na verdade, o resultado do voto aberto, ao invés de independência, pode significar absoluta subordinação do Parlamento ao Executivo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não tenho dúvida, Senador Requião, Senador Paulo Davim, Senador Capiberibe, Senador Casildo e Presidente Marta Suplicy, de que os nossos telespectadores estão prestando muita atenção nesses apartes e no que estamos dizendo aqui, sabendo que estamos usando de pura sinceridade em relação ao compromisso que temos com a sociedade brasileira em relação à transparência e a essa decisão sobre cassação de mandatos. Temos que ter esse voto aberto.

Queria que a Presidente determinasse a transcrição na íntegra deste pronunciamento, para cumprir a determinação regimental sobre o prazo nas sessões deliberativas...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... antes da Ordem do Dia, da pauta de votações. Ainda temos dez minutos. V. Exª foi compreensiva com os apartes.

Eu queria apenas, antes de terminar, citar aqui a presença do Prefeito Prof. Marcos, do Vereador Catulé e do Sr. Jonas Magalhães, de Ribeirãozinho, Mato Grosso, Estado muito importante. Eu queria registrar as presenças nesta hora e saudá-los em nome da Mesa do Senado Federal.

Muito obrigada, Srª Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA ANA AMÉLIA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, servidores desta Casa, a moderna administração pública precisa ter como principal objetivo a transparência, um dos pilares da democracia e o combustível para o desenvolvimento da cidadania.

Precisamos de transparência na gestão das empresas públicas, na administração dos poderes executivo legislativo e judiciário. Transparência precisa existir na realização de uma licitação, no fechamento de um contrato e na forma como negociamos acordos.

Essa mesma transparência, senhoras e senhores, precisamos ter aqui dentro quando votamos, por exemplo, a cassação de um parlamentar, como deve ocorrer novamente nas próximas semanas, resultado do trabalho do Conselho de Ética desta Casa.

Esta transparência só será atingida com o fim do voto secreto.

A população brasileira espera isso de nós. Numa rápida pesquisa feita nas redes sociais, como Facebook e Tweeter, é fácil encontrar a opinião pública mobilizada contra o voto secreto. São mais de dez grupos que pedem a aprovação da PEC do voto aberto no Congresso já. Algumas argumentações me parecem muito corretas:

Leio do grupo social Voto Aberto, no Facebook:

“De que valem tantos conselhos de ética se todas as comprovações de crimes e faltas de decoro acabam sendo escamoteadas por votações secretas?”

No twitter, foi possível ver uma frase oportuna sendo encaminhada:

“Brasileiros que participam da Rio +20, defendam o voto aberto no Congresso, como a grande sustentabilidade moral deste país.”

Pois amanhã, quarta-feira, teremos mais uma chance para atingir esta sustentabilidade moral.

Teremos, o que considero o início de um verdadeiro mutirão pela transparência no Congresso Nacional. Vamos votar Propostas de Emenda Constitucionais que acabam com o voto secreto nas votações do Senado e da Câmara dos Deputados, um processo que está mais do que maduro nesse momento político que vivemos e mostra que o parlamento está sintonizado com os interesses da população, que exige esta transparência em nossos trabalhos.

São três as propostas de fim do voto secreto: a PEC 50, do Senador Paulo Paim, a PEC 38 de 2004, do ex-senador Sérgio Cabral, hoje governador do Rio de Janeiro, e a PEC de número 86, de 2007, do Senador Álvaro Dias. Todas como se vê, maduras, para entrar em votação.

Reforço aqui a minha posição:

É hora de derrubar mais esta barreira contra a transparência dentro do Congresso Nacional. É hora de acabar com o voto secreto.

Creio que o caráter secreto do voto parlamentar deveria ser mantido apenas no caso de indicação para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) - porque eventualmente eles serão julgadores dos membros do Congresso - e na análise dos vetos presidenciais, para reduzir a pressão que o poder executivo pode exercer sobre o parlamentar.

Fora esses casos, todos os votos deveriam ser abertos, para que possam revelar as posições e prin-

cópias de vida dos parlamentares e , é claro, para que nós parlamentares, possamos , de fato, assumir as consequências dessas posições diante das pessoas que nos colocaram aqui, os eleitores.

Não há dúvidas: voto secreto retira do eleitor o direito de fiscalizar seus representantes .

Quando analisamos a importância das redes sociais e transmissões ao vivo, via internet ou nas TVs , de um pronunciamentos, como este , ou de sessões das comissões parlamentares de inquérito e comissão de ética, estamos admitindo que, cada vez mais, a sociedade está sintonizada com nossos trabalhos e pede a transparência aqui dentro no Congresso nacional.

Esta transparência não virá apenas com divulgação das contas públicas ou salários de servidores .

A manutenção do voto secreto , nos dias de hoje, é uma violência contra a democracia. O eleitor precisa conhecer as posições do mandatário que colocou neste plenário. Este é o momento de afirmação do parlamento brasileiro.

Devemos votar conforme nossas convicções, com a responsabilidade e a integridade necessárias ao homem público, afastando qualquer influencia do chamado corporativismo.

E essa mesma sociedade, que vem mostrando , cada vez mais interesse em acompanhar nossas atividades aqui no Congresso Nacional, tem à disposição novos meios de participação. A página do Senado Federal na internet é um instrumento , já disponível , onde as pessoas podem sugerir e apoiar temas para debates nas comissões e propor novas leis ou mudanças na legislação.

Na quarta feira a comissão de Ciência , Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática vai votar uma proposta que pode dar ao brasileiro uma nova forma de apoio a projetos de lei, direito previsto na Constituição.

O PLS 129 de 2010 , de autoria da ex-senadora Serys Slhessarenko e tem relatoria do senador Valdir Raupp, abre a possibilidade de projetos de lei de iniciativa popular contarem com a adesão por assinaturas eletrônicas, pela internet, e não somente as assinaturas feitas a caneta.

Para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular a constituição exige hoje o apoio mínimo de um por cento dos eleitores, ou seja, cerca de um milhão e trezentas mil pessoas. Isso quer dizer enviar para o Congresso pilhas de papeis, e nessas condições é muito difícil reunir as assinaturas e garantir a autenticidade delas.

A assinatura eletrônica vai facilitar e modernizar a participação popular na apresentação de propostas e é mais uma forma de respeitar a democracia.

Um exemplo recente e positivo dessa participação popular é a lei da ficha limpa, que recebeu o apoio de milhões de brasileiros , virou lei e exemplo de combate a corrupção no serviço público.

Senhores e Senhores, a mobilização popular é hoje reforçada pelas redes sociais e pela internet que deram ao cidadão poder de opinião . Um caminho sem volta, que a cada dia reúne mais adeptos.

Estas mesmas redes sociais, que citei aqui, também mobilizam milhares de servidores públicos em torno da MP568.

A medida provisória causou polêmica desde o primeiro dia de tramitação nesta casa . Em audiência pública na Câmara dos Deputados , com grande participação popular, foi possível ver o tamanho do problema .

Esta MP 568 , que eu inicialmente defendi a retirada, contemplou algumas categorias e deixou outras carreiras dos servidores públicos literalmente em pânico.

Médicos de hospitais públicos estão paralisados no dia de hoje porque não concordam com a MP 568. Segundo eles, a proposta do governo reduz em até 50 por cento os salários dos médicos, mexendo na carga horária da categoria. Além da paralisação de 24 horas dos médicos, 49 universidades federais , completam hoje 27 dias de greve, movimento engrossado em muitas cidades pela paralisação de servidores. Mais de um milhão de alunos universitários estão sem aulas há quase um mês.

Esta Medida Provisória, também tem grande importância para os professores, pois traz acordos de negociações anteriores e estabelece a incorporação de gratificações.

Outros servidores, como médicos veterinários, trabalhadores do departamento nacional de obras contra as Secas, funcionários do IBAMA, agentes de saúde também ficaram insatisfeitos com essa MP.

A relatoria está nas mãos do líder do governo no Senado, Senador Eduardo Braga que mostrou sensibilidade ao participar da audiência com os representantes dos servidores e deve realizar modificações positivas.

A comissão mista que analisa a MP 568, chegou a marcar uma sessão hoje para a leitura do relatório do Senador Eduardo Braga, mas esta reunião foi cancelada no início da tarde. Reconheço que não deve ser fácil fechar este relatório.

Confio no trabalho da relatoria e espero que a conclusão final tenha como ponto comum o respeito aos direitos já adquiridos dessas categorias e a melhoria das condições de trabalho. O BRASIL precisa de um serviço público operante , gerando uma máquina pública eficiente e transparente.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Esse debate nós temos escutado nos últimos dias e creio que há um consenso na Casa em relação ao voto aberto para cassações. Alguns têm mais restrição, outros têm menos restrição, mas o bom debate está ocorrendo finalmente. Acho que vamos votar. Pelo menos o da cassação vai ser votado.

Agora com a palavra o Senador Paulo Davim, em permuta com o Senador Jucá.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil sediará, a partir de amanhã, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20, que se realizará no Rio de Janeiro 20 anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992.

Como naquela ocasião, delegados de todo o mundo estarão na capital fluminense para debater os problemas da degradação global do meio ambiente e para buscar diretrizes para acordos internacionais no sentido de enfrentá-los.

De onde vem a preocupação com a preservação da parte restante do ambiente natural de outrora? E por que tantos, por outro lado, contestam a necessidade de uma atenção maior de governos e povos a essas questões?

As respostas são, a um só tempo, espantosa e simples e controversas.

O desenvolvimento industrial, iniciado ali pelos finais do Século XVIII, principalmente na Inglaterra, transformou radicalmente o mundo. A produtividade da economia em geral cresceu de forma rápida e sem peias. Todos os setores de atividade foram revolucionados, mesmo a agricultura, que viria, com o tempo, a se acoplar indissolivelmente à indústria.

Esse progresso, no sentido de mudança, não de melhoria, se deu inicialmente sem qualquer crítica ou obstáculo quer econômico, quer político, quer social. Parecia não haver limites à produção de bens e serviços, pois a demanda absorveria tudo. Por longas décadas, ninguém pensou no esgotamento dos insumos para essa produção. Ninguém pensou no acúmulo de rejeitos dessa atividade industrial crescente. Poucos observaram os problemas sociais advindos da aglomeração nos centros urbanos de trabalhadores despossuídos, um exército industrial de reserva apontado por Karl Marx. A acumulação de capital era o móvel e o objetivo único da economia.

Com efeito, a teoria econômica neoclássica despreza tudo que não seja o suposto equilíbrio entre oferta e demanda, sendo esta considerada ilimitada

por natureza, não considera a entropia de qualquer processo produtivo.

A hegemonia ideológica do pensamento econômico neoclássico levou a humanidade a despertar para as consequências nefastas de desenvolvimento ambientalmente irresponsável somente depois de algumas tragédias começarem a ocorrer. O desastre de Minamata, no Japão, é talvez o caso mais famoso e revelador do que essa irresponsabilidade, esse desprezo por tudo que não é próprio à produção, em si, pode causar.

O envenenamento, por mercúrio, de peixes, principalmente, fonte de alimento da população local, causou, em dezenas de pessoas, uma morte horrível, precedida de convulsões severas, surtos de psicose, perda de consciência e coma. A responsável pelo despejo de rejeitos industriais tóxicos, causadora da síndrome, era a Corporação Chisso, proprietária da fábrica ali situada, produtora de ceto-aldeído e cloreto de polivilina, o PVC.

O incidente não foi pioneiro somente na contaminação e no envenenamento da população; também ali se constatou a reação de base ideológica econômica contra a tomada de medidas de controle da atividade da fábrica ou de imputação de penalidades ao estabelecimento.

A receita da produção e os empregos – disseram – eram mais importantes que a integridade do meio ambiente, do ambiente marinho ou a saúde das pessoas.

A discussão segue mais ou menos nesses termos, ainda que com menor desfaçatez por parte dos defensores do progresso econômico a qualquer custo.

O que houve recentemente aqui ao lado, na Câmara dos Deputados, quando da votação do projeto do novo Código Florestal, é mais um exemplo da prevalência desse pensamento. Os defensores do desmatamento desenfreado sob a capa de ruralistas patrióticos, dedicados à produção e aumento do PIB nacional deformaram criminosamente um texto que havia sido arduamente acordado nesta Casa entre representantes do agronegócio e do ambientalismo.

É por isso que brasileiros conscientes, dentro ou fora do Governo, louvaram a Presidente Dilma Rousseff pelo veto daqueles dispositivos mais escandalosamente lesivos à preservação dos ambientes naturais ainda existentes no País. Lesivos também à possibilidade de recuperação parcial das áreas já degradadas, como as margens dos cursos d'água. Juntei, por isso, minha voz à dos que clamaram pelo veto presidencial. E a Presidenta, calçada por índices inéditos de aprovação popular, fez uso de sua autoridade e legitimidade para atender essa reivindicação.

O objetivo do crescimento econômico não pode se limitar aos números de curto prazo. São as gerações futuras que herdarão o País e tudo o que legarmos de preservado ou consumido, as verdadeiras donas do Brasil e o foco mais legítimo de nossas preocupações.

Não há sentido tanto frenesi com a Rio+20 se vivemos a ameaça da entrada em vigência de um Código Florestal incompatível com os interesses maiores da Nação. Não há sentido em fazermos esta celebração se os ainda riquíssimos ecossistemas nacionais estiverem no corredor da morte, condenados pela ambição desmedida de alguns e pela emasculação do poder estatal de equilibrar o processo, conciliando crescimento e preservação.

Nesse dias em que celebramos o ambiente é, sim, ocasião de chorar, no lamento pelas espécies e complexos ambientais consumidos na voragem do avanço capitalista desenfreado. Mais que isso, porém, esses dias precisam nos servir para a recomposição de nossas consciências, forças e vontades para a luta. Porque é de luta que se trata, não de um mero debate ideológico de gabinetes acarpetados, mas de um combate por bens muito concretos, por tudo o que constitui nossa base biológica e de subsistência.

Levantemo-nos os que desejam um amanhã mais justo e saudável.

Era só, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Senadores, eu, na semana passada, estive na Itália a convite de uma organização italiana denominada Verde Ambiente e Sociedade, que nos atribuiu, a mim e à Deputada Janete, um prêmio em função de nossa luta em defesa do meio ambiente e das populações tradicionais da Amazônia.

Foi uma oportunidade importante porque, nessa cerimônia, reuniram-se pessoas de várias partes do mundo, entre outras, a Prêmio Nobel da Paz do Iêmen, que, lamentavelmente, teve o seu passaporte preso pelas autoridades de seu país e não pôde ir a Sorrento, no sul da Itália, na Província de Nápoles, para receber essa honraria por seus méritos em defesa da democracia e da luta política em seu país.

A Deputada Janete foi agraciada com o Prêmio Verde Ambiente, e eu recebi uma menção honrosa, juntamente com uma personalidade importante da luta contra a corrupção e a máfia na Itália, que foi o Procurador-Chefe da Brigada Antimáfia de Nápoles, Federico Cafiero, com o qual eu tive uma longa conversa sobre a transparência dos gastos públicos, especificamente

em relação à Lei Complementar nº 131, que tornou obrigatória a exposição das receitas e despesas em tempo real na Internet de todos os entes públicos no nosso País, e também sobre a Lei de Acesso à Informação, que, muito recentemente, passou a vigorar.

Fiquei surpreso com as informações que me foram prestadas. A Itália ainda debate, com uma discussão muito embrionária, a lei de acesso à informação. E em relação à exposição dos gastos, para que se tenha uma idéia, ainda hoje não se exige dos parlamentares italianos nem mesmo as suas declarações de Imposto de Renda. É voluntário. Apenas os parlamentares que politicamente queiram publicam as suas declarações de Imposto de Renda. O que mostra como um país com uma cultura milenar, com uma enorme contribuição à humanidade, sofre um atraso político tão significativo.

E eu tive a oportunidade de conversar com a Vice-Presidenta do Senado italiano, Senadora Emma Bonino, com a qual discutimos e conversamos algum tempo sobre como anda politicamente, qual é o espírito em relação à abertura do Estado italiano para a sociedade. Perguntei-lhe se, politicamente, havia possibilidade de aprovação de uma lei nos moldes que adotamos no Brasil, abrindo completamente os gastos públicos, incluindo a folha de pagamento. Ela foi peremptória. Disse: “Não, aqui não há condição política”, e me relatou uma experiência que ela viveu. Ela propôs, há três anos, a formação de uma comissão para sugerir alguns mecanismos de transparência dos gastos do próprio Senado. O Senado italiano tem um orçamento de 650 milhões de euros anual, e essa comissão não conseguiu se formar tal a indisposição em relação a uma política de transparência na Itália.

O mesmo ocorre na França. A França, todavia, não dispõe de uma lei de acesso à informação e muito menos estão em discussão leis obrigando a exposição dos gastos públicos. Em algumas províncias, em algumas prefeituras, existem iniciativas locais, tornando os gastos absolutamente claros.

Veja, eu acredito, comparando as experiências vividas nos últimos anos, em relação à abertura do Estado brasileiro, que nós sabemos que foi um Estado construído por poucos e para poucos, mas que acelerou a abertura, a prestação de contas ao cidadão, àqueles que pagam impostos.

E nós temos uma carga tributária tão pesada quanto a carga tributária de alguns países europeus, entre eles, da Alemanha ou, então, aqui mesmo, no nosso continente, do Canadá, por exemplo. As cargas tributárias nos nossos países se assemelham e no entanto há uma diferença enorme em infraestrutura, em amparo social entre nossos países. Porque no Brasil

essa carga tributária pesada ainda é concentrada infelizmente na mão de poucos.

Portanto demos passos decisivos, passos importantíssimos, a Lei da Transparência, a Lei de Acesso à Informação, evidentemente que na Lei de Acesso à Informação deveria ter sido criada uma instância, mas isso possível ainda, o Governo ainda pode pensar em criar uma instância administrativa antes de entrar na esfera do Judiciário, para reclamar quando não houver atendimento daquilo que a lei determina.

Esse parece-me que seria importante. Mas, de todas as maneiras, a verdade é que o Brasil deu saltos importantes nesse aspecto de prestação de contas, dos atos e principalmente do dinheiro do contribuinte. No entanto, todo esse esforço pode resultar inútil se a sociedade não se mobilizar para fazer um efetivo controle social desses gastos e, claro, um controle político.

Este ano nós temos eleições municipais e a Lei Complementar 131 deu prazo de até quatro anos para as pequenas prefeituras, aquelas prefeituras com menos de 50 mil habitantes. Estas ainda não estão sendo obrigadas a colocar suas receitas e despesas na Internet, mas as demais já deveriam estar. E a gente sabe que alguns entes públicos resistem à prestação da informação, de acordo com aquilo que a lei determina.

Portanto, é necessária uma atenção especial neste ano eleitoral para que aqueles prefeitos que descumprirem ou que descumprem a lei e seus partidos sejam penalizados, porque não é possível continuarmos elegendo foras da lei para governar os Municípios brasileiros.

Eu falo, no meu caso, do Amapá. Em minha capital, Macapá, não se encontra nenhum tipo de informação, e mesmo com ação judicial o prefeito resiste a cumprir a lei. Portanto, as redes sociais, as entidades e as instituições da sociedade civil têm um papel importante no exercício do controle social dos gastos públicos. Está à disposição nos Portais da Transparência dos Estados, daqui do Senado, no exercício dos nossos mandatos, os parlamentares estão todos disponíveis.

Portanto, resta à sociedade se mobilizar para acompanhar gasto por gasto, detalhe por detalhe e trazer à tona aquilo que for considerado irregular, aquilo que fugir às regras da lei e da Administração Pública.

Portanto, para mim é uma satisfação que o nosso País, em que pesem todas as críticas e as dificuldades que vivemos, está avançando. E avança na boa direção do respeito à cidadania, do respeito ao cidadão.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A sessão está suspensa por alguns minutos, tendo em vista a reunião dos líderes que está terminando.

Vamos suspender a sessão por quinze minutos.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 52 minutos; e é reaberta às 17 horas, sob a Presidência do Sr. Senador Eduardo Amorim.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Está reaberta a sessão.

Passo a palavra, como Líder, ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto à tribuna do Senado Federal para reforçar o debate que nós estamos travando no Brasil em torno da política macroeconômica. Esse é um problema central que o Brasil tem discutido.

Acho que, corajosamente, retomamos o enfrentamento da política de juros, que tem de ser combinada com a questão cambial para nos livrarmos dos megassuperávits primários que a economia tem sido obrigada a fazer para, só neste ano, ultrapassarmos os 250 bilhões de pagamento de juros. É evidente que isso cria um impacto na economia brasileira e leva a economia a ter dificuldade por parte de o governo ser o indutor, de ser aquele que conduz o crescimento econômico, induzindo as empresas suas e, especialmente, as do setor privado a realizarem investimentos, aumentando a capacidade produtiva do nosso País.

Então, esse enfrentamento é crucial e exige uma presença ampla da sociedade brasileira.

Quero dizer que estive agora no congresso da União da Juventude Socialista. Mais de dois mil jovens de todos os Estados brasileiros, discutindo seus temas do cotidiano, discutindo o financiamento à educação, discutindo o Plano Nacional de Educação, a sua meta de 10% do PIB para educação no novo Plano Nacional de Educação, os 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, mas todos sintonizados com a política macroeconômica, com a consciência de que precisam enfrentar esse debate, que têm que chamar a juventude, nas escolas, nas universidades, os professores universitários, para debater a política macroeconômica brasileira. Com qual sentido? O de reforçar uma tendência que o Governo tem adotado: primeiro, reduzir juros. É muito importante para a nossa economia, porque, ao mesmo tempo, cria facilidades em relação ao pagamento de juros, porque você cria a possibilidade de diminuir o impacto do superávit primário, que o Governo é obrigado a gerar, para dar garantias ao pagamento da banca, que tem lucrado ainda horrores em nosso País.

Eu digo isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, porque a política macroeconômica impacta os investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento e cria dificuldades para as obras importantíssimas que vão ajudar o meu Estado, o Ceará, a minha cidade,

Fortaleza, o Nordeste brasileiro e o País inteiro. Elas impactam as obras ferroviárias. Elas impactam as obras portuárias, as obras aeroportuárias. Elas criam dificuldades para as obras que estão no compromisso assumido pelo Brasil com a realização da Copa do Mundo de Futebol e também com as Olimpíadas.

Vejam as dificuldades que um país continental como o Brasil pode ter se não enfrentar esse dilema da política macroeconômica. Isso precisa de sustentação política. Isso precisa de apoio forte. Isso precisa ser dito para a nossa Presidente, que ela conta com maioria aqui no Congresso Nacional e conta com maioria no meio do povo, no movimento social, no movimento sindical, no movimento estudantil; que ela tem apoio para esse tipo de política entre os estudantes, no meio da juventude, nas organizações femininas do Brasil inteiro, e que ela conta com o apoio de segmentos fortes do empresariado nacional, seja o micro, seja o pequeno, seja o médio, seja o grande empresário, que tem que se juntar, se unir, para reforçar uma tendência que significa redução drástica desses juros que são praticados no País, redução desse superávit primário gigantesco que acomete a nossa economia, que impede a velocidade adequada. Porque é dito que nós temos que ter aceleração do crescimento, mas a aceleração tem que ser com a liberação dos recursos destinados para as obras...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós nos temos, digamos, envolvido intensamente com esse debate.

Esse é um debate que interessa ao País inteiro. Esse não é um debate de Governo e oposição. Esse não é um debate que envolva a sua base no Congresso Nacional e, ao mesmo tempo, só parte da oposição ou que deixe a oposição fora. Não. Esse é um debate na busca de um projeto de construção de uma Nação forte, capaz de integrar os países da América do Sul, de chegar ao Pacífico e de trazer os países que estão no Pacífico também para o Atlântico.

Isso se faz com arrojo. Isso se faz com determinação e, sobretudo, com o apoio do Congresso Nacional e do povo brasileiro, nos seus mais diversos segmentos.

Essas questões temos levantado, cotidianamente, na discussão entre nós, mas é preciso ganhar a sociedade, para darmos esse passo avançado, ao lado da Presidenta Dilma Rousseff, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a, na oportunidade em que aproveito para cumprimentá-lo em nome do povo do Amazonas, que lhe quer tão bem e que quer sempre, com muita satisfação, que o saudemos, a inclusão do requerimento que pede regime de urgência ao Projeto de Lei nº 11, de 2007, que visa a assegurar, Sr. Presidente, a equivalência jurídica, para todos os fins de direito, da cópia digital de um documento em relação ao original firmado em papel.

Dessa forma, Sr. Presidente, nós eliminaríamos toneladas de papel, que certamente se traduziriam em expressivas reduções de custo para as empresas brasileiras, com imenso benefício para o meio ambiente.

Tendo em vista que estamos à véspera da semana da Rio+20, em que o Brasil sediará essa importante conferência internacional sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a economia verde, eu solicitaria a V. Ex^a a inclusão em pauta da leitura do requerimento e a posterior votação desse requerimento, para que a matéria pudesse ser aprovada, tendo em vista a impressão que tenho de que há acordo entre os Líderes para a sua votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não havendo nenhuma restrição do Plenário, atendo à solicitação de V. Ex^a e vou submeter a voto o requerimento de urgência.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 542, DE 2012

(Requerimento nº 25, de 2012 – CCT)

Requeiro, nos termos regimentais, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007, que “Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletrônicos”.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2012. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 25/12 -CCT NA REUNIÃO DE 06/06/2012
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE EVENTUAL: SENADOR WALTER PINHEIRO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B e PRB)

ÂNGELA PORTELA

1. DELCÍDIO DO AMARAL

ANIBAL DINIZ

2. PAULO PAIM

WALTER PINHEIRO

3. CRISTOVAM BUARQUE

JOÃO CAPIBERIBE

4. LÍDICE DA MATA

RODRIGO ROLLEMBERG

5. EDUARDO LOPES

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

EDUARDO BRAGA

1. SÉRGIO SOUZA

VALDIR RAUPP

2. LUIZ HENRIQUE

VITAL DO RÉGO

3. RICARDO FERRAÇO

LOBÃO FILHO

4. RENAN CALHEIROS

CIRO NOGUEIRA

5. IVO CASSOL

EUNÍCIO OLIVEIRA

6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA

1. ALOYSIO NUNES FERREIRA

LEXA RIBEIRO

2. CÍCERO LUCENA

JOSÉ AGRIPINO

3. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)

GIM ARGELLO

1. FERNANDO COLLOR

ALFREDO NASCIMENTO

1. JOÃO RIBEIRO

PSD/PSOL

VAGO

SÉRGIO PETECÃO

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 11, de 2007, proveniente da Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Eduardo Braga, pergunto a V. Ex^a se posso submeter a voto o Projeto de Lei da Câmara que V. Ex^a pediu urgência. Agora, eu consultaria o Plenário se dispensaria o interstício de 48 horas que o Regimento prevê.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, diante da oportunidade e da relevância do tema e não havendo manifestação em contrário em torno da quebra de interstício, penso que sim.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Como todos os Líderes assinaram e o Senador Aloysio Nunes Ferreira está ali, vou submeter a voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2007

Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007 (Projeto de Lei nº 1.532, de 1999, na Casa de origem, de autoria da Deputada Ângela Guadagnin), que *dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos*.

O parecer é favorável, sob nº 646, de 2012. O Senador Aloysio Nunes Ferreira foi o Relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa.*)
Encerrada a discussão.

Há um requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, mas como ele não se encontra presente, na forma regimental deixa de ser apreciado.

Votação do projeto.

Os Senadores e Senadoras que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2007

(Nº 1.532/1999, na Casa de origem)

Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A digitalização, o armazenamento em meio eletrônico, óptico ou equivalente e a reprodução de documentos públicos e privados serão regulados pelo disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Entende-se por digitalização a conversão da fiel imagem de um documento para código digital.

Art. 2º É autorizado o armazenamento, em meio eletrônico, óptico ou equivalente, de documentos públicos e privados, sejam eles compostos por dados ou imagens, observadas as disposições constantes desta Lei e da regulamentação específica.

§ 1º Após a digitalização, constatada a integridade do documento digital, o original poderá ser destruído, ressalvados os documentos de valor histórico, cuja preservação deverá observar a legislação pertinente.

§ 2º O documento digital e a sua reprodução, em qualquer meio, procedida de acordo com o disposto nesta Lei terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito.

Art. 3º O processo de digitalização deverá ser realizado de forma a manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

Parágrafo único. Os meios de armazenamento dos documentos digitais deverão protegê-los de acesso, uso, alteração, reprodução e destruição não autorizados.

Art. 4º As empresas privadas ou os órgãos da Administração Pública direta ou indireta que utilizarem procedimentos de armazenamento de documentos em meio eletrônico, óptico ou equivalente deverão adotar sistema de indexação que possibilite a sua precisa localização, permitindo a posterior conferência da regularidade das etapas do processo adotado.

Art. 5º Decorridos os respectivos prazos de decadência ou prescrição, os documentos armazenados em meio eletrônico, óptico ou equivalente poderão ser eliminados.

Art. 6º Os registros públicos originais, ainda que digitalizados, deverão ser preservados de acordo com o disposto na legislação pertinente.

Art. 7º Os documentos digitalizados nos termos desta Lei terão o mesmo efeito jurídico conferido aos documentos microfilmados, consoante a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, e regulamentação posterior.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Senador Mozarildo Cavalcanti é aniversariante.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Nossos cumprimentos, que expressam o sentimento de toda a Casa.

Os Itens 1 e 2 precisam *quorum* qualificado. Agora mesmo, na reunião dos Líderes, ficamos de receber uma proposta das Lideranças, estabelecendo o dia para votação das emendas constitucionais.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu sou autor de um requerimento que pede o apensamento de alguns projetos de lei que tratam de incentivo fiscal. É o Requerimento nº 509, que estava na pauta para o dia 20 de junho.

Eu pediria a V. Ex^a, se possível, para antecipar essa pauta votando hoje o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Estou mandando providenciar a vinda do requerimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 3:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, DE 2011

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Delcídio do Amaral, que *acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.*

Parecer sob nº 486, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários da Senadora Marta Suplicy e dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira.

São os seguintes os itens que tramitam em conjunto:

Item 4:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2011

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota

interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.

Item 5:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, DE 2011

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lobão Filho, que *altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A matéria constará da Ordem do Dia em sessões consecutivas e hoje transcorre a quarta sessão.

A matéria continuará na Ordem do Dia para concluir a discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Requerimento nº 448, de 2012, do Senador Cyro Miranda, pedindo que os Projetos nºs 369 e 552, de 2011, seja também ouvido na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sem objeção, aprovado o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 7:**

REQUERIMENTO Nº 450, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 450, de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sem objeção, aprovado o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 8:**

REQUERIMENTO Nº 472, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 472, de 2012, do Senador João Durval, solicitando tramitação conjunta dos Projetos

de Lei do Senado nºs 155, de 2010, e, 577, de 2011 – Complementares, por regularem matérias correlatas.

Sem objeção, aprovado o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Votação, em turno único, do Requerimento nº 476, de 2012, da Senadora Vanessa Grazziotin, pedindo que, seja ouvida, a Comissão de Assuntos Econômicos no Projeto de Lei do Senado nº 582, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sem objeção, dou como aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pedido do Senador José Pimentel, requerido no plenário.

Requerimento também de nº 509, de 2012, pedindo a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 94 e 447, de 2007; 135, de 2008; 242 e 312, de 2009; 158, de 2010; 76 e 569, de 2011; e 128, de 2012, por regularem matérias correlatas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o requerimento.

Sem nenhuma contestação do Plenário, o requerimento foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Teríamos ainda, como preferência, de submeter a votos matéria que veio da Comissão de Constituição e Justiça, que submete o nome da Desembargadora Suzete para o Superior Tribunal de Justiça, mas, sendo evidente a falta de número no plenário – trata-se de uma votação qualificada –, adiamos a matéria para amanhã.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Terceira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Perdão, eu queria comunicar também ao Plenário que, por acordo de Lideranças há pouco realizado na Presidência da Casa, todas as sessões da próxima semana, a realizarem-se nos dias 18 a 22 de junho, serão não-deliberativas, uma vez que estaremos realizando nessa época a Conferência Rio+20, e muitos Senadores estão envolvidos nos trabalhos dessa grande reunião, que tem caráter mundial e da maior importância para o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 543, DE 2012

Requeiro, com fundamento nos artigos nºs 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de representação, com ônus para o Senado Federal, em Audiência Pública na CPMI da Violência Contra as Mulheres, cuja relatoria me foi confiada, a realizar-se no dia 22 de junho de 2012, na Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso do Sul. – Senadora **Ana Rita**

REQUERIMENTO Nº 544 DE 2012

Requeiro, com fundamento nos artigos nºs 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de representação, com ônus para o Senado Federal, em Audiência Pública da CPMI da Violência Contra as Mulheres, cuja relatoria me foi confiada, a realizar-se no dia 25 de junho de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. – Senadora **Ana Rita**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 545, DE 2012

Requeiro, com fundamento no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em caráter definitivo, do Requerimento nº 514, de 2012, de minha autoria, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011 e o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2011, seja ouvida, também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2012. – Senador **Paulo Davim**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência defere o requerimento de retirada do **Requerimento nº 514, de 2012**, que solicita a audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011**.

A matéria retorna à Secretaria-Geral da Mesa, uma vez que consta da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 20 o Requerimento nº 513, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 546, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como missão a serviço do Senado, minha ausência dos trabalhos da Casa nos dias 18 a 22 de junho do corrente ano, quando participarei, na qualidade de representante do Senado Federal, na Conferência Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro. – Senador **Cícero Lucena**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 547, DE 2012

Solicita, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 413, de 2005, 172, de 2006 (e seu apenso) e 304, de 2009 (e seu apenso), por proporem alterações na Lei do Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 4.595, de 1964).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Diversas proposições que compartilham do propósito de modificar e modernizar aspectos da legislação sobre o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 4.595, de 1964) tramitam isoladamente.

Entendemos que para contribuir com a racionalidade do processo legislativo devem estas proposições tramitar conjuntamente.

São os casos dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei do Senado nº 413, de 2005 – Complementar, que acrescenta Seção à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que “Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”;
- Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2006 – Complementar, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores (e seu apenso, o PLS nº 635/07);
- Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2009 – Complementar, que “Estabelece que os emissores de cartão de crédito deverão oferecer informações mais detalhadas sobre os custos e uso do cartão de crédito, não poderão alterar taxas e outras condições de contrato com menos de quarenta e cinco dias de antecedência e não poderão cobrar multas de titular do cartão por exceder o limite de crédito concedido” (e de seu apenso, PLS nº 127, de 2010).

Sala das Sessões, de junho de 2012. – Senador **João Vicente Claudino** (PTB/PI)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 548, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da jornalista e Secretária Municipal de Turismo de Canidé de São Francisco – SE, Silvia de Oliveira, ocorrido em 8 de junho em Aracaju:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar, e

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2012. – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O próximo orador tem a palavra pela Liderança. (*Pausa.*)

Não está presente.

Senador Wellington Dias, como orador inscrito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, aproveitando a presença de V. Ex^a, Sr. Presidente, eu gostaria de, primeiro, aqui fazer um encaminhamento.

Nós temos nesta Casa, neste período de muitas investigações – Conselho de Ética, CPMI –, uma situação em que se verifica claramente já uma dificuldade para o funcionamento das comissões. O nosso Regimento estabelece prioridade para as comissões permanentes; e o fato que já tem sido verificado em alguns momentos em que temos a presença e funcionamento de comissões permanentes é que sempre é colocada como prioridade a CPMI. Então, eu queria fazer aqui essa consideração para que pudessem a TV Senado e a Rádio Senado, tratarem, de um lado, é claro, daquilo que interessa e é papel desta Casa, que é a parte das investigações, mas também que possamos tratar daquilo que importa ao Brasil.

Hoje, tivemos aqui uma importante audiência tratando sobre a economia neste momento de crise mundial, de situações que agora colocam em preocupação a própria Espanha – na Europa, não mais só a Grécia, e Portugal, e Itália –; nós temos ainda situações que merecem toda uma atenção em relação à Índia; aqui, da parte do Governo brasileiro e de toda a sociedade, há preocupações em relação ao câmbio, à inflação e ao crescimento econômico.

Portanto, hoje eu cito esse exemplo na CAE. No momento em que tínhamos aqui a presença do Presidente do Banco Central, nós não tínhamos ali a devida transmissão. Eu queria fazer aqui esse registro, chamando a atenção para a importância das comissões permanentes nos trabalhos desta Casa.

Repito: de um lado, reconheço o papel investigativo do Congresso Nacional – da Câmara e do Senado –, mas também é importante perceber que, enquanto as investigações prosseguem, nós temos importantes temas e projetos, enfim, destacados aqui em andamento.

Aliás, quero aqui parabenizar, porque, há pouco, Senador Paulo Paim, nós acabamos de aprovar aqui o requerimento do Senador José Pimentel que coloca as condições de votação de um conjunto de projetos; são nove projetos que tratam sobre a regulamentação para a empregada doméstica, colocando direitos que são fundamentais para essas trabalhadoras.

Quero ainda dizer que hoje, em razão de um baixo quórum no plenário, nós tivemos o adiamento das votações nominais para a sessão de amanhã, dentre elas a que coloca a apreciação do nome da Desembargadora Assusete como Ministra do STJ, cuja aprovação espero ver aqui, por tudo que ela representa e do trabalho já desenvolvido no Tribunal Federal da 1ª Região.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz hoje aqui é um balanço, como Presidente da Subcomissão que acompanha o Brasil Sem Miséria, na Comissão de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais, do trabalho desenvolvido por essa área, por este importante programa no nosso País.

A nossa Ministra Tereza Campello, a sua equipe e a própria Presidente Dilma têm manifestado forte interesse para que possamos trabalhar as metas que foram traçadas para o Brasil dentro do Programa Brasil Sem Miséria. Cito aqui, por exemplo, a Busca Ativa.

A Busca Ativa é um programa que quer trazer para o cadastro dessa rede de proteção às famílias mais pobres, que traz para esse cadastro exatamente as famílias que ainda, por alguma razão não foram contempladas. Percebendo que muitas vezes essas famílias sequer têm conhecimento dos seus direitos, o Governo criou uma estrutura, uma rede que se chama Busca Ativa, pela qual, com a integração dos municípios com os Governos estaduais, com as áreas do Governo Federal e principalmente com os movimentos organizados pela sociedade – associações, cooperativas, clubes de mães, enfim, por um conjunto de movimentos que colaboram e contribuem – pretende-se, entre junho de 2011 até o ano de 2014, alcançar 800 mil famílias, que, pelos cálculos do Governo, têm o direito e encontram-se não atendidas, fora do cadastro das famílias a serem atendidas.

E veja o lado positivo: ainda em 2011, 407 mil famílias foram atendidas. Agora no ano de 2012, nós já alcançamos 687 mil famílias atendidas de uma meta estabelecida que poderemos alcançar já em 2013 na casa de 800 mil famílias. São famílias que já passam a receber um conjunto de direitos: a Bolsa Família, o benefício da prestação continuada e um conjunto de outras ações que são fundamentais para retirar essas famílias da miséria.

Digo aqui, ainda, da importância de termos 39% dessas famílias em Municípios com mais de 100 mil

habitantes, com 75% delas em centros urbanos. Um total de 14% destas exclusões são de famílias de público específico, ou seja: populações indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, catadores de material reciclável, população em situação de rua, dentre outros.

Devo destacar que isso também é uma forma de fazer, pelas mãos dos mais pobres, circular o dinheiro de modo forte pela economia do nosso País. Estamos falando aqui de um impacto na economia com aumento de 40% já entre 2010 e o ano de 2012. E esses recursos permitem que possamos aquecer a economia num momento em que isso é fundamental. Quero aqui dizer que cerca de R\$20 bilhões que circulam na economia brasileira, previstos no Orçamento para o ano de 2012.

Não é demais lembrar que começamos lá trás, em 2003, com R\$570 milhões para atender às famílias nessa rede de proteção ali existente; foi crescendo ao longo do tempo, e já alcançamos R\$20 bilhões em todo o País.

Devo ainda dizer que, dentro desse trabalho, tivemos também um aumento do benefício. O benefício que começou numa média de R\$97,00, em 2010, está chegando agora a R\$134,00, na média, a partir deste mês de junho, com a ação do Brasil Carinhoso, que coloca as condições de atendimento às famílias que têm crianças de zero a seis anos. Essa é uma meta importante, porque o objetivo é proteger a parte mais frágil das nossas famílias, que são as crianças recém-nascidas e de até seis anos e onze meses.

Junto com o Brasil Carinhoso, junto com esse complemento de renda, cujo objetivo é ir acima de R\$70,00 *per capita*, há a presença de um crescimento da escola infantil. Além de creches com alimentação, com medicamentos, haverá o crescimento também para 6.400 escolas infantis espalhadas por todo o Brasil. Antes apenas a classe média em muitos lugares podia colocar os seus filhos para começar a alfabetização, a lidar com números, a partir de quatro anos de idade; agora isso se espalha para todo o Brasil.

Quero ainda destacar aqui que temos, em meio a isso, 1,3 milhão de benefícios concedidos para as famílias que têm de três a cinco filhos e que passam a ter um complemento ainda maior.

Destaco ainda nas ações do Brasil Carinhoso o quanto reduziremos a pobreza no Brasil. Lá atrás, cerca de 40% da população na faixa etária entre zero e seis anos estavam na faixa da extrema pobreza, e reduziremos esse percentual para 5%, 6% em todo o Brasil. No meu Estado, o Estado do Piauí, tínhamos 42% da população na miséria; conseguimos, até o ano de 2010, reduzir para 20% e agora vamos ter um novo

avanço, reduzindo para algo em torno de 8%. Então, é uma medida que, de um lado, protege.

Nessa rede, repito, nesse caso do Brasil Carinhoso, a partir de 2012, do mês de junho, serão retiradas da pobreza famílias que totalizam 2,7 milhões de crianças de 0 a 6 anos; elas saem da extrema pobreza, reduzindo a miséria nessa faixa etária em cerca de 62%. Na região Nordeste, onde a situação era mais grave, estamos retirando 73% das crianças da extrema pobreza.

Então, quero destacar como algo muito importante não só a rede de proteção mas a inclusão produtiva, com mais de um milhão de atendimentos no meio rural, onde se localizam essas situações mais graves, com atendimentos com programas como Luz para Todos, Água para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos, programa que garante a compra da produção dos agricultores familiares. Enfim, são 129 famílias espalhadas em muitas regiões do Brasil. O Água para Todos já está atendendo a 111 mil famílias, especialmente no semiárido, e o Bolsa Verde, a 23 mil famílias. E temos ainda o crédito fomento, programa da agricultura familiar que atende a um conjunto de territórios espalhados em todo o Brasil, principalmente nas regiões que foram mapeadas como aquelas em que a pobreza era mais concentrada.

Acredito que esse é um caminho que o Brasil faz escola, em que o Brasil se torna referência para todo o Planeta, porque, numa velocidade muito grande, estamos resolvendo, ao mesmo tempo, o problema da pobreza, não só no que tange à renda, mas também no que tange à educação, à qualificação profissional, à habitação, à energia elétrica, às condições de estradas, às condições de atendimento descentralizado na área da saúde, ao atendimento aos dependentes químicos, ao atendimento especial às pessoas com deficiência, enfim, olhando todas as áreas onde a necessidade é maior.

O objetivo, portanto – e isso é parte do nosso projeto – é exatamente garantir que o braço forte do nosso Estado chegue aonde mais precisam. aos brasileiros e brasileiras que normalmente foram esquecidos, e isso desde uma simples cisterna até um atendimento como esses vinculados a programas de qualificação profissional.

Destaco, ainda, o programa emergencial que trata de situações de enchentes e de irregularidades de chuva. Ainda hoje o Governador do Estado do Piauí esteve com o Ministro da Integração, Fernando Bezerra, tratando de um conjunto de projetos – integrado pelos Municípios e pelo Governo do Estado do Piauí – que vai desde o atendimento emergencial com água ao atendimento com sistemas permanentes de

abastecimento: o Garantia Safra, o Bolsa Estiagem, a compra direta de alimentos e a venda subsidiada de alimentos como o milho.

Estou reivindicando ao Governo que possamos ampliar com o feijão, com a farinha, com o arroz e com outros produtos que estão na cesta básica para equilibrar preços nessas regiões. Estamos cobrando, também, que a Conab e o Ministério da Agricultura possam seguir a mesma orientação.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem um milhão de vagas abertas até 2014 e agora foram criadas mais 256 mil vagas nas 27 Unidades da Federação. Entre as 123 mil pessoas já inscritas, das 256 mil vagas criadas, 70% – é importante destacar – são mulheres, e 44% dos inscritos são pessoas entre 18 e 28 anos. É uma prioridade exatamente o atendimento às mulheres e à juventude.

Aqui eu destaco esta particularidade: são cursos que levam em conta a necessidade de cada lugar. São 189 tipos de cursos nas mais diferentes áreas onde temos necessidades, em cada Município, em cada região do Brasil. São cursos de eletricitista, de cuidador de idoso, de operador de computador, auxiliar administrativo, costureiro, pedreiro, servente de pedreiro, enfim, em áreas que combinam. Para a construção civil, por exemplo, há a cursos de carpinteiros, de pedreiros, de auxiliares, de eletricitistas, para programas como o Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos e relacionados às obras das estradas, das unidades básicas de saúde, dos hospitais, enfim, gerando, portanto, uma capacidade profissional mais descentralizada e, principalmente, dentre aquelas famílias que mais precisam.

Destaco, ainda, 171 mil novos empreendedores individuais que estão no cadastro único, formalizado, e que agora se preparam para atividades planejadas e que, em seguida, terão acesso ao financiamento. A expansão das redes básicas e especiais de assistência social também são vitórias importantes que quero destacar em todas as regiões do Brasil.

Quero dizer, em relação ao atendimento com novas Unidades Básicas de Saúde, que são 2.122 unidades, tendo sido repassados agora recursos para 2.077 delas. São muitas! Esses dias eu vi a alegria do povo lá da região Norte, em Parnaíba, em Luís Correia, em Esperantina e em várias outras cidades do nosso Estado que passaram a receber recursos para as Unidades Básicas de Saúde. São territórios mais vulneráveis onde as equipes médicas, melhor estruturadas, vão poder prestar uma atenção melhor dentro do Brasil Sem Miséria.

Eu queria assim destacar a importância desse trabalho. O objetivo é centrar, primeiro, no atendi-

to emergencial, em emergência, desde situações que são típicas, como essas relacionadas a enchentes ou relacionadas à seca, assim como no atendimento em regiões mais vulneráveis, como no semiárido ou em comunidades específicas que foram lembradas aqui – indígenas, quilombolas, dentre outras.

Destaco ainda, Sr^a Presidente, a necessidade de trabalharmos a educação, de modo que possa haver, de um lado, a descentralização, desde a creche até a pré-escola, a educação fundamental, o Pronatec e o ensino técnico para cursos de curta duração e cursos de ensino médio, garantindo, a partir daí, as condições de qualidade. E eu tenho defendido – já cobrei isso e estive apresentando ao novo Ministro da Educação, Aloizio Mercadante – que a gente também possa trabalhar com o reforço escolar e também com o cursinho popular, que permite, na minha visão, por uma experiência que vivenciamos no Estado do Piauí, dar a oportunidade, de um modo mais forte, aos alunos, independente de raça, de sexo, de cor, para que possam chegar à universidade. Ainda hoje estivemos no MEC e estivemos também com o Ministério da Saúde na semana anterior.

Comemoro aqui, com o povo da Parnaíba, com as lideranças daquele Município, com quem estive no último final de semana, e de toda aquela região a abertura, por exemplo, do curso de Medicina em Parnaíba para a Universidade Federal, agora aberto também para o setor privado. Da mesma forma para Teresina; e cobramos agora, junto com o Governador e com as lideranças também, para as cidades de Picos, Floriano e Bom Jesus. São regiões do Estado que têm hoje um avanço na área hospitalar, nas condições de laboratório prático, importante para os cursos de Enfermagem, de Medicina e de outros da área de saúde e em regiões que ainda têm muita carência de profissionais da área da saúde. É por essa razão que eu quero aqui comemorar esses importantes avanços que tivemos.

Ainda quero destacar, para encerrar, dentro da linha do desenvolvimento, uma reunião com o Governador, junto ao Presidente da Infraero em que tratamos, para inaugurar agora no mês de julho, das obras do Aeroporto de Teresina; é uma ampliação, uma obra ainda emergencial, improvisada, mas um passo importante para que a gente tenha ali, na área de embarque e desembarque, maior conforto aos passageiros que se direcionem à cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí.

Destaco que, junto com esse trabalho, esperamos que, na data da inauguração, a Infraero e a Anac possam apresentar o projeto definitivo de modernização do nosso aeroporto. Junto com isso, já prevendo projeto de longo prazo, o Governador apresentou ao

presidente da Infraero uma proposta de três áreas no entorno da capital. São áreas que pertencem ao Governo do Piauí e que são colocadas à disposição para se planejar, para médio e longo prazo, um novo aeroporto fora do centro da cidade. Eu acho que essa é uma medida acertada e que nós temos que comemorar.

São essas coisas que trago à tribuna desta Casa, comemorando, certamente, com o povo brasileiro e, de forma especial, com o povo do Piauí.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Wellington Dias.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão, pela liderança... O Senador Sérgio Petecão não está. Então o Senador Amorim, desculpe.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador) – Srª Presidente; Srªs Senadoras, Srs. Senadores; ouvintes da Rádio Senado; espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, gostaria, hoje, de defender uma proposição que me parece extremamente importante e, sob muitos aspectos, também urgente: a redução das alíquotas do Imposto de Renda pago pelas pessoas físicas.

Em 1998, Sr. Presidente – portanto, há quase 15 anos –, o Governo Federal aumentou em 10% a alíquota máxima do IRPF, que passou de 25% para 27,5%. Na ocasião, a justificativa utilizada foi a de que o nosso País precisava enfrentar uma crise de arrecadação tributária e, paralelamente, atender às recomendações do Fundo Monetário Internacional.

Pois bem, como tantas vezes acontece, o que era para atender a uma necessidade temporária virou solução permanente; o que era para ser provisório virou definitivo. Decorridos tantos anos, cá estamos, até hoje, com a alíquota máxima fixada em 27,5%.

Durante esse período, algumas mudanças foram introduzidas, como a criação das alíquotas intermediárias de 7,5% e de 22,5%, que vieram somar-se às já existentes. A alíquota máxima, porém, permaneceu inalterada.

Na verdade, Srª Presidente, o que todos deveriam entender é que a manutenção das alíquotas em patamares elevados não implica, necessariamente, aumento de arrecadação. Pelo contrário! Muitos economistas, inclusive, defendem a ideia de que é exatamente a opção antagônica: a redução dos impostos contribui para o aumento da arrecadação na medida

em que gera mais consumo. Isso sem contar os outros reflexos positivos, como a melhoria do bem-estar das famílias e a geração de empregos.

Nesse sentido, permito-me citar aqui um artigo publicado no ano passado pelo pesquisador Adolfo Sachsida que trata exatamente da forma como os impostos afetam o crescimento econômico. Inicialmente, o artigo elenca uma série de evidências empíricas e teóricas apontadas pela literatura especializada sobre a melhor maneira de se promover a arrecadação tributária.

Uma dessas evidências, Srªs e Srs. Senadores, é a de que “não se deve usar a carga tributária para promover distribuição de renda. Distribuição de renda deve ser feita por meio de gastos públicos e não via tributação”.

O autor também dá muita ênfase àquilo que os especialistas chamam de “peso morto dos impostos”: a perda de eficiência econômica associada a determinadas políticas tributárias.

Toda vez que o Poder Público aumenta ou cria impostos, uma quantidade de trocas que antes era realizada na economia deixa de ser feita. Com a redução da atividade econômica, fica prejudicado o crescimento – é o que estamos vendo hoje.

Para tentar quantificar esse peso morto dos impostos no cenário nacional, o pesquisador fez uma comparação entre a carga tributária bruta e o Produto Interno Bruto, ambos trimestrais, no período compreendido entre o primeiro trimestre de 1995 e o quarto trimestre de 2009.

Os dados foram os mais oficiais possíveis. A carga tributária calculada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o PIB real calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto aos resultados do estudo, Sr. Presidente, foram extremamente significativos. Se, no começo de 1995, a carga tributária bruta representava 27,4% do PIB, no final de 2009, pasmem, ela atingiria 34,4% do PIB, um aumento de sete pontos percentuais, Sr. Presidente, em apenas quinze anos.

A decepção ainda foi maior, porém, quando o economista buscou determinar a correlação entre as taxas de crescimento da carga tributária e do PIB e chegou à conclusão de que essa correlação é fortemente negativa, ou seja, quando a carga tributária sobe o PIB cai, Sr. Presidente. Quando a carga tributária cai, pelo menos se mantém inalterado o PIB e dá sinais de recuperação desse PIB.

Em termos numéricos, o artigo conclui que, no longo prazo, cada aumento de 1%, Sr. Presidente, na carga tributária bruta gera uma redução de 3,86% no PIB. E mesmo na regressão de curto prazo, Sr. Presidente, a decisão de aumentar o valor dos impostos não

se mostra produtora. No curto prazo, um aumento de 1% na carga tributária reduz a taxa de crescimento do PIB em torno de 0,42%.

É certo, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, que essas conclusões devem ser observadas com cuidado. O próprio autor, no artigo, faz um alerta contra isso; afinal, há uma série de outros fatores, internos e externos, que acabam influenciando no comportamento da economia, é verdade.

De uma forma ou de outra, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, muitas vezes o Poder Público dá um jeito de aliviar a situação das pessoas jurídicas.

Estamos vendo isso recentemente, através da redução do IPI nas vendas de veículos automotores e a iminente fusão de PIS e Cofins são exemplos de situações em que se busca uma saída para não prejudicar a economia.

Já o contribuinte pessoa física, vejam só, esse não tem um padrinho forte. Paga o que lhe é cobrado. Mesmo quando a cobrança se revela extremamente descabida, como no caso dessa alíquota de 27,5%, por exemplo, que era para ser temporária e virou permanente.

Vivemos mergulhados em tributos. A quantidade de dias trabalhados por ano pelo cidadão brasileiro só para cumprir suas obrigações tributárias aumenta a cada novo levantamento realizado, Sr. Presidente. Hoje, já são 149 dias. Vou repetir, Sr. Presidente: hoje, pagamos de tributos com o nosso suor 149 dias por ano, cinco meses por ano, apenas para dar conta dos impostos.

O apetite tributário do Brasil é maior do que o de países como a França, os Estados Unidos e tantos outros, perdendo apenas para alguns poucos países. Aqui, a verdade que já se faz histórica é a de que o nosso Poder Público arrecada como um país rico, mas oferece, em contrapartida, serviços muitas vezes de país pobre.

Tanto isso é fato que o próprio Governo, reconhecendo a precariedade das escolas públicas, de um lado, e do atendimento médico que proporciona, de outro, permite ao cidadão abater do Imposto de Renda uma parte das despesas realizadas com educação e com saúde. Esse é um reconhecimento, Sr. Presidente, de que os serviços de saúde e de educação não são ainda adequados.

Hoje, porém, quero dar especial destaque a essa questão da alíquota, especialmente as de imposto de renda. Nada nos impede, Sr. Presidente, de dar tratamento prioritário ao assunto. Podemos incluir, sim, já na proposta orçamentária para 2013, uma alíquota menor do que 27,5%, reduzindo as outras alíquotas, por exemplo.

Não se trata – volto a insistir – de favor ao contribuinte. Não, não é favor ao contribuinte. Trata-se, tão somente, de voltar a uma situação que tínhamos 15 anos atrás e que foi modificada sob o argumento da emergência, um argumento que hoje em dia já não se sustenta, Sr. Presidente.

As famílias brasileiras – volto a dizer – nunca estiveram tão endividadas. A política tributária, todos sabemos, deve ser feita com bom senso, com equilíbrio, mas, acima de tudo, com senso de justiça.

E nada me parece mais justo, Sr. Presidente, do que tirar das costas do trabalhador brasileiro, principalmente daqueles que a Receita define como pessoas físicas, o peso de uma carga tributária tão feroz, tão opressiva e, muitas vezes, perversa.

Nossas famílias, insisto pela terceira vez, nunca estiveram tão endividadas.

Sr. Presidente, para finalizar, quero parabenizar, também, a atitude – ficamos sabendo hoje à tarde – do Governo, que reconhece que sem médico é difícil manter a saúde pública deste País. Assim, corrige a Medida Provisória nº 568, com que a classe médica e os profissionais da saúde eram extremamente prejudicados.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero parabenizar toda a família de caminhoneiros deste País. Hoje, ocorre, na cidade onde nasci, Itabaiana, no Estado de Sergipe, a 46ª Festa do Caminhoneiro. Lá, Sr. Presidente, quase toda família tem um caminhão ou mais, ou seja, as famílias itabaianenses transportam, de norte a sul, de leste a oeste deste País, alimentos, progresso sem fim. Afinal de contas, é o sistema rodoviário o nosso principal sistema de transporte.

Então, mais uma vez, parabenizo todos os itabaianenses e todos os sergipanos pela 46ª Festa do Caminhoneiro na nossa cidade e no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Amorim, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Eduardo Amorim. Com a palavra, agora, o Senador Blairo Maggi, pelo PR do Mato Grosso.

V. Ex^a tem o tempo regimental de 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu quero aproveitar esta oportunidade para fazer algumas co-

locações na área da infraestrutura, principalmente no meu Estado de Mato Grosso.

Eu já tive várias ocasiões, várias oportunidades de vir a esta tribuna para reivindicar ao Governo Federal a criação de novos caminhos na área de infraestrutura no Estado de Mato Grosso, e quero fazer isso novamente.

Quero, hoje, aproveitar para dar uma sugestão ao Governo Federal, à Presidente Dilma, ao Ministério dos Transportes.

Lembro que, um ano atrás aproximadamente, Sr. Presidente, foi aprovada aqui neste plenário uma autorização para o Governo se comprometer com R\$30 bilhões para construção de uma linha que chamamos aqui, ou foi apelidada, de trem-bala, que liga Campinas/SP ao Rio de Janeiro. E esse trem-bala que foi autorizado tinha um prazo para iniciar e entrar em operação até 2014, na Copa do Mundo, mas o Governo acabou se atrapalhando e não conseguiu fazer a licitação dessa obra que todos acham importante para o desenvolvimento do Brasil. E era importante para as Olimpíadas e para a Copa.

Mas isso já não vai ficar mais pronto para a Copa e, com toda certeza, também não ficará pronto para as Olimpíadas.

Mas gostaria de deixar uma sugestão ao Governo, e sabemos que o Governo não tem feito grandes investimentos. Lá na BR-364, em Rondônia, está virando uma buraqueira também. E, depois, vou falar de outro trecho da 364 em Mato Grosso. Nós sabemos que o Governo tem tido problemas nos investimentos por falta de recursos. E, às vezes, tem recursos e não consegue aplicá-los, porque a guerra do papel é muito maior; demora-se muito mais hoje para vencer a guerra do papel, as licenças ambientais, os controles de TCU, CGU, MPF, MPE, TCE.

É tanta gente cuidando de uma obra que já não se consegue mais fazer a obra sair do lugar.

Então, temos essa dificuldade, mas sei que grandes projetos, ou outros projetos, não têm acontecido no País por falta de recursos. E eu queria aqui deixar uma sugestão ao Governo, para que pegasse a dotação dos R\$30 bilhões... Se esse valor existia naquela época, ele deve existir hoje ainda, porque o aprovamos aqui.

Aliás, não teve o meu voto naquele dia. Votei contra o projeto por entender que ele não é tão importante para a Nação e que temos coisas mais importantes para fazer na infraestrutura brasileira.

E, neste momento, o País vive uma recessão, e vemos as contas todos os dias ficarem piores. A economia mundial derrete. A coisa está ficando complicada. Hoje, a Índia, Sr. Presidente, perdeu a condição de investimento prioritário, *investment grade*. Segundo a Agência Fitch, outros membros do Brics poderão

perder isso também, e sabemos que a nossa economia também não anda tão bem, e perigamos inclusive perder o grau de investimento que temos hoje. Se isso acontecer, a nossa crise vai crescer mais ainda dentro do País.

Então, qual é a sugestão dos R\$30 bilhões? Ora, fazendo uma continha rápida aqui, para um país que precisa de rodovias como ninguém, que precisa de ferrovias como ninguém neste mundo, com os R\$30 bilhões, Sr. Presidente Acir, nós poderíamos construir, a preços de R\$4 milhões a R\$4,5 milhões o quilômetro de ferrovia de bitola larga, compatível para este momento, com trens de alta velocidade e de grande carga. Nós poderíamos, no Brasil, com esse dinheiro, R\$30 bilhões, se ele existe, aplicar em ferrovias e fazer 7,5 mil quilômetros de ferrovias no Brasil. Simplesmente 7,5 mil quilômetros, com R\$30 bilhões.

Se levarmos as ferrovias para Mato Grosso e Rondônia, seu Estado, nós poderemos fazer mais, porque lá as ferrovias custam R\$3 milhões o quilômetro, para fazer.

A ALL (América Latina Logística) está fazendo agora de Alto Araguaia a Rondonópolis, já parou no Itiquira, e o custo deles é de R\$3 milhões o quilômetro. Então, em vez de 7,5 mil quilômetros, nós poderíamos pensar em algo quase como 10 mil quilômetros de ferrovia, se olharmos só o Centro-Oeste e Rondônia. Esses 10 mil ou 7,5 mil quilômetros poderiam ser feitos de maneira mais moderna, com uma concessão, e o Governo colocando dinheiro na frente, já que temos os R\$30 bilhões. E que, com o passar do tempo, os concessionários pudessem devolver esse dinheiro para a União, que faria um grande negócio. Além de recolocar o seu dinheiro no caixa num prazo de dez, quinze anos, poderia melhorar a malha ferroviária no Centro-Oeste brasileiro, no Norte brasileiro.

Mas, se não quiséssemos fazer as ferrovias, vamos então pensar em rodovias. Como eu disse, um país que precisa tanto de rodovias, que não tem estradas asfaltadas, que tem a sua malha rodoviária simplesmente deteriorada e que precisa fazer a duplicação das suas rodovias.

Esses mesmos R\$30 bilhões... Aliás, se a gente colocar os juros dos R\$30 bilhões de um ano para cá, já serão R\$33 bilhões no mínimo. Nós poderemos fazer 20 mil quilômetros de rodovias, Senador Cristovam Buarque – 20 mil quilômetros de rodovias! –, se nós fizermos a aplicação dos R\$30 bilhões que foram ali colocados.

Então, eu não consigo entender como um País que, em determinado momento, manda um projeto para o Plenário, dizendo que tem R\$30 bilhões para colocar num negócio de R\$58 bilhões – “a iniciativa

privada vai colocar o restante, mas o meu está aqui, eu tenho” –, e o projeto não sai.

Por que não aplicamos os recursos, então, para fazer 20 mil quilômetros de rodovias, para duplicar as rodovias brasileiras ou para fazer 7,5 mil quilômetros de ferrovias ou 10 mil quilômetros de ferrovias aqui, no Centro-Oeste brasileiro?

Então, eu não consigo entender o que está acontecendo com o nosso País.

Ouçõ o Senador Cristovam Buarque, com entusiasmo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Blairo, o senhor está falando do Mato Grosso e está corretíssimo, mas a sua fala tem uma dimensão maior do que o seu Estado: tem uma dimensão nacional. O problema que a gente vive lá vive certamente Rondônia, Pernambuco, o Brasil inteiro, que é uma infraestrutura que não está satisfazendo o crescimento do Brasil. É isso que me leva a insistir, muitas vezes, em que a nossa economia está bem, mas não vai bem; que ela está bem hoje, mas que não vai bem no futuro, não vou dizer quantos anos. Ela não vai bem no futuro no sentido de que há algumas amarras que nos impedem de dar um salto, como os gastos públicos muito elevados; a carga fiscal elevada; o real ainda sobrevalorado – e a gente sabe que se ele se desvalorizar mais, gera-se pressão inflacionária –; a taxa de juros; a incapacidade de inovação que o Brasil tem no setor industrial, embora tenha tido uma inovação – e o senhor é um dos que têm a sensibilidade para usar isso no caso da agricultura, do grande negócio da agricultura, da produção de soja e de outras sementes –; e a infraestrutura. Quanto à infraestrutura energética, até que nós temos visto um certo esforço do Governo, com Belo Monte e algumas pequenas hidrelétricas. Agora, quanto à infraestrutura do transporte, nós precisamos dar um salto, e aí falo na parte ferroviária, que, embora hoje esteja melhor do que há 10 anos nos projetos, ainda não é suficiente. O senhor traz um gargalo para a economia brasileira continuar crescendo de maneira sustentável – nem falo sustentável do ponto de vista ecológico; falo sustentável do ponto de vista de uma taxa satisfatória. A infraestrutura é preciso trabalharmos. E a gente vê que o Governo prefere pacotes a uma política de investimentos na infraestrutura. O pacote resolve a demanda no curto prazo, como vimos no caso do automóvel, com a facilidade do financiamento e com a redução de impostos. Isso ajuda no imediato, mas não ajuda no longo prazo. No longo prazo, ajudariam grandes investimentos na infraestrutura, além de diversos outros grandes investimentos. O Governo está trabalhando mais na ideia do consumo do que na do investimento. Os próprios gastos públicos são feitos

para induzir o consumo através da folha de pagamento, através de medidas sobre a política de juros, inclusive com a redução, o que temos de elogiar. Mas não vemos uma política clara de investimentos. O PAC, que era a grande esperança, não está sendo realizado na dimensão que se esperava. Por isso, o seu discurso é tão oportuno não apenas para o seu Estado, mas para todo o Brasil.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Tenho acompanhado seus pronunciamentos e a forma como V. Ex^a tem chamado a atenção do Governo para o fato de que o Brasil está bem, mas não vai bem. V. Ex^a tem toda a razão.

Quando o Governo estimula o crescimento ou pensa estimular o crescimento pelo consumo, o Governo não está no caminho correto. O pacote que foi feito em relação aos automóveis é, para mim, equivocado, porque é um pacote de tiro curto e de grande monta. O que vai acontecer? As fábricas de automóveis estão com os pátios abarrotados. Esse pacote que foi feito vai limpar os pátios. Mas, para quem já está desconfiado da economia, isso não vai fazer com que a produção acelere novamente. Portanto, daqui a seis meses ou menos, quando acabar esse incentivo, os pátios não estarão mais cheios de automóveis, e as fábricas não produzirão novos automóveis.

Então, o acordo que foi feito é um acordo – digo isto com toda a tranquilidade – da base eleitoral, porque não se dispensam os empregados das fábricas de automóveis neste momento. As eleições vêm, e, depois, a gente vai pensar no que vai fazer.

Senador Cristovam, V. Ex^a tem toda a razão. Defendo a tese de que o crescimento e o consumo devem vir pelo investimento na infraestrutura. Se, hoje, o Governo lançasse um pacote de 20 mil quilômetros de rodovias – como estou dizendo, com os R\$30 bilhões do trem-bala, daria para fazer isso – ou de 7,5 mil quilômetros de ferrovia, veríamos a economia deste País crescer rapidamente, porque ela se esparramaria por todos os Estados da Federação. Defendo aqui a infraestrutura no Mato Grosso, no Centro-Oeste, em Rondônia, mas sei que essa infraestrutura tem de ser feita em todos os Estados da Federação. Estamos caindo aos pedaços com a nossa infraestrutura. No momento em que colocarmos R\$30 bilhões nessas obras de infraestrutura, aí, sim, haverá um crescimento sustentado no País, em que quem vai a uma loja não o faz pelo incentivo fiscal, mas pelo fato de que tem recurso no bolso e de que tem a garantia do seu emprego no mês que vem, porque a obra é de um ano, dois anos, três anos. É obra sustentada, são obras de longo prazo.

Ontem, num pronunciamento que fiz aqui, Senador Monteiro e Senador Clésio, que também está aqui – somos todos dessa área –, eu dizia que a primeira coisa que o governo americano fez em 2008, quando veio a crise, foi dizer: “Vou fazer um pacote, mas um pacote de infraestrutura”. Quem anda por aquele país tem a impressão de que não há estrada para ser construída, Senador Acir. Parece que não há estrada a ser construída, porque há uma estrada aqui, outra a quatro quilômetros, outra a seis quilômetros, uma ferrovia ali, uma hidrovía acolá. Mas o Presidente americano falou assim: “Vou recuperar a economia do país na base do investimento na infraestrutura. Vou construir estradas, vou reformar estradas. Vou construir ferrovias e reformar ferrovias. Vou construir pontes e reformar pontes. Vou construir escolas e informatizar as escolas”. Esse é o crescimento que temos de defender no Brasil, não o crescimento do consumo do automóvel, que vai acabar daqui a três meses. Não tem sustentação esse tipo de política!

Não pode o Governo dizer o seguinte: “Senador Blairo, o senhor está enganado, e não posso fazer o programa de 20 mil quilômetros de rodovias ou de 7,5 mil quilômetros de ferrovia, porque não tenho dinheiro”. Tem dinheiro, sim! Este Plenário, como eu disse, aprovou aqui R\$30 bilhões há um ano para fazer o trem-bala. O trem-bala não saiu. Não saiu o tiro, e aí há dinheiro sobrando para fazer os investimentos.

Aqui, estou reivindicando, então, que o Governo dê prioridade aos projetos de infraestrutura. O Governo precisa conversar com os órgãos de controle e de fiscalização neste País. Nós estamos travados. Nós não conseguimos mais fazer obra alguma. É tanto documento, é tanta exigência, que o segundo documento não sai porque não há o primeiro documento, e o primeiro não sai porque não há o segundo. Os órgãos de controle e de fiscalização não se entendem mais.

A própria CGU, órgão de controle interno do Governo, tem de alertar o Governo, dizendo que determinado caminho é mais complicado e que é preciso criar outro caminho. Não! A CGU virou mais um Ministério Público, a CGU virou mais uma Polícia Federal, porque age como a Polícia Federal. Em vez de alertar o Governo, estão prendendo aqueles que estão tentando trabalhar. Estão errados? Deixa a Polícia Federal ir para cima deles. Ninguém está defendendo a impunidade! Mas o País não sai mais do lugar, todo mundo tem medo de assinar qualquer documento neste País.

Então, precisamos ter coragem de debater, precisamos mudar a nossa Lei de Licitações, a Lei nº 8.666. Temos de fazer esse enfrentamento, dizendo claramente para o Governo que a saída para o nosso País, que a alternativa para o nosso País é a infraestrutura. Não

temos alternativa, quer seja em Pernambuco, quer seja em Minas Gerais, quer seja em Mato Grosso, em Rondônia, no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal ou em qualquer outro lugar. É a infraestrutura que faz um país, é isso que faz um povo rico, é isso que faz um povo desenvolvido.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador, V. Exª me concede um aparte?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Em instantes, eu lhe concedo o aparte.

Vou dizer mais: no ano de 2010, quando a Presidente Dilma foi eleita, a Rede Globo fez uma pesquisa que procurou elencar quais eram os itens mais importantes para a população brasileira, e apenas 2% da população achavam que a infraestrutura era uma coisa importante para o País. Então, vejam bem: aqueles que têm a obrigação de fazer a infraestrutura, que é o Executivo, enfrentam as dificuldades naturais, as dificuldades da legislação, e não têm o apoio do povo, porque o povo acha que isso não é importante. Mas, com o crescimento econômico que o País teve, com a inclusão de mais pessoas no mercado, com a venda de automóveis que foram colocados na rua, os milhões e milhões, esses mesmos que não davam importância para a infraestrutura, hoje, não conseguem sair de casa, porque não há rua, não há viaduto, não há túnel. A estrada é toda engarrafada. Eles não têm como embarcar num avião porque os aeroportos não funcionam.

Então, minha esperança, como político e brasileiro, é a de que, nas próximas eleições, quando a mesma pesquisa for feita, esse percentual de 2% vá para 30% ou 40%, é a de que o povo passe a acreditar que infraestrutura é algo necessário. Infelizmente, o povo brasileiro que levanta de madrugada, pega um ônibus lotado e leva de duas a três horas para chegar ao seu emprego não percebe que está dentro de um ônibus apinhado de gente e que leva de duas a três horas para chegar ao emprego porque o País não se preocupou com a infraestrutura ou porque o País não teve dinheiro e não priorizou a infraestrutura.

Este é o meu desejo: que possamos ver mudanças no País.

Ouçoo Senador Antonio Carlos Valadares e, depois, o Senador Monteiro e o Senador Clésio também, com todo prazer.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – O discurso de V. Exª, tenho a maior certeza, está em harmonia e em inteira afinidade com o pensamento do Governo. Sou o Relator da LDO e pude verificar pessoalmente que o Governo colocou como prioridade número um as obras do PAC e também as ações voltadas para o Brasil Sem Miséria. De um lado, priorizou

a infraestrutura, visando a preparar o País para o enfrentamento das grandes questões abordadas por V. Ex^a; de outro lado, priorizou o apoio social, de que se deve revestir um país em crescimento, como o Brasil, para não deixar ninguém passar fome e dificuldades, inclusive na escola, no posto de saúde, em tudo aquilo que o Governo é obrigado a oferecer à população. Muitas obras de infraestrutura, V. Ex^a foi preciso ao dizer, são procrastinadas não pela vontade do Governo, mas por uma legislação muito apertada, por uma legislação que concede um sem-número de recursos a empresas que, vez por outra, se consideram prejudicadas na licitação. Mas o Governo é obrigado a atender não só do ponto de vista administrativo. E, quando do ponto de vista administrativo não se conformam, entram na Justiça! E uma obra que deveria começar em quatro meses começa em um ano. Depois, as obras paradas – muitas delas são determinadas pelo Tribunal de Contas com o apoio do Congresso Nacional – também contribuem para o retardamento das obras de infraestrutura. Mas algo tem de ser feito do ponto de vista da mudança na legislação, como também da vontade de todos os governos, porque essa não é uma obra de um governo só. É uma obra do Governo Federal, do Governo Estadual e dos Governos Municipais. Logicamente, temos de entender que, a esta altura dos acontecimentos, os Municípios – não digo tanto os Estados – estão em situação difícilíssima, sem as mínimas condições de fazer obras na parte de infraestrutura. Sem querer tomar mais o tempo de V. Ex^a, já que outros Senadores querem apartear-lo, quero concordar com V. Ex^a que a prioridade deve ser a infraestrutura, com estradas, com linhas férreas. O Brasil abandonou, no passado, a questão ferroviária, mas esta está voltando a ser prioridade, a ter uma importância muito grande não só na sua região, como no Norte e no Nordeste do Brasil. Enfim, todas as obras de infraestrutura têm de ser garantidas, porque os recursos existem. Mas os meios para a aplicação desses recursos é que estão sendo bloqueados muitas vezes pela própria legislação, não pela vontade própria do Governo. Agradeço a V. Ex^a e o parabenizo, concordando *in totum* com seu pronunciamento, no sentido de que infraestrutura deve ser preocupação fundamental de todos os governos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valadares. V. Ex^a é o Relator da LDO, e podemos ajudar muito o Governo. Tenho reclamado, por exemplo, do TCU, da CGU. E todos os órgãos ficam em cima. Não sei se V. Ex^a sabe exatamente como funciona a fiscalização de uma obra. Fui surpreendido quando cheguei ao Governo do Estado de Mato Grosso.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Fui governador e prefeito. Sei o que representa isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Então, V. Ex^a sabe melhor que eu. Mas, talvez, o público que nos está ouvindo não entenda isso.

Por exemplo, quando se contrata uma rodovia por R\$1,5 milhão o quilômetro de CBUQ, com oito centímetros, para mim e para quem está em casa é claro que se faz a rodovia e que são recebidos R\$1,5 milhão por ter feito o quilômetro daquela rodovia. Mas não é assim que funciona.

Aí chega o TCU e vai fiscalizar de onde veio o produto betuminoso. Se no projeto está escrito que ele deveria ir de São Paulo para Mato Grosso e se, de repente, por questões comerciais, o empreiteiro resolve buscá-lo em Curitiba, faz-se a conta de que há 100 quilômetros de distância a menos, e se glosa aquela despesa. Em muitas oportunidades, abrem-se procedimentos contra a empreiteira por isso. Talvez, na LDO, Senador, pudéssemos dar uma nova dimensão a isso.

O que nos interessa é a obra pronta. Não me interessa se o cascalho veio de 10 quilômetros ou de 20 quilômetros de distância. Quem fez o projeto, quem ganhou a obra tem de saber onde vai buscar isso. Não pode o fiscal do TCU fiscalizar cada item, dizendo: “Olha, se o óleo *diesel* está a R\$2,00 e foi pago por R\$1,95, é preciso glosar a diferença”.

Então, criou-se uma condição de fiscalização extremamente desvantajosa para quem está construindo as obras, e, por isso, as coisas não andam. Talvez, pudéssemos discutir na LDO se o caminho é o de flexibilizar. Não se trata de dar margem para alguém fazer rolo, mas de se dar liberdade para que ele possa ser mais ágil, mais rápido, facilitando a conclusão das obras.

Ouçó o Senador Armando Monteiro com o maior prazer.

O Sr. Armando Monteiro (Bloco/PTB – PE) – Senador Blairo Maggi, eu queria me congratular com V. Ex^a, porque esse pronunciamento de V. Ex^a nesta noite é de grande importância. V. Ex^a fala com a autoridade de quem, quando era Governador do seu Estado, realizou o mais amplo e arrojado plano viário de que aquele Estado tem notícia, graças a um modelo inteligente de Parceria Público-Privada. V. Ex^a sabe o que isso produziu no seu Estado, o resultado disso: eficiência, ganhos de produtividade, redução de fretes etc. Então, com autoridade, V. Ex^a adverte que, hoje, o Brasil precisa focar o investimento, pois o Brasil criou certa propensão a não investir, o que se dá pelas travas, pela burocracia, pelas dificuldades, por uma legislação que está flagrantemente desatualizada, como V. Ex^a lembra. Então, uma das maiores prioridades deste País

é o investimento em infraestrutura, e é isso que produz o impacto sistêmico na economia e que melhora a produtividade global. Mas, infelizmente, o receituário do Brasil tem se voltado para medidas pontuais de desoneração e de estímulo ao consumo que não resolvem efetivamente os problemas do País, que precisa priorizar o investimento especialmente em infraestrutura. Por isso, congratulo-me com V. Ex^a e quero dizer que me associo e me integro a essa bancada da infraestrutura, se é possível assim dizer. Vamos construir nesta Casa uma grande frente pró-investimento no nosso País. Não adianta ficar apenas nesse modelo que se está esgotando de turbinar o consumo artificialmente, porque isso não nos vai conduzir à superação dos nossos problemas estruturais. Congratulo-me com V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Monteiro. Quero agradecer a sua participação. É um aparte de alguém que já foi Presidente da Confederação Nacional da Indústria e que conhece profundamente a questão da competitividade brasileira, o quanto ela sofre pela falta de infraestrutura, pela deficiente infraestrutura que temos.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitisse, eu gostaria ainda de ouvir o Senador Clésio Andrade, que também é Presidente da Confederação Nacional dos Transportes. S. Ex^a, com certeza, tem “apanhado” muito dos seus associados pelos buracos e pela falta de infraestrutura no País.

O Sr. Clésio Andrade (Bloco/PMDB – MG) – Quero parabenizá-lo, Senador Blairo. V. Ex^a é um grande produtor rural e um profundo conhecedor de logística e discorreu muito bem sobre a importância da infraestrutura de transportes no País. Falou também dos impactos positivos que pode trazer essa infraestrutura. Hoje, o Brasil precisa investir R\$450 bilhões em infraestrutura de transportes. Só no sistema rodoviário brasileiro, precisamos investir R\$140 bilhões. Precisamos investir mais de R\$50 bilhões nos portos e, no sistema aquaviário, mais de R\$80 milhões. Precisamos acabar de modernizar nossos portos, que ainda são muito atrasados. Especificamente para o sistema rodoviário brasileiro o que é importante? Se investirmos o valor equivalente ao que se vai gastar com o trem-bala, poderemos gerar dois milhões de empregos. São dois milhões de empregos de qualificação rápida. Um operador de máquina escavadeira, por exemplo, é treinado em três meses. Consegue-se formar um morador do interior como um operador de retroescavadeira, como um operador de máquina de asfalto. São operações mais simples que não demandam carteira de motorista, pois são feitas em local cercado, em acampamentos. Isso vai gerar o quê? Esses dois milhões de trabalhadores virarão potenciais compradores desses automóveis

que V. Ex^a acabou de mencionar e que estão no esgotamento. Ou seja, a desoneração tributária está chegando a um limite. Não se pode mais trabalhar o País só com desoneração tributária. Temos, sim, de reduzir os impostos, sejam equivalentes ou não. É preciso fazer investimentos pesados e fortes em infraestrutura durante os próximos cinco anos, de R\$70 bilhões, de R\$80 bilhões, de R\$90 bilhões, que vão gerar esses empregos. São empregos de fácil qualificação. Pode-se qualificar a mão de obra, profissionais sem qualificação, muito rapidamente, pela forma como isso é feito. Os nossos engenheiros, os nossos técnicos são mais qualificados e vão demandar uma necessidade de formação maior. Mas todo aquele pessoal que vai trabalhar na operação vai ganhar bem, vai ser qualificado. Eles vão virar operadores de máquinas e vão ser potenciais compradores desses automóveis, o que vai gerar um processo produtivo. Aí sim, o consumo sustenta esse aumento dos investimentos da infraestrutura, além de melhorar a redução do custo do transporte, melhorar a circulação das mercadorias e a circulação das pessoas. Além disso, também vamos reduzir o número de acidentes e de mortes em nossas rodovias. A cada cinco dias, morre nas rodovias brasileiras o equivalente à queda de um Boeing. É como se caísse um Boeing nos asfaltos brasileiros a cada cinco dias. Quando acontece um acidente com um avião, nós todos ficamos comovidos, com razão. Morreram ali duzentas pessoas! Mas, a cada cinco dias, está caindo um Boeing numa rodovia brasileira. Esse é o número de pessoas que estão morrendo. Resolveríamos fortemente essa questão, com a redução de 70% a 80% dos acidentes e das mortes no País. São 9,5 mil mortes por ano e 285 mil acidentes por ano no Brasil. Então, por aí, vê-se a importância social do investimento pesado em infraestrutura, a importância de geração sequencial da nossa economia, através até do aumento do consumo de automóveis populares, da melhoria do consumo das pessoas e de todo esse processo que V. Ex^a destacou muito bem. Parabéns V. Ex^a por esse pronunciamento e assino embaixo de todo ele.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Clésio.

Sr. Presidente, eu poderia ficar aqui por mais uma hora. Eu teria assunto para mais de uma hora, ao tratar sobre esse tema da infraestrutura, mas, no próximo capítulo, vou conversar sobre os efeitos da parada, pelo Dnit e pelo Ministério dos Transportes, das obras, há um ano, porque foi diminuído o investimento. As consequências são danosas não sobre o transporte, mas sobre a indústria de máquinas pesa-

das, pois os pátios estão abarrotados, e não há onde se colocar mais nada.

Para finalizar, Sr. Presidente, permita-me – tenho dois minutos com a prorrogação – falar da BR-364, que liga Rondonópolis a Cuiabá.

Ontem, o ex-Prefeito da cidade de Rondonópolis, meu amigo Adilton Sachetti, ligou-me. Ontem, ele fez a viagem e falou: “Senador, toma providência, porque a estrada está acabando. No Mato Grosso, diz-se que está virando ‘couro de jacaré’”. Há trepidação, e vão soltando os pedaços da estrada. E é uma rodovia em que passam doze mil carretas por dia, Senador Clésio Andrade. Trens de caminhão circulam um atrás do outro.

Então, eu queria aqui chamar a atenção do General Fraxe e do nosso Ministro Paulo Sérgio, que esteve em Mato Grosso e que se comprometeu a, no mês de junho, lançar a licitação da duplicação da BR-364, que liga Cuiabá a Rondonópolis. Terá de fazer uma ação emergencial, pois, caso contrário, teremos de transitar na estrada de chão, nos próximos meses, para tirar de lá 38 milhões de toneladas de grãos, que é a maior produção agrícola deste País.

Sr. Presidente, muito obrigado. Eu sei que V. Ex^a me concedeu várias prorrogações.

Quero agradecer a cada um dos Senadores seus apartes, que foram importantes para minhas ponderações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Blairo Maggi. Gostaria de ter feito um aparte, mas o Regimento não permite. Portanto, meus cumprimentos com relação ao seu pronunciamento.

Agora, alternando, temos, pela liderança, o Senador Sérgio Petecão, para falar em nome da liderança do PSD.

Mas há requerimentos sobre a mesa. Enquanto V. Ex^a se dirige à tribuna, farei as votações.

Em votação o **Requerimento nº 534, de 2012**, do Senador Romero Jucá, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para representar o Senado, por indicação da Presidência da Casa, na Conferência da ONU–Rio+20, no período de 18 a 23 de junho, na cidade do Rio de Janeiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o **Requerimento nº 535, de 2012**, do Senador Roberto Requião, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa a fim de representar o Senado, por indicação da Presidência da Casa,

na Conferência da ONU–Rio+20, no período de 18 a 23 de junho, na cidade do Rio de Janeiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o **Requerimento nº 539, de 2012**, do Senador Eduardo Lopes, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar como integrante da Comissão Externa para representar o Senado na Conferência da ONU–Rio+20, no período de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o **Requerimento nº 538, de 2012**, do Senador Luiz Henrique, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar como integrante da Comissão Externa para representar o Senado na Conferência da ONU–Rio+20, no período de 19 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o **Requerimento nº 543, de 2012**, da Senadora Ana Rita, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar de Audiência Pública da CPMI da Violência contra a Mulher, a realizar-se no dia 22 de junho de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Requerimento nº 383, de 2012 – CPMI, aprovado em 20 de março de 2012.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o último requerimento, Senador Sérgio Petecão. **Requerimento nº 544, de 2012**, da Senadora Ana Rita, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar de Audiência Pública da CPMI da Violência contra a Mulher, a realizar-se no dia 25 de junho de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Requerimento nº 34, de 2012 – CPMI, aprovado em 13 de março de 2012.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não havendo mais votação, passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de começar este humilde pronunciamento, gostaria de parabenizar o Senador Blairo Maggi por seu belo discurso, em que falou sobre a infraestrutura brasileira.

Hoje, mais uma vez, o povo do Acre recebeu a triste notícia de que os recursos que seriam investidos na ponte que liga o rio Madeira, dentro do território rondoniense... É uma ponte que interessa a muitos acreanos, porque agora teremos o verão e as balsas já começam a encalhar e as filas começam a se formar na travessia do rio Madeira.

E, mais uma vez, para a nossa triste surpresa, a informação que temos é de que houve um contingenciamento de recursos da construção daquela ponte, que é de importância tão grande para nós, até porque, hoje, temos uma estrada que liga o Brasil ao Pacífico, em que foram gastos milhões de reais e, do lado peruano, milhões de dólares, para ligar o Brasil ao Pacífico. E nós entendemos que essa ponte no rio Madeira é de fundamental importância para os rondonienses também, mas principalmente para nós, acreanos.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Quando me dirigia para este plenário, recebi um telefonema do Deputado Federal Flaviano Melo, que expressava a sua felicidade porque o projeto que tramita na Câmara e que trata do fuso horário do Acre, que devolve o nosso horário antigo, o horário dos acreanos, que foi mudado de forma arbitrária, de forma truculenta pelo então Senador Tião Viana, aqui nesta Casa, e que trouxe consequências gravíssimas para o nosso povo, principalmente para as crianças, para toda a população, sob o argumento de que o Acre precisava ter o horário equiparado ao dos outros Estados do País. Temos uma diferença de fuso em relação ao Japão e nem por isso os japoneses são mais atrasados do que nós. Em todos os países da Europa há uma diferença de fuso muito grande. Esse argumento, nós sabemos, não é verdadeiro, é um argumento pífio. Nós sabemos que há outros interesses por trás dessa mudança.

Aqui nesta Casa já tramita um projeto do Deputado Federal Pauderney, do Amazonas, que também pede que volte o horário tanto do Amazonas, o horário que foi mudado, do sul do Amazonas, como também do Acre. Esse projeto está aqui no Senado. O Senador Anibal inclusive aprovou um requerimento nesta Casa, neste plenário, para que o referido projeto possa tramitar em mais duas Comissões. O objetivo, nós sabe-

mos, é somente um. Quanto mais puderem atrasar a tramitação desse projeto nesta Casa, melhor para eles.

Mas hoje o Deputado Flaviano Melo me ligou muito feliz, dizendo que o projeto que foi encaminhado pelo Poder Executivo, de origem do Poder Executivo, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Como na Câmara ele é terminativo na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça, ele virá ao Senado. Então, fica aqui o meu apelo ao Senador Anibal e a todos os Senadores, para que, se não puderem ajudar, não atrapalhem, que deixem o projeto tramitar aqui da forma mais célere possível. Que possamos dar maior celeridade e votar no plenário desta Casa, porque já tramitou lá na Câmara Federal.

Até entendo, por se tratar de um projeto que é de autoria do Executivo, foi encaminhado pela Presidente Dilma, ela vetou e houve uma articulação grande, uma articulação política por conta do PMDB, por conta do Deputado Flaviano. Também tivemos a oportunidade de pedir que ela mandasse o projeto de novo para esta Casa. Ela nos atendeu, e hoje o projeto foi votado na Câmara e virá ao Senado.

Então, desde já, fica aqui o meu apelo aos Senadores, em especial ao Senador Anibal Diniz. Se ele não puder ajudar esse projeto... Vou pedir aqui sua ajuda, pedir a ajuda do Senador Jorge Viana, pedir a ajuda de todos os Senadores, para que nós possamos devolver ao povo do Acre o nosso horário velho, como nós chamamos, que é o horário em que nós vivemos há mais de 100 anos.

Mas, Sr. Presidente, o objetivo da minha vinda hoje a esta tribuna é para dar mais um informe a respeito da situação da relação do governo boliviano com parlamentares. Venho aqui, de público, na tribuna do Senado Federal, agradecer ao Embaixador Marcel Biato, que é o Embaixador brasileiro em território boliviano. No momento em que o Senador Roger Pinto Molina pediu asilo político na Embaixada brasileira, ele, de pronto, recebeu-o e cuidou dos trâmites, da burocracia para que fosse resolvida essa situação de uma vez por todas.

E, para nossa surpresa, para nossa grata surpresa, o Governo brasileiro atendeu ao apelo do Senador, que se sentia ameaçado e impossibilitado de dar continuidade ao seu mandato de Senador da República Boliviana, pois, como ele tem relatado e a própria imprensa boliviana tem relatado, as ameaças de morte que o Senador e líder da oposição ao governo Evo Morales tem recebido fizeram com que ele pedisse asilo ao Governo brasileiro.

Então, fica aqui o nosso agradecimento à Presidente Dilma, fica aqui o nosso agradecimento ao Itamaraty, fica o nosso agradecimento a todas as institui-

ções que, de forma direta ou indireta, ajudaram para que fosse resolvida a situação do Senador Roger Pinto.

Na semana passada, subi a esta tribuna e fiz uma denúncia embasada em documentos que recebi da Senadora Janine Yañez Chávez e do Deputado Adrián Oliva Alcázar, que estiveram nesta Casa, estiveram no Senado. Eles nos procuraram e nos entregaram um relatório em que descrevem toda a situação por que hoje passam os parlamentares e todos aqueles que ousam enfrentar, que ousam questionar o Governo Evo Morales.

Hoje, conversei com alguns membros da mídia boliviana, alguns jornalistas que têm ligado para o gabinete, querendo saber onde o Senador Roger irá ficar. Em conversa que tive com o Senador Roger na sexta-feira, ele me disse – eu achava que ele ficaria na fronteira, porque é um Senador que foi eleito por Pando – que não ficará na fronteira, porque inclusive a sua família já tinha saído de Cobija e já estava residindo em território brasileiro, para ser mais preciso, no Município de Brasileira, salvo engano, ou em Epitaciolândia, por conta das ameaças que sua esposa e seus filhos vinham sofrendo por conta da sua posição política de oposição ao Governo Evo Morales.

Sinceramente, preocupo-me muito com a situação por que, hoje, nossos irmãos congressistas, nossos irmãos Senadores e Deputados Federais passam na Bolívia. Isso nos deixa muito preocupados. Já vi nesta Casa parlamentares preocupados com a situação por que hoje passa o Irã, com a situação por que passa o Iraque, com a situação por que passa a Palestina, com a situação por que passa o Egito. E a Bolívia, país irmão nosso, com quem sempre vivemos em harmonia, com quem sempre tivemos uma boa relação, hoje passa por uma situação muito difícil.

Aproveito a chegada do Senador Paulo Paim para comunicar-lhe que, depois daquela visita que a Senadora e o Deputado Federal fizeram à Comissão de Direitos Humanos, naquela mesma semana, aumentou a tensão entre o governo boliviano e os parlamentares, e isso culminou no pedido de asilo político do Senador Roger Pinto. Para minha felicidade, na sexta-feira, eu tive, Senador Paulo Paim, a informação de que o Governo brasileiro analisou todo o processo de denúncias que o governo boliviano planta contra os parlamentares e concedeu asilo político ao Senador. Isso me deixa feliz e tranquiliza não só a mim como às pessoas que estão na fronteira e que conhecem o Senador. Nós estamos preocupados até com a vida do Senador. As ameaças que ele vinha e vem recebendo são ameaças muito pesadas, que nos deixam muito preocupados.

Outra situação que queremos trazer aqui é que hoje eu conversava com alguns setores da imprensa, e o advogado que está cuidando da parte burocrática, que está cuidando dos trâmites da saída do Senador Roger para o Brasil, esse advogado também já está sofrendo ameaças, inclusive ameaças de prisão por dar apoio ao Senador, por estar cuidando dos trâmites da saída do Senador para o Brasil.

Pasmem: já foi concedido o asilo político. A Embaixada brasileira já deu entrada na chancelaria – como eles chamam na Bolívia –, como se fosse o Itamaraty boliviano. Já deu entrada, e até hoje, até agora, na parte da tarde, nós mantivemos contato com a Embaixada brasileira em Lima, com o Senador, e o governo boliviano não tinha autorizado o salvo-conduto para que o Senador se deslocasse da Embaixada até o aeroporto, onde ele vai pegar uma aeronave brasileira, da Polícia Federal – eu creio que sim, não sei como é o trâmite –, que vai conduzi-lo ao território brasileiro.

O Senador deverá vir para Brasília. Ele fez opção de ficar em Brasília por conta da sua segurança pessoal, por conta das ameaças que vem sofrendo. Então, ele fez questão de vir para Brasília, a fim de ter uma vida tranquila e de viver em paz com a sua família, enquanto resolvemos essa situação em território boliviano.

A verdade é que, hoje, o clima está muito tenso. Temos a informação de que existe uma caminhada de camponeses em protesto dirigindo-se à capital, La Paz. A situação na fronteira da Bolívia com o meu Estado, o Acre, não é das melhores. Hoje, vivemos uma situação muito tensa. Uma região em que sempre houve harmonia, em que sempre vivemos em plena paz. Hoje, os brasileiros que estão ali, que residem em território boliviano, não desfrutam mais dessa paz.

Temos também uma reclamação generalizada dos estudantes que hoje residem em território boliviano e que todos os dias se deparam com situações difíceis e que vêm no sentido de prejudicar a vida daqueles brasileiros que moram, que estudam em território boliviano. O governo boliviano sempre cria instrumentos, sempre cria mecanismos no sentido de dificultar a permanência desses brasileiros que fizeram a opção, que estão gerando renda em território boliviano, e nem por isso ele os reconhece.

Para vocês terem uma ideia – pasmem, Srs. Senadores –, na semana retrasada, o Presidente da OAB do meu Estado começou uma campanha para que os brasileiros não vão mais ao território boliviano. Estamos ali na fronteira, e há uma zona franca em território boliviano, a que muitos brasileiros vão. Eles vão, gastam, levam lucros para os comerciantes bolivianos. E a recíproca é verdadeira: os bolivianos que moram

em Cobija, que moram no Estado de Pando, também procuram o território brasileiro para fazer suas compras. Sempre existiu essa harmonia, sempre existiu esse comércio, e queremos permanecer com ele. Nós queremos viver em paz com a Bolívia.

Nós sabemos que a Bolívia é um país pobre, que precisa muito do apoio do Brasil. Mas o que temos visto, todos os dias, é um desrespeito total, por conta do Governo Evo Morales.

Está aí mais um exemplo: o Governo brasileiro concedeu asilo político ao Senador boliviano, que hoje está preso na embaixada boliviana, sem poder sair, porque o governo boliviano não lhe dá o salvo-conduto para que saia da Embaixada e vá até ao aeroporto, para dirigir-se ao Brasil.

Entendo que isso é uma falta de respeito. O Governo brasileiro precisa endurecer o jogo. Até agora tem estendido a mão, e o governo boliviano não tem reconhecido isso.

Houve o episódio da invasão da refinaria de gás, a expulsão da empresa que ia construir a estrada em território boliviano, a OAS. Sempre o governo boliviano tem sido áspero, duro quanto ao Governo brasileiro.

Hoje, precisamos dar um tratamento diferenciado. Chega. Chega de ser pisado. Chega de os brasileiros que estão em território boliviano serem humilhados. E esse episódio agora, esse último episódio de o governo boliviano não conceder o salvo-conduto para o Senador boliviano que pediu asilo político na Embaixada brasileira. Graças a Deus, durante toda a semana, o Governo brasileiro analisou o processo, concedeu o asilo, e nem por isso o governo de Evo Morales está permitindo a saída do Senador.

Então, fica aqui o meu apelo ao Senador Paulo Paim, que é um batalhador e está aqui no plenário desta Casa. Sei do seu trabalho à frente da Comissão de Direitos Humanos, Comissão da qual fiz parte no ano passado. Tenho certeza, Senador, de que V. Ex^a não compactua e não é a favor disso. Precisamos nos manifestar. V. Ex^a que teve o desprendimento e a gentileza de receber a Senadora e o Deputado boliviano quando estiveram aqui. V. Ex^a recebeu de pronto. O Senador Fernando Collor, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, também nos recebeu de pronto.

E agora fica aqui, mais uma vez, o meu apelo para que a Comissão de Direitos Humanos se manifeste diante da decisão de afrontamento que o governo boliviano está tomando para com o Governo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, quero responder ao Senador Sérgio Petecão e dizer que, na quinta-feira, a Comissão vai se manifestar, exigindo que o Senador boliviano tenha o direito de sair do país. Pode ficar tranquilo e conte com o nosso total apoio.

O Sr. Sérgio Petecão (PSD – AC) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero também aproveitar este minuto, antes que o próximo orador chegue à tribuna, para comunicar que milhares de pessoas ligadas ao Aerus – e está aqui a Graziella, que é líder do setor dos transportes aéreos – esperavam muito uma audiência pública que teríamos hoje com o Ministro Luís Inácio Adams, da AGU.

Tivemos a audiência, que terminou agora. Estive lá com a Senadora Ana Amélia e a Graziella, que está aqui, a líder do setor. O que posso informar, já que eles estão na expectativa, é que há possibilidade, sim, de se construir um entendimento legal, mas passa por uma decisão política do Governo da Presidenta Dilma.

A orientação do Ministro foi no sentido de que entabulássemos, a partir de amanhã, uma conversa com a Casa Civil, tanto com a Ministra-Chefe quanto com o Gilberto Carvalho, o que nos comprometemos a fazer. Mas também vamos dialogar com a Ministra Carmem Silva, do Supremo Tribunal Federal, que é Relatora do processo que busca achar uma alternativa para os trabalhadores e trabalhadoras, aposentados e pensionistas, principalmente do Aerus, homens e mulheres que ganhavam R\$8 mil, R\$9 mil, R\$10 mil, R\$12 mil, porque eram comandantes dos aviões, e hoje estão ganhando praticamente um salário mínimo, menos do que 8% daquilo que recebiam.

Então, agradeço a tolerância de V. Ex^a para que eu desse este informe.

Encaminho à Mesa uma carta que recebi – e V. Ex^a conhece muito bem – da Fiergs, do Rio Grande do Sul, a Federação dos Empresários, assinada por Heitor José Müller, Presidente, contra as barreiras impostas pela Argentina aos produtos brasileiros. Não vou lê-la, porque já o fiz da tribuna de forma detalhada, mas aqui quero encaminhar para os Anais da Casa essa carta muito bem feita pelo Sr. Heitor José Müller, Presidente daquela entidade, para que fique nos Anais da Casa, e com o aval também de todos os líderes dos trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Obrigado, Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

FIERGS CIERGS

Porto Alegre, 12 de junho de 2012

Exmo. Senador
Paulo Paim
Senado Federal

Senhor Senador:

Dirigimo-nos a V. Ex^a. para reiterar a preocupação do setor industrial em relação ao acirramento das barreiras argentinas. Enquanto em 2011 – mesmo com as barreiras – as exportações do Rio Grande do Sul para o vizinho país cresceram 17%, no ano corrente, até abril de 2012, as vendas gaúchas para o mesmo destino já caíram quase 10%. E enquanto o Brasil acumulou um **superavit** de U\$5,85 bilhões com a Argentina no ano passado, o nosso Estado registrou **deficit** de 2,08 bilhões neste período.

Depois da implementação da DJAI (Declaração Jurada Antecipada de Importação) no dia 1º de fevereiro, diversos segmentos vêm apresentando quedas superiores a 50% nas exportações. Os mais afetados são ferramentas e cutelaria (queda de 74%) e móveis (-61%), seguidos por borracha e suas obras (-40%), máquinas e equipamentos (-37%) e calçados (-30 %).

Na visão da Fiergs, o que mais preocupa é o conceito deste impasse comercial, que vem piorando ao longo do tempo. Entendemos como fundamental que o Governo brasileiro se posicione firmemente e adote uma postura ativa e concreta, através de medidas enfáticas e adotando outras soluções inovadoras. Assim, recomendamos que sejam levadas em consideração as seguintes propostas:

Eliminação imediata das barreiras informais, desleais e anticomércio;

Retirada das Licenças Não Automáticas aos produtos brasileiros;

Cumprimento das regras da OMC, Mercosul, e das negociações setoriais;

Construção de uma agenda positiva bilateral;

Fortalecimento do Sistema de Pagamentos em Moedas Local (SML).

Sem mais, ficamos à disposição para contribuir nos esforços de forma a atenuar esta situação extremamente prejudicial à economia rio-grandense.

Atenciosamente, – **Heitor José Müller**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB do Sergipe.

Nós estamos alternando: um inscrito pela Liderança, que era o caso do Senador Sérgio Petecão, e um orador inscrito, que é o Senador Antonio Carlos Valadares. Na sequência, nós teremos o Senador Eduardo Lopes. Com a entrada do Senador Sérgio Petecão no intervalo, levou toda a cadeia para frente: V. Ex^a e a mim também.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos às vésperas da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorrerá entre os próximos dias 13 e 22 de junho, na cidade do Rio de Janeiro.

Os debates e as propostas da Conferência serão orientados por dois grandes eixos: “A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza” e “Governança Global para o Desenvolvimento Sustentável”. Em outras palavras, o que estará em discussão é como fazer o desenvolvimento econômico andar junto com as necessidades de respeitar o meio ambiente e promover a inclusão social e qual será a estrutura institucional necessária para que isso funcione na escala global.

O principal documento a ser produzido pela Rio+20 tem um título ambicioso e já mostra o tamanho desse desafio. Chama-se “O Futuro Que Queremos”. Não será um tratado internacional com força de lei, mas, sim, uma declaração de intenções que mais servirá para a orientação geral da ação voluntária de governos, empresas e organizações sociais.

Serão quase 200 países participantes, cada qual trazendo diferentes interesses. Por isso, a Conferência já nasce marcada por certo ceticismo. A dúvida é se haverá capacidade de se chegar a consensos sobre metas, prazos e resultados definidos. E mesmo que esse objetivo seja alcançado, ainda será preciso verificar se os compromissos apontarão para uma mudança real nos padrões de produção e consumo, promovendo empregos decentes e inclusão social, ou se apenas promoverão uma maquiagem no sistema atual, que perpetua a desigualdade e aprofunda o esgotamento da natureza.

Atualmente, a população mundial já consome 50% mais recursos naturais do que o planeta é capaz de renovar naturalmente. Nos próximos 25 anos, haverá cerca de três bilhões de novos consumidores pressionando, com mais intensidade, esses recursos.

Nos próximos 20 anos, o acesso aos recursos naturais será o centro das políticas públicas e das estratégias dos negócios. É o que conclui uma pesquisa mundial da consultoria McKinsey, divulgada pelo jornal *Valor Econômico* do último dia 6 de junho.

Além de fazer uma crítica dos padrões insustentáveis do atual modelo de desenvolvimento, é preciso agir positivamente: apontar possibilidades e caminhos que possam nos levar a um modelo de desenvolvimento que seja ambientalmente responsável, socialmente justo e economicamente viável. Para isso, é preciso inovar e buscar soluções. Não podemos nos pautar pela ideia de que o meio ambiente é inimigo do desenvolvimento. Estudos e experiências concretas vêm demonstrando que isso não é só necessário, como possível.

Segundo um estudo da ONU, lançado no final de maio, a transição para uma economia mais verde poderia gerar entre 15 e 60 milhões de novos empregos em nível mundial nas próximas duas décadas e tirar dezenas de milhões de pessoas da pobreza.

Esse relatório, publicado pela “Iniciativa Empregos Verdes”, que reúne diversas organizações internacionais ligadas à ONU, aponta que pelo menos metade da força de trabalho mundial – o equivalente a 1,5 bilhão de pessoas – será afetada pela transição para uma economia verde. Embora mudanças devam ser sentidas por toda a economia, oito setores-chave deverão desempenhar um papel central e ser os mais afetados: agricultura, silvicultura, pesca, energia, indústria manufatureira, reciclagem, construção e transporte.

O setor de energia renovável, por exemplo, já emprega cerca de cinco milhões de trabalhadores. No Brasil, esse setor é particularmente importante. A energia solar, no País, ainda é um imenso potencial inexplorado.

O Brasil tem um dos maiores índices de insolação do mundo, que é a quantidade de energia do sol recebida pela Terra, que pode ser medida pela quantidade de horas de sol diretamente incidente no local. Isso devido a sua extensão territorial e a sua posição geográfica. Temos, aqui, uma média de 8 horas diárias de sol, e isso significa estar entre os primeiros lugares em termos de insolação.

No entanto, não traduzimos esse potencial em geração de energia elétrica. O Brasil possui apenas 20 MW (Megawatts) de capacidade instalada de geração solar fotovoltaica. Enquanto isso, a Alemanha, que tem apenas 1 hora de insolação média – ou seja, um potencial 8 vezes menor – possui 17,1 GW (Gigawatt) de capacidade instalada – o que significa uma capacidade instalada 855 vezes maior, conforme destacado pelo jornal *Valor Econômico*.

Ou seja, temos um índice de insolação que nos garante vantagem competitiva e que não podemos deixar de aproveitar. Uma grande vantagem da energia solar é que ela permite a produção descentralizada de energia, ou seja, a produção próxima do seu local de consumo, sem grandes usinas nem extensas linhas de

transmissão. Isso pode significar uma redução de custo que a torne competitiva em face das demais fontes, se aliado a investimentos em tecnologia e incentivos públicos governamentais.

O Brasil tem, também, a vantagem de contar com jazidas de silício, material que é utilizado na fabricação de painéis solares. A indústria nacional, no entanto, ainda não domina a tecnologia necessária para purificar esse minério até o grau necessário à fabricação dos painéis. O domínio de toda a cadeia produtiva demanda valorização dos centros de pesquisa e investimento em ciência e tecnologia, bem como apoio financeiro dos bancos públicos, como o BNDES, que já vem incentivando as empresas nacionais nesse setor.

Se observarmos, Sr. Presidente, que as regiões do País com maior potencial de desenvolvimento da energia solar são o interior do Nordeste, o Centro-Oeste e o interior da Região Sudeste, perceberemos que o desenvolvimento da indústria nacional de energia solar poderá assegurar a criação de milhares de empregos – e empregos nas regiões interioranas do País. No Norte, o potencial energético solar é menor por causa do excesso de umidade, que provoca nebulosidade e reduz a taxa de insolação, mas ainda assim é elevado.

Ao invés de pensarmos na energia nuclear, cujos rejeitos são de alta periculosidade e cujos acidentes podem ocorrer em qualquer lugar do mundo, vamos lutar pela energia solar.

Para os analistas da ONU, no estudo já mencionado, os ganhos com os chamados empregos verdes tendem a ser mais elevados nas economias emergentes e nos países em desenvolvimento do que nos países industrializados. Isso porque seria possível passarmos diretamente para a tecnologia verde em vez de substituir a infraestrutura obsoleta. O Brasil já criou cerca de 3 milhões desses empregos, respondendo por cerca de 7% do emprego formal.

O desenvolvimento de novas tecnologias é fundamental para resolver o problema do suprimento e da renovação dos recursos naturais. No entanto, é preciso que elas estejam associadas à criação de empregos e à produção descentralizada de renda, pois as revoluções tecnológicas não resolvem o problema das injustiças sociais, ou seja, não promovem, por si só, o acesso equitativo à riqueza produzida. Em alguma medida, para que isso ocorra, as necessidades dos mais pobres acabam se chocando com os interesses dos mais ricos. É por isso que se fala na necessidade de uma mudança real nos padrões de produção e consumo.

É claro que essa transformação depende da adoção de uma correta combinação de políticas públicas. Essas políticas devem formar um conjunto coerente

e colocar as pessoas e o Planeta como elementos centrais.

O que se percebe, desde logo, é que é falsa a afirmação que opõe a proteção do meio ambiente ao desenvolvimento e à criação de empregos. Os exemplos e as propostas existem; é preciso vontade política para fazê-las avançar e evoluirmos para um novo padrão e um novo modelo de desenvolvimento.

V. Ex^a deseja um aparte?

Neste momento, concedo-o a V. Ex^a, com muito prazer, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a é um dos entendidos na produção de energia, principalmente da energia verde.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Valadares, o que o senhor traz aqui é mais do que a que nós estamos acostumados nessa sala, que são discursos sobre o que acontece hoje, sobre os problemas conjunturais. O que o senhor traz aqui é o despertar de nós todos para uma reorientação do nosso modelo de crescimento, do nosso modelo econômico, do nosso modelo de desenvolvimento. Não dá para continuarmos crescendo com a mesma base de produção energética. E não falo só da energia que a gente usa nas casas, da energia que a gente usa para mover os transportes públicos, os transportes privados. Não dá! Temos que mudar a maneira como consumimos e produzimos energia. Este País já mostrou que é capaz de reduzir o consumo durante o famoso apagão. Precisamos mostrar que somos capazes de produzir energia conforme as novas tecnologias. E aí coloco a eólica e a solar, como V. Ex^a colocou. Claro que hidrelétrica é importante, mas nós temos de estar na ponta e, mais uma vez, Senador Acir, estamos perdendo o bonde, estamos chegando atrasados. Imagine que, se há 20 anos, num país que tem energia solar que nós temos, tivéssemos investido nas nossas universidades, nos nossos centros de pesquisa, criado um centro tipo CTA só para energia solar, hoje estaríamos na ponta. Perdemos. Hoje a Alemanha está em muito a nossa frente, Israel está muito na nossa frente, a Espanha está na frente na energia eólica. Ficamos para trás. Por isso tenho dito que somos um país emergente, mas emergente tardiamente. A gente chegou agora a emergir nesse mundo da riqueza do Produto Interno Bruto no momento em que o Produto Interno Bruto está sendo contestado como o símbolo de riqueza, e produzindo de uma maneira que, sabemos, não é sustentável por muito tempo. V. Ex^a traz aqui um alerta que a gente deveria para a Comissão de Assuntos Econômicos, por exemplo, para a Comissão de Infraestrutura, onde a gente fica debatendo projetos de lei, ouvindo Presidente do Banco Central, como hoje. Está faltando um debate sobre as condições estruturais da

economia da sociedade brasileira, e o senhor traz sob um aspecto fundamental, que é a energia, esse tema. Eu gostaria que isso fosse levado para um debate na Comissão de Infraestrutura. Gostaria de lhe sugerir, se não fez ainda isto, a proposta de uma audiência na Comissão de Infraestrutura sobre energias alternativas no Brasil. Qual o estado da arte neste País, no Brasil e o que fazer para dinamizarmos não só o uso de outras energias, mas o desenvolvimento da tecnologia dessas novas formas de energia. Fica aqui a minha sugestão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A sugestão de V. Ex^a, sem dúvida alguma, contribui para o fortalecimento da nossa tese. Tudo que aqui apresentamos, todas as nossas ideias também são objeto de debates não só nas comissões; também em discursos proferidos aqui por Senadores, principalmente por V. Ex^a, porque o Brasil, conforme sabe V. Ex^a, talvez, entre todos os países do mundo, seja o dispõe das melhores condições para realizar uma transição efetiva para uma economia verde. V. Ex^a bateu na tecla certa. Nosso País dispõe de imensa biodiversidade, grandes reservas de água, extensas florestas, intensa luminosidade, sol o dia inteiro. É um verdadeiro capital natural que não pode ser desperdiçado. É um potencial que não pode ser devastado sem controle e sem critérios.

Temos, ainda, o desafio de melhorar a qualidade de vida nas áreas já ocupadas, sobretudo nas grandes áreas urbanas, onde as concentrações populacionais estão degradando, em ampla escala, os recursos naturais, como a água, por exemplo.

O uso racional dos recursos naturais pressupõe olhar o futuro e investir, com urgência, nas soluções que nos estão disponíveis no presente.

Na última terça-feira, o Governo Federal divulgou os menores índices de desmatamento da história do País. Também destacou outras medidas, entre as quais a edição de decreto que regulamenta o artigo 3º da Lei das Licitações, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes que favoreçam o desenvolvimento sustentável nas licitações feitas pelo Governo Federal; a criação e ampliação de parques nacionais e florestas; e o decreto que institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas.

As ações apontam que as medidas do Governo Federal caminham no sentido certo, mas ainda há muito a ser realizado, principalmente para inserir as questões socioambientais de modo transversal em todas as políticas públicas.

Também não basta que se exija só do governo, já que a sociedade tem um grande papel a cumprir, especialmente a indústria e as empresas de um modo geral. pois se o poder e a responsabilidade são faces

da mesma moeda, esse imperativo ético também se aplica àqueles que detêm poder econômico e que, portanto, devem exercê-lo com responsabilidade social e ambiental,

A Rio+20 será uma oportunidade extraordinária para se discutir esta questão em nível global: como criar uma economia favorável ao meio ambiente com trabalho decente para todos?

Apenas para exemplificar, cito duas propostas interessantes que deverão ser postas em discussão na Rio+20: primeira, a criação de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que, a exemplo dos Objetivos do Milênio, seriam compromissos com metas, prazos e resultados definidos; segunda, a substituição do conceito de Produto Interno Bruto para medir a atividade econômica por um indicador de desenvolvimento sustentável que, além do crescimento econômico, tenha indicadores de redução da pobreza e outros que sirvam para quantificar o passivo ambiental que é produzido no curso do desenvolvimento.

O desafio está posto. Como bem lembrou o Senador Rodrigo Rollemberg, nosso companheiro de Partido, em recente artigo no jornal *Correio Braziliense*, a Rio+20 será “uma oportunidade para a reavaliação estratégica dos rumos da sociedade mundial”.

É lamentável que a crise econômico-financeira atual faça os governos europeus, norte-americano e mesmo de países emergentes importantes relegarem as preocupações com o meio ambiente e com a inclusão social para segundo plano. A crise poderia ser uma oportunidade para mudanças, para uma reinvenção do modelo de desenvolvimento pela assunção de compromissos concretos que coloquem a preocupação com o ser humano e sua qualidade de vida no centro do debate, fazendo a economia girar a seu favor. Em outras palavras, seria o momento de ousar.

É isso que esperamos da Rio+20. Só podemos chamar de desenvolvimento o processo capaz de oferecer condições dignas e qualidade de vida para todos os habitantes da Terra. Este é, afinal, “o futuro que queremos.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Valadares.

Com a palavra, pela Liderança...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Eu gostaria de me inscrever pela Liderança ou de fazer uma breve co-

municação, o que regimentalmente é permitido. Serei rápido, no máximo 3 ou 4 minutos, se V. Ex^a me inscrever pela Liderança ou para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela Liderança.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Após as palavras do valoroso e grande Senador Eduardo. Ou falarei antes?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não. Tem o Senador Eduardo...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a está presidindo muito bem. Terei de ficar mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tem o Senador Eduardo, o Senador Cristovam e, na sequência, concederemos, com certeza, a palavra a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quer dizer que após esses três será minha vez?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Na verdade, é um pela liderança e outro pela ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Dispensar a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, na sequência...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Serei rápido. São cinco minutos só.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pode ser, na sequência do Senador Eduardo Lopes.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Está ótimo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Antes, porém, eu preciso colocar em votação, Senador, o **Requerimento nº 546, de 2012**, do Senador Cícero Lucena, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, para representar o Senado, por indicação da Presidência da Casa, na Conferência da ONU–Rio+20, no período de 18 a 22 de junho, na cidade do Rio de Janeiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra, o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Logo em seguida, então, o nosso Senador Jayme estará aqui.

Bom, eu também vou falar nesta noite a respeito da Rio+20 e, certamente, nos próximos dias, na próxima semana, o Rio de Janeiro estará recebendo milhares e milhares de pessoas. Uma boa parte do nosso Senado estará ali presente e quero destacar, dentro dos eventos da Rio+20, a Conferência Mundial, ou melhor a Cúpula Mundial do Poder Legislativo.

A Conferência Mundial, a Rio+20, ela vai se realizar no Rio de Janeiro, do dia 13 até o dia 22 e será precedida por numerosos eventos preparatórios e ensinará diversos outros paralelos, todos da maior importância nos debates e decisões que envolvem o futuro do nosso planeta.

Um desses eventos será a Cúpula Mundial dos Legisladores, da qual terei a honra de participar, atendendo ao amável convite da nossa amiga, ex-Senadora Serys Slhessarenko, Embaixadora da Globe International, entidade que promove o encontro de parlamentares.

Esse encontro inédito, Sr. Presidente, ocorrerá nos dias 15 a 17, ou seja na próxima semana, melhor nesta semana, e será aberto pelo Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

Também discursarão na abertura a Presidenta Dilma Rousseff e, por meio de videoconferência, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon. A Cúpula terá ainda a participação do Presidente da Globe Internacional John Gummer.

Entre os representantes brasileiros estarão os Presidentes do Congresso e da Câmara dos Deputados, José Sarney e Marco Maia, o Presidente da Globe Brasil, Senador Cícero Lucena e também a Embaixadora da organização, a ex-Senadora Serys Slhessarenko.

A Cúpula Mundial dos Legisladores, como disse, é um evento inédito que reunirá parlamentares das maiores economias do mundo, para monitorar os governos nacionais na implementação de políticas públicas voltadas para a preservação ambiental e a sustentabilidade.

A Globe foi criada em 1989 por incentivo da própria Organização das Nações Unidas, com o objetivo de envolver os legisladores na busca de soluções para os grandes desafios ambientais do nosso planeta. Desde então, a entidade vem apoiando o desenvolvimento de legislação complementar e de políticas sobre as mudanças climáticas, além de ações nas áreas de capital natural, silvicultura e pesca.

Agora, a instituição dá um passo mais ousado com a realização da Cúpula Mundial de Legisladores, que deve estabelecer um processo permanente de acompanhamento e fiscalização dos compromissos a serem assumidos pelos Chefes de Estado na Rio+20,

mesmo porque muitas das decisões tomadas pelos governantes somente poderão ser efetivadas depois de aprovadas pelos legisladores de cada país.

Para isso, a Cúpula Mundial de Legisladores estabeleceu três objetivos básicos que deverão nortear os seus trabalhos em relação aos temas que serão discutidos na Rio+20: a fiscalização, a legislação e o capital natural. No primeiro caso, a fiscalização, a Cúpula Mundial de Legisladores pretende desenvolver o mecanismo internacional de monitoramento dos compromissos assumidos pelos governos durante a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Estive aqui, na semana passada, conversando com a Senadora e também com o representante da Globe, e, no aspecto da fiscalização, do monitoramento, eles estavam pensando em reunir essa cúpula, em um determinado local do mundo, de dois em dois anos e eu sugeri que esse período fosse diminuído. Nós poderíamos pensar em fazer essa reunião, essa cúpula mundial com os legisladores para observar os resultados, para monitorar os resultados, anualmente. E poderíamos fazer em cada continente, de ano em ano, para que pudéssemos acompanhar, para que a Rio+20 não tivesse aquele gosto de que se falou, falou, falou, discutiui, discutiui, discutiui, mas, na verdade, pouca coisa acontece na prática, pouca coisa é implementada, realmente. Então, eu dei, como sugestão, à Serys, nossa ex-Senadora, Embaixadora, e ao representante da Globe, de que essa reunião fosse realizada em um tempo menor e não de dois em dois anos, como foi a ideia inicial. Espero que eles acatem nossa sugestão.

No tocante à legislação, os parlamentos representados no encontro devem elaborar uma plataforma de promoção e compartilhamento de práticas legislativas, além de criar um instrumento de reconhecimento das legislações nacionais. Segundo informação de nossa Embaixadora, nossa ex-Senadora, nós já tínhamos confirmadas as presenças de 85 presidentes de parlamentos mundiais.

Pegarei o número exato em minha agenda para que vocês tenham ideia da importância dessa Cúpula Mundial de Legisladores. Então, como anotado, estão confirmados 85 congressos e 38 presidentes de congressos; quer dizer, nós teremos 38 presidentes de congresso, assim como nosso Presidente do Senado, José Sarney, e o Presidente da Câmara, Marcos Maia. Teremos, então, 38 presidentes de Congressos nessa Cúpula Mundial de Legisladores, além de 85 congressos já confirmados. Repito: essa Cúpula Mundial de Legisladores acontecerá na Alerj – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto ao capital natural, a Cúpula de Legisladores vai examinar as formas de integração dessa

riqueza às estruturas econômicas nacionais. Grosso modo, podemos definir o capital natural como sendo o conjunto de todas as riquezas naturais que podem ser utilizadas como fonte, como meios ou como recursos para produção de bens e serviços em benefício da vida.

Pela expressão “capital natural”, a Cúpula reporta-se às condições que proporcionam valor socioeconômico na prestação de serviços ambientais.

A contínua deterioração dos ecossistemas em todo o mundo levou essa organização a se preocupar com a preservação dos recursos naturais. A sua proposta é de que a deterioração desses recursos seja levada em conta na formulação dos projetos do setor produtivo. A organização também defende uma justa compensação para aqueles que, ao protegerem os seus próprios recursos, contribuem para reduzir a deterioração do ambiente global.

O fio condutor dos debates no âmbito da Cúpula Mundial de Legisladores pode ser resumido, senhoras e senhores, todos que nos acompanham, na seguinte pergunta: como a legislação dos países que participam da Conferência da ONU pode ser reconhecida nas negociações internacionais? Esse é um ponto que eu quero reforçar. Então, a pergunta é essa. O fio condutor, nos debates no âmbito da Cúpula Mundial de Legisladores pode ser resumido com a seguinte pergunta: como a legislação dos países que participam da Conferência da ONU pode ser reconhecida nas negociações internacionais? A resposta a essa indagação, a essa expectativa, pode ser a criação de um mecanismo que venha a influenciar a formulação dos tratados internacionais. Ao mesmo tempo, esse mecanismo pode contribuir para o aprimoramento das legislações sobre meio ambiente em vários países do mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, não se propõe a fazer uma revisão da Rio 92, ou Eco 92, que sediamos há duas décadas. A Conferência de agora pretende discutir o desenvolvimento sustentável a partir de duas vertentes, a adoção da chamada economia verde no contexto da sustentabilidade, incluída a questão da erradicação da pobreza, e as políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento sustentável. De qualquer forma, há uma razoável coincidência na eleição dos temas básicos do encontro, como era de se esperar.

O Brasil, ainda que tenha muitos desafios a enfrentar nesse contexto, tem também alguns trunfos, como as medidas tomadas para reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera, o incentivo à utilização dos carros flex é um exemplo, assim como a nossa matriz energética, na qual se destaca a geração hidrelétrica.

Entre outras conquistas, podemos citar também a significativa redução da mortalidade infantil e a redução da miséria, nos últimos anos.

Com uma economia emergente, vastos recursos naturais, e agora resultados de políticas públicas voltadas para a inclusão social e o combate à miséria, o Brasil se credenciou não apenas para ser o anfitrião da Conferência da ONU, mas também para ser um interlocutor de vários povos do Planeta no que concerne à sustentabilidade.

Às vésperas da Conferência da ONU, portanto, quero me congratular com o povo brasileiro por sediarmos um evento de tamanho significado e de tamanha magnitude. E às vésperas da Cúpula Mundial de Legisladores, quero estender minhas congratulações aos Paramentos de todos os países que estarão representados no evento.

Tenho absoluta convicção, Sr. Presidente, de que o envolvimento dos parlamentares nos debates e na fiscalização dos compromissos representará um grande avanço para que o desenvolvimento sustentável deixe de ser um objetivo para se tornar uma realidade.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Permite um aparte, Senador?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, com muito prazer, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Eu faço aparte e, com ele, até não preciso mais fazer o discurso que eu ia fazer, Senador. Eu fico feliz que o assunto da Rio+20 esteja aqui na tribuna, graças ao seu discurso. Fico feliz pela maneira como o senhor levou seu discurso, não só pelo ponto de vista do conceito, mas, sobretudo, do envolvimento dos parlamentares do mundo. Tenho a impressão de que, se nós não criarmos uma espécie de bancada mundial de um novo desenvolvimento, ou de desenvolvimento sustentável, ou o que for, é bem capaz que isso não vá adiante. Porque os presidentes da República – sobretudo eles – têm um compromisso com o seu eleitor, com o imediato, não são capazes de pensar o Planeta inteiro. Então, eles chegam ali e vão decidir o que for mais útil para o momento, talvez essa seja a razão pela qual o Presidente Obama não vem. Porque defender desenvolvimento sustentável aqui o levaria a perder votos nos Estados Unidos, porque com o desemprego que lá está, ele não tem como se preocupar com sustentabilidade, não. Ele quer se preocupar em como gerar emprego imediatamente. Aliás, aqui também. Embora sejamos a sede da Rio+20, a Presidenta tomou algumas medidas relacionadas ao aumento da venda de automóveis, que nada têm a ver com a sustentabilidade, mas que responde a uma demanda imediata de emprego.

Talvez os parlamentares, juntos, pudessem trabalhar, em médio e em longo prazo, até porque aparecem menos nas suas análises, nas suas formulações, na busca disso em que o senhor insiste, fala e defende, que seria o desenvolvimento sustentável em escala planetária. Não há presidente do mundo. Pode haver uma bancada parlamentar do mundo. Isso pode haver. Eu, lamentavelmente, por outras atividades que vou ter na Rio+20, não deverei estar presente à reunião dos parlamentares, salvo em um pequeno momento, mas deixo, aqui, a minha manifestação de que tenho esperança de que essa reunião dos parlamentares possa ser a origem, a semente de um grande fato daqui para a frente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Senador, pelo aparte.

Eu quero até reforçar um ponto que apresentei também: nós vamos ter, no final de semana, o Fórum Nacional do PRB, em São Paulo, então, não poderei participar como gostaria desse evento também, mas dou todo apoio.

Conversei com a nossa Senadora Serys e dei a minha sugestão. Eles pensavam em uma reunião de dois em dois anos, a partir da Rio+20, e eu sugeri diminuir esse prazo para anual, sendo que, a cada seis meses, nós faríamos uma reunião por blocos, por continentes.

Pensei eu e dei como sugestão: a cada seis meses, uma reunião de blocos e, a cada dois anos, uma reunião geral, global, dentro desse pensamento que o senhor bem colocou, de uma bancada planetária pensando nessa questão da sustentabilidade, do desenvolvimento e até, principalmente, na aplicação prática daquilo que for decidido, porque o que for decidido, o que se tornar lei num país vai ser decidido pelas Casas, vai ser decidido pelo Congresso, pelas casas legislativas de cada país.

Então, daí a importância do encontro, do monitoramento, do constante encontro no período que for decidido, mas, repito, na minha sugestão, de seis em seis meses, por bloco, por continente, e a cada dois anos, uma reunião geral para avaliarmos resultados, enfim, para que isso seja não apenas discurso, mas para que seja fato e que aquilo que for decidido, debatido, seja realmente implementado para o bem de todos, para o bem do nosso Planeta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Eduardo Lopes.

Convido V. Ex^a a conduzir os trabalhos da Mesa. E passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar, antes de iniciar minha fala, a presença valorosa e honrada do ilustre Deputado, ex-Senador e ex-Governador Júlio Campos; do valoroso amigo e Deputado Federal pelo nosso Estado de Mato Grosso, Deputado Pedro Henry, que nos visita nesta noite de hoje; e também do Dr. Huendel Rolim, grande advogado e jurista do nosso Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, às vésperas da Rio+20, a mais importante conferência das Nações Unidas no contexto do mundo contemporâneo, é com elevada satisfação e gratificante orgulho que eu gostaria de enaltecer, mediante a transcrição integral nos Anais desta Casa, a matéria jornalística hoje veiculada por meio do programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo de Televisão.

Na consistente reportagem, Sr. Presidente, conduzida pela jornalista Miriam Leitão, sobre sustentabilidade econômica, essa competente profissional ressalta o exemplo do Município de Alta Floresta, no meu Estado do Mato Grosso, como uma verdadeira lição de economia verde. Conforme relata a reportagem, “a cidade chegou a entrar na lista das que mais desmatam no mundo, tomou consciência ambiental e conseguiu a façanha de deixar o incomodo *ranking*”.

Essa constatação, Sr. Presidente, é especialmente relevante diante do fato de Mato Grosso ter destruído, em 20 anos, 117 mil quilômetros quadrados de floresta, o que equivale a três vezes a área do Estado do Rio de Janeiro.

Diz a matéria:

Na Amazônia, a taxa de destruição anual da região caiu de 27 mil Km² por ano para 7 mil Km² no ano passado, mas é ainda a segunda maior do mundo, depois da Indonésia. Alta Floresta, no norte de Mato Grosso, veio perdendo floresta a cada ciclo econômico. Primeiro foi o garimpo, depois madeira, em seguida a pecuária, que ainda é a principal atividade econômica da região.

Em 2007, ela entrou na lista das cidades que mais desmatam e começou a perder financiamento e investimento. Houve uma mobilização da sociedade para mudar isso, unindo autoridades, ONGs e produtores. Ela acaba de sair dessa lista. Para se ter uma ideia de como isso é difícil, das 40 cidades que estavam na lista, só três conseguiram essa façanha.

Isso só foi possível graças ao esforço e à articulação conjunta da comunidade dos produtores de Alta Floresta. A partir de ações como a recuperação de pastagens por meio do plantio de arroz, a proteção de rios e de nascentes, o melhor aproveitamento

hídrico, o rodízio de pastos e outras iniciativas no manejo ambiental, demonstra-se possível compatibilizar a preservação ecológica e o crescimento dos negócios no campo, até porque, atualmente, nada menos de um quinto de nossas exportações provêm do agronegócio florestal.

Com essas palavras, Sr. Presidente, encerro minhas considerações, requerendo à Mesa, nos termos do Regimento da Casa, a transcrição nos Anais da íntegra da matéria cujo texto ora encaminho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JAYME CAMPOS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Município de Alta Floresta, na Amazônia,
dá lição de economia verde**

Cidade chegou a entrar na lista das que mais desmatam no mundo, tomou consciência ambiental e conseguiu a façanha de deixar o incômodo ranking.

A conferência Rio+20 começa nesta terça-feira com uma pergunta dos tempos modernos. Com esse mundo cada vez mais cheio de gente e necessidades como comida, água e energia, é possível produzir sem causar impactos na natureza? Na Amazônia, Miriam Leitão encontrou um bom exemplo de economia verde.

A Rio + 20 é sobre economia verde. Mas o que é economia verde? “Economia verde é você economizar o seu planeta, cuidar um pouco mais do seu planeta, diz. Uma menina também dá sua opinião: “Eu acho que é a gente pode economizar água. Tem gente que começa um banho, fica lá cantando e não tem nem noção do tempo. Tem que ter mais noção para não gastar muita água”.

Cada um dá uma resposta, mas todo mundo concorda: ela tem que ser sustentável. O Mato Grosso destruiu, em 20 anos, 117 mil quilômetros quadrados de floresta, o que equivale a três estados do Rio de Janeiro.

Economia verde é fazer tudo de outro jeito: reformar prédios, mudar as fábricas, ter novos hábitos e tudo isso, gerando lucro, mas poupando energia. A energia limpa, que usa o que o Brasil tem em abundância: sol, vento, água.

Mas cuidado: não pode ter como base a destruição da floresta. O lixo tem que ser separado e tratado. Os rios, despoluídos. Economia verde é investir em

biocombustíveis e novos materiais. No campo, economia verde é conciliar pecuária, agricultura e floresta.

Na Amazônia, a taxa de destruição anual da região caiu de 27 mil km² por ano para 7 mil km² no ano passado, mas é ainda a segunda maior do mundo, depois da Indonésia. Alta Floresta, no norte de Mato Grosso, veio perdendo floresta a cada ciclo econômico. Primeiro foi o garimpo, depois madeira, em seguida a pecuária, que ainda é a principal atividade econômica da região.

Em 2007, ela entrou na lista das cidades que mais desmatam e começou a perder financiamento e investimento. Houve uma mobilização da sociedade para mudar isso, unindo autoridades, ONGs e produtores. Ela acaba de sair desta lista. Para se ter uma ideia de como isso é difícil, das 40 cidades que estavam na lista, só três conseguiram esta façanha.

Rodrigo Arpini é pecuarista, mas seus 200 hectares de terra estavam perdendo a força. Com o plantio do arroz por dois anos, ele recuperou a pastagem. Com a proteção do seu rio, aumentou a água. E com o sistema de rodízio do pasto, ele dobrou os bois no mesmo espaço.

Como Rodrigo, outros produtores mudaram de atitude depois da campanha da prefeitura e ONGs de combate ao desmatamento e de proteção das nascentes.

Uma das riquezas do município de Alta Floresta são cursos de água. O município tem seis mil nascentes, só que quatro mil delas estavam degradadas. Em 2010, faltou água no município. Aí eles começaram um trabalho de proteção das nascentes. 1.200 delas já estão isoladas e protegidas para recuperação.

“Vários outros municípios tem nos ligado e perguntado e perguntado como Alta Floresta fez isso, porque é um grande desafio. Como fazer e como viver com sustentabilidade”, afirma a secretária de meio ambiente de Alta Floresta, Gercilene Meira.

Se usada corretamente, a floresta pode ser fonte de riqueza como explica Tasso Azevedo que foi presidente do Serviço Florestal Brasileiro.

“O fato é que hoje, do agronegócio brasileiro, 20% quase das nossas exportações vêm do agronegócio florestal”.

Até criança sabe: é preciso fazer mais com menos. É preciso produzir riqueza protegendo, na fronteira agrícola e na grande cidade. Estamos todos no mesmo planeta. O Brasil é um grande produtor de alimentos para o mundo. Essa é uma das nossas vocações. E o país quer reduzir a pobreza.

“Isso é um pouco parecido com aquela história que era você precisa crescer para depois distribuir. A gente aprendeu a crescer distribuindo. A gente tem

que aprender, e esse deve ser um legado importante da Rio+20, que a gente pode reduzir a pobreza com sustentabilidade”, afirma Tasso.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a será atendido, conforme define o Regime Interno. Será publicada, na íntegra, a matéria a que se reporta V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Concedo a palavra agora, como orador inscrito, ao Senador Acir.

Estou aqui substituindo a Presidência. Qual é o sobrenome?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Acir Gurgacz.

V. Ex^a está com a palavra, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde para saudar os servidores públicos do Estado de Rondônia que chegam a Brasília desde ontem. Mais de mil servidores se deslocaram do Estado de Rondônia até Brasília, para defender a transposição, que já discutimos por várias vezes nesta tribuna.

Houve a votação no Senado da lei no dia 28/10/2009. Nós aprovamos aqui a transposição daqueles servidores que faziam parte do Governo do Estado para os quadros da União. No dia 11 de junho de 2010, o ex-Presidente Lula sancionou essa lei, e, no dia 5 de julho, a Presidenta Dilma foi a Porto Velho, para assinar o decreto da transposição, e se comprometeu a fazer com que, num prazo curto, essa transposição acontecesse. Até agora, não houve de fato a transposição dos servidores do Estado de Rondônia para os quadros da União.

Portanto, recebo nossos servidores do Estado de Rondônia. Mais de mil pessoas se deslocaram do Estado de Rondônia para cá, juntamente com deputados estaduais, com prefeitos municipais, com vereadores. Eles estão em Brasília, vieram de Rondônia.

Mostro a camisa que eles estão usando. A camiseta, que hoje era verde, amanhã será esta, amarela, em que se diz: “Chega de enrolação! Queremos transposição. Rondônia”. Ela fica aqui, para que possamos transmitir o sentimento dos nossos trabalhadores, dos nossos servidores do Estado de Rondônia. “Chega de

enrolação! Queremos transposição.” Esse é o lema, essa é a frase que os servidores estão proferindo. Hoje, usaram camisas verdes e, amanhã, usarão esta camisa amarela ao transitarem nos corredores do Congresso Nacional e nos Ministérios.

Aproveito para fazer um agradecimento especial à nossa Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que recebeu hoje os parlamentares – os três Senadores e os oito Deputados Federais – e também os presidentes dos sindicatos dos servidores do Estado de Rondônia. Eles foram recebidos pela Ministra Miriam Belchior e também pela sua assessoria.

Fica aqui o nosso agradecimento, pois há o compromisso da Ministra de resolver essa questão o mais rápido possível. É um anseio antigo dos nossos servidores que, realmente, estão aguardando já há muito tempo essa transposição.

Também fomos recebidos pelo Secretário-Geral da Presidência da República, Ministro Gilberto Carvalho, que também se colocou à disposição tanto dos parlamentares, como dos servidores para agilizar isso o mais rápido possível.

Também estivemos na Advocacia-Geral da União (AGU) para conversarmos com o Ministro Adams, pois está lá o parecer para que seja assinada a normativa, iniciando, de fato, a transposição dos servidores de Rondônia.

Fica aqui o nosso agradecimento a toda a equipe do Governo, à Ministra do Planejamento, ao Secretário-Geral da Presidência da República, ao Ministro Luís Inácio Adams, da AGU, que coloca claramente que vai fazer um parecer pautado na lei, e não pode ser diferente, pois não queremos nada que não esteja dentro da lei, queremos apenas agilidade no processo, para que essa novela termine e acabe o sofrimento de vários servidores que estão no Estado de Rondônia.

Hoje, temos aqui em Brasília cerca de mil servidores, mas muitos estão em Rondônia. Mais de 19 mil ou 20 mil servidores ficaram no Estado torcendo para que essa vinda dos servidores possa resolver a questão.

A Ministra Miriam Belchior deu um indicativo de que até 30 de junho poderá ser resolvida em definitivo a questão da transposição. Portanto, fazemos um pedido à Ministra Miriam Belchior e também ao Ministro Luís Inácio Adams no sentido de que resolvam a questão ainda nesta semana a fim de que, depois da viagem que fizeram esses mais de mil servidores, que andaram três mil quilômetros de ônibus, de Rondônia até aqui, possam levar a boa notícia para o Estado de que a transposição vai acontecer, até o ano de 91. Essa é a grande expectativa e é o que nós esperamos.

Nosso pedido, portanto, é que o Governo dê um presente aos servidores que viajaram esses três mil

quilômetros, deixando suas casas, seus lares, para que possam voltar a Rondônia de alma lavada, com uma resposta positiva do Governo, que, com isso, fará justiça a um direito que é legítimo e que foi conquistado com muito esforço, resultado de um trabalho que começou há mais de dez anos, com a mobilização dos servidores e, depois, com a PEC aqui no Senado e na Câmara Federal.

Portanto, fica aqui o nosso pedido, mais uma vez, encarecidamente, à Ministra Miriam Belchior e a toda sua equipe, ao Ministro Adams, para que possam realmente dar essa resposta positiva aos nossos servidores, que já aguardam há muito tempo a solução desse fato.

Outro registro que faço é a carta-manifesto do setor produtivo do Estado de Rondônia.

Na última terça-feira, dia 5, o setor produtivo de Rondônia se reuniu para discutir questões estratégicas para o desenvolvimento de Rondônia. Ao final do encontro, os participantes elaboraram uma carta-manifesto. A carta será enviada à Presidenta Dilma, ao Ministro dos Transportes, Paulo Passos, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, à Chefe da Casa Civil da Presidência da República, aos Governadores de Rondônia, Acre e Mato Grosso e à bancada federal desses Estados para a viabilização dos projetos que serão essenciais para o crescimento do Estado de Rondônia e para o nosso País.

Participaram do encontro representantes das seguintes instituições: Federação do Comércio do Estado de Rondônia, Federação das Indústrias de Rondônia – Fiero, Basa, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Rondônia, Sebrae, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia, Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia – Facer, e Organização das Cooperativas do Brasil – OCB.

A carta aponta os entraves ao desenvolvimento da economia de Rondônia aliado ao crescimento organizado do Estado nas próximas décadas, apontando a busca de solução para graves problemas de infraestrutura que travam o crescimento do nosso Estado.

A carta aponta quatro temas de obras estratégicas para o crescimento do Estado: a construção da ferrovia Transcontinental, a hidrovia do Madeira, a internacionalização do aeroporto de Porto Velho e a duplicação da BR-364.

Esses gargalos precisam ser repensados, sob pena de estagnação da economia estadual nos próximos anos, num mundo cada vez mais competitivo.

Esse tema nós trouxemos aqui por várias vezes debatendo a duplicação da rodovia 364, a restauração da BR-364, a construção da ferrovia, mas iniciando em

Porto Velho, de Porto Velho encontrando a malha ferroviária brasileira. É assim que vamos utilizar, de pronto, de imediato, essa ferrovia que é tão importante não só para o Estado de Rondônia, mas para a Amazônia e, evidentemente, para todo o nosso País, principalmente com relação à produção de alimentos. Da mesma forma, a hidrovia do Madeira. A hidrovia do Madeira é importante, como é importante a internacionalização do aeroporto de Porto Velho.

Portanto, quero aqui cumprimentar todos aqueles que participaram da carta-manifesto do setor produtivo do Estado de Rondônia. Desejo que tenhamos sucesso nessa nossa empreitada rumo ao desenvolvimento do País, à geração de emprego, à geração de renda e à diminuição do custo de vida, ao aumento da produção de alimentos no norte do País, enfim, na nossa Amazônia.

Registro também o XV Conjus, Congresso Nacional da Juventude Socialista do PDT, que aconteceu em Fortaleza nos dias 1º, 2 e 3 de junho. Cerca de 1,2 mil jovens pedetistas participaram desse evento, pedetistas do Brasil inteiro, que se reuniram para discutir a política brasileira, o futuro do nosso País, o futuro da nossa juventude e quais são as políticas públicas que o nosso PDT pode e deve defender aqui no Senado e na Câmara dos Deputados nas eleições que se avizinham. O evento contou com a presença do Presidente do PDT, Carlos Lupi, do Secretário-Geral do Partido, Manoel Dias, e de vários Deputados e lideranças do partido.

Houve a eleição do novo diretório da JS do PDT e de sua nova executiva. Foi eleito Presidente o catarinense Luiz Marcelo Camargo para o mandato 2012-2014. Desejo muito sucesso ao catarinense Luiz Marcelo Camargo, que terá um trabalho muito grande à frente da JS Pedetista, que faz um trabalho muito importante na consolidação da política do nosso partido, na consolidação de políticas públicas do nosso PDT.

Rondônia foi representada por vinte jovens militantes da nossa juventude, coordenados pelo Presidente estadual da JS/PDT-RO, Célio Lopes. Portanto, é a juventude que está participando ativamente da política do nosso Estado de Rondônia e também da política do nosso País, da política do nosso partido.

É assim que queremos ver o nosso PDT, caminhando cada vez mais unido, cada vez mais fortalecido, mas com políticas públicas, com políticas que venham fortalecer o nosso partido e que venham ajudar não somente a juventude que estava lá presente, que estava lá trabalhando, mas toda a população brasileira.

Saúdo, mais uma vez, os nossos servidores do Estado de Rondônia, que estão aqui em Brasília em busca da transposição e dando apoio total à bancada

federal. Isso ajuda a fortalecer a unidade da bancada e a nos fortalecer perante o Ministério da Fazenda, perante o Ministério do Planejamento, perante a Casa Civil e também a AGU.

Quero cumprimentar o Governador Confúcio Moura, que mobilizou todos esses servidores, junto com os sindicatos, e estão aqui. Da mesma forma, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que disponibilizou recursos junto ao Estado para que esses mil servidores pudessem estar aqui hoje, desde ontem, e ficarão até o final de semana defendendo a transposição, que vai trazer também uma economia muito grande para os cofres do Estado. E essa economia será revertida em melhoria de salários para aqueles que continuaram no Estado e em melhorias na saúde pública e na educação do ensino público do Estado de Rondônia.

Portanto meus cumprimentos a todas as comitivas do nosso Estado de Rondônia. E mais uma vez cumprimento os Deputados Estaduais e o nosso Governador Confúcio Moura.

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Muito bem, Senador.

Agora, com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo, mais uma vez, esta tribuna especialmente para deixar registrada nos Anais desta Casa a minha indignação quanto aos abusos, às irregularidades e aos desmandos cometidos pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia (Sticcero), que representa a categoria de trabalhadores das usinas tanto de Jirau quanto de Santo Antônio.

Todos os Estados brasileiros e a nossa Capital Federal acompanharam e assistiram, há poucos dias, como assistiram, no ano passado, ao desmando e à baderna feitos por alguns funcionários mascarados, prejudicando obras tão importantes para o Brasil e de relevância para o Estado de Rondônia, que são os dois empreendimentos das usinas do rio Madeira, que vão gerar desenvolvimento, progresso e emprego.

Infelizmente, estou fazendo aqui fazendo uma denúncia com dados, com documentos. Estou aqui fazendo uma denúncia. Infelizmente, muito dos fatos que aconteceram em nosso Estado, a bandalheira que aconteceu nos dois consórcios, nos dois empreendimentos, não ocorreu por culpa das empresas consorciadas e, sim, por conta de interesses da fatia que cabe a cada sindicato.

O que está acontecendo lá, Sr. Presidente, é uma verdadeira farra com o dinheiro público, advindo das usinas. É uma obrigação constitucional que, em qualquer empreendimento da construção civil, os funcionários sejam obrigados a pagar a taxa para o sindicato que os representa. É a farra com o dinheiro público advindo das usinas do rio Madeira.

O sindicato está nas mãos de pessoas com má índole e que se utilizam de vários procedimentos ilícitos para chegar à direção sindical, como aconteceu, passando pelos olhos das autoridades do meu Estado, sem levantar suspeita.

Dentre as inúmeras irregularidades que foram denunciadas ao Ministério Público do Trabalho do Estado de Rondônia, destacam-se as ocorridas no último pleito eleitoral, por exemplo, pagamento de aluguel de avião para a campanha do então candidato a Deputado Federal, Itamar Ferreira.

Itamar Ferreira, ex-sindicalista, gogó da moralidade, utilizou dinheiro do sindicato para usar avião e fazer campanha em nosso Estado de Rondônia. Isso aconteceu nas eleições de 2010. Estou falando com nota, documento e recibo. Não estou falando em vão. Além de pagamentos com valores exorbitantes, com locação de veículos, papelarias, postos de gasolina, serviços de informática, até honorários advocatícios, publicidades e propagandas, viagens e pagamentos de diárias a pessoas estranhas ao quadro do Sticcero, desse sindicato que representa a construção civil das usinas do Estado de Rondônia.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as irregularidades não param por aí. Os membros do sindicato recebiam dinheiro da contribuição sindical, dizem eles, em *cash*.

Mas, na verdade, os consórcios pagam e depositam na conta. Mas, de alguma maneira, essa mesma diretoria, com despesas fraudulentas, com cheques frios, criava despesas e movimentam em contas bancárias ou em conta compartilhada, como determina o Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao mesmo tempo, todo mundo sabe que dessa conta compartilhada, como determina o próprio Ministério do Trabalho e Emprego, e muitos criam despesas fraudulentas, como acabei de citar.

Os membros da diretoria recebiam pagamentos altíssimos de ajuda de custo por prestação de serviços mensalmente; documentos referentes à prestação de serviços não eram contabilizados; nas greves serviam almoço para mil pessoas, mas colocavam nas despesas como se fossem 4, 5, 6 mil pessoas participando da greve; contratavam no papel ônibus. Assim é a forma de muitos sindicatos por aí.

Recordo-me, Sr. Presidente, quando era Governador do Estado de Rondônia. Infelizmente muitos servidores não fiscalizam, mas se fiscalizarem vão ver o que muitos pré-candidatos em época de eleição municipal, como vai acontecer neste ano, como pré-candidatos às eleições estaduais, como aconteceu há dois anos, fazem com dinheiro público, fazem com dinheiro dos servidores. E muitos servidores, de boa fé, ainda passam o chamegão para aprovar as contas de muitos sindicatos. Tem alguns que são sérios, mas nem todos, a exemplo do que estou citando aqui.

Ao mesmo tempo, as acusações que pesam contra os membros do Sticcerio que foram denunciados na Justiça do Trabalho de Rondônia e que agora são investigadas pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado de Rondônia e pela Polícia Civil do nosso Estado são muito graves. Estima-se que mais de R\$5 milhões foram desviados nos anos de 2010 e 2011, com apresentação de notas frias, notas geladas, com pagamentos irregulares, sem a convocação de assembleias e sem prestação de contas dos recursos arrecadados. Enfim, nenhum benefício revertido para o bem dos trabalhadores sindicalizados dos dois empreendimentos.

Diante desse lamaçal de acusações, sugiro que seja feita uma investigação minuciosa pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Civil do Estado de Rondônia, com a oitiva de testemunhas e juntada de documentos, uma vez que algumas dessas denúncias se encontram transitando nesses órgãos e já foram veiculadas diversas vezes na mídia local e, até o momento, a Justiça e os órgãos de fiscalização não se manifestaram. Sugiro que sejam ouvidos os associados para saber quais os benefícios oferecidos pelos sindicatos e o que foi feito com o dinheiro, que se evaporou, como tem acontecido na denúncia e nos papéis que tenho em mãos.

Sugiro que o Ministério do Trabalho e do Emprego, que tem à frente o competente Deputado Brizola Neto, também faça uma fiscalização dura e reveja as autorizações de criação de novos sindicatos simplesmente para criar despesas de fachada, ao mesmo tempo onerando aquilo que poderia trazer benefícios sociais para todos os funcionários da categoria. Foi criada no País uma fábrica de sindicatos, pois cada categoria possui dois ou três que a representam. Infelizmente, temos muitos que são de “malas”, a exemplo desses que aqui estou denunciando.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sugiro que seja feita uma apuração dos repasses feitos aos consórcios, uma vez que cumprem legalmente com os repasses para poder evitar os transtornos que viveram nas greves, nos fechamentos, nas badernas,

nas queimações, no caos criado nos dois empreendimentos, tanto na usina de Santo Antônio quanto na de Jirau. Ao mesmo tempo, sugiro que seja feito um confronto para que possamos verificar, com o repasse das usinas, para que lado e de que maneira os sindicatos estão colocando esse dinheiro, se é da maneira fraudulenta como fizeram até agora.

Por que estou fazendo essa denúncia hoje com esses dados de 2010 e 2011? Porque se aproximam as eleições municipais de 2012. Mais uma vez vai haver farra com dinheiro público, mais uma vez vai haver farra com um dinheiro que poderia ser dividido entre os próprios servidores que fazem parte dessa categoria. É por isso que estamos, aqui, fazendo essa denúncia, uma vez que ela chegou, há poucos dias, a minhas mãos. Portanto, falo às autoridades do Ministério do Trabalho, da Promotoria, do Ministério Público. Que possam urgentemente verificar essas denúncias feitas desta tribuna e, ao mesmo tempo, verificar de que maneira estão sendo aplicados esses recursos, para acabar de vez com esses desmandos de nota fria e ao mesmo tempo de dinheiro, que está sendo utilizado para promover algum sindicalista “mala”, de passagem, como este que citei aqui, para que não venha, mais uma vez a ser beneficiado com o dinheiro dos servidores.

Além disso, Sr. Presidente, nem tudo é denúncia. Quero aqui também hoje parabenizar a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que recebeu hoje de manhã toda a Bancada de Rondônia, os três Senadores e os oito Deputados Federais, e os sindicalistas que aqui estiveram e que acompanham, passo a passo, a transposição dos servidores do nosso Estado. Ela se comprometeu de, junto com o Ministério da Fazenda, repassar, nos próximos dois dias, a documentação para que o nosso Advogado-Geral da União, o Ministro Luís Adams, possa urgentemente dar o parecer final e contemplar os servidores públicos do Estado de Rondônia, se Deus quiser, até 1991. Também fomos recebidos por Gilberto Carvalho, Secretário-Geral da Presidência, que se prontificou em ajudar.;

Mas, ao mesmo tempo, nós buscamos um parecer do ex-Ministro, que está advogando, pago pelos sindicatos. E o ex-Ministro no parecer também foi claro: nós temos direito, como os demais Estados da região Norte, que eram Territórios, Roraima e Amapá; e Rondônia não foi beneficiado com isso, foi injustiçado.

Até 1987 está garantido. Para os policiais militares, até 1991. Mas, ao mesmo tempo, ficou comprovado que a União paga e pagava esses servidores do Estado de Rondônia até 1991. Nós esperamos ser atendidos.

Portanto, o Ministro da Advocacia Geral da União, Luís Adams, assumiu o compromisso de que nos pró-

ximos dias fará o possível para dar esse parecer final para que o Ministério do Planejamento possa trabalhar.

Infelizmente, passou-se um ano. Infelizmente, passou mais um ano após a assinatura da Presidente Dilma, em julho do ano passado em nosso Estado. Quando se quer, as coisas acontecem.

Aqui quero fazer uma retrospectiva. Em 2002, disputei as eleições de Governador do Estado de Rondônia.

Naquela época existiam no meu Estado 10 mil pais de família desesperados, que perderam o emprego, e alguns deles, infelizmente, se suicidaram e outros vieram a falecer por enfarte, no desespero, por, depois de 20 anos, perder a estabilidade, perder o emprego no setor público.

Eu assumi um compromisso na campanha de 2002 que, se houvesse um caminho, houvesse uma brecha e houvesse uma opção, eu reintegraria os demitidos nos quadros do Estado de Rondônia. Pois tanto, fui vencedor das eleições de 2002, assumi o cargo em 2003 e o primeiro ato que eu fiz, no começo da minha gestão, foi vir ao Supremo Tribunal de Justiça, juntamente com as categorias sindicais, para buscar um acordo com esses servidores, sindicalistas e o próprio Judiciário e reintegramos esses demitidos.

Foi uma ação de governo, foi uma decisão tomada em que havia vontade que acontecesse, mas o que nós assistimos, muitas vezes, é uma decisão de governo em que falta vontade que, na verdade, aconteça. Esses servidores que perderam o emprego, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltaram a ter a credibilidade, voltaram a ter um salário digno e voltaram a fazer parte da sociedade com a cabeça erguida, sabendo que trabalharam para o Estado e foram recompensados quando eu os reintegrei no quadro geral do Estado de Rondônia.

Da mesma maneira é a PEC da Transposição, só falta vontade, só falta uma decisão política. Caminho tem. Mas, no entendimento da legislação, é até 1987; mas, no entendimento político, pode também passar para os quadros da União até 1991. Esse seria o maior presente que a nossa Presidente Dilma estaria dando para o Estado de Rondônia.

Por mais que eu fale aqui das usinas, que já estão na fase final; por mais que eu comente aqui das usinas, todo mundo sabe que hoje o Estado de Rondônia, Porto Velho, vive momentos difíceis. A criminalidade aumentou consideravelmente. Há um inchaço na cidade. A área da saúde, infelizmente, virou um caos.

O quero aqui, deste plenário, pedir a nossa Presidente Dilma e à Ministra do Planejamento, Miriam, e toda sua equipe, que deem um presente aos servidores públicos do Estado de Rondônia; que deem um pre-

sente para o povo do Estado de Rondônia para compensar os anos em que o Estado de Rondônia pagou os salários dos servidores, assumindo-o até 1991, mas que era obrigação do Governo Federal.

Se isso ocorrer, será um presente àquelas pessoas que trabalharam 20 anos, 25 anos, 30 anos e para aquela família que já perdeu o pai e a mãe que trabalhavam no setor público ou mesmo que tenham perdido um filho. Que deem como presente a aposentadoria, assumindo todos os ônus provenientes da transposição, com certeza, lhes trará segurança e garantia para que eles possam dormir tranquilos e ter um salário no final do mês sem correr o risco de depender do Instituto de Previdência do Estado de Rondônia (Iperon). Nos governos passados, sumiram com o dinheiro sumido, desviaram o dinheiro, não pagaram. A não ser no período de 2003 a 2010, quando eu era Governador do Estado de Rondônia.

O Governo do Estado de Rondônia, infelizmente, se ficar sem a transposição, nos próximos meses, já correrá o risco de ter a folha de pagamento atrasada. Conforme documentos que chegaram em minhas mãos, o Iperon já se encontra há dois meses sem repasse da obrigação previdenciária que o Estado tem para com os seus servidores públicos.

Então, faço um pedido à Presidente Dilma para que, com nossa bancada que dá sustentação aqui em Brasília e em nível nacional, com a população do Estado de Rondônia, assuma de vez até 1991 e também dê a eles uma aposentadoria com tranquilidade e que possam viver em paz onde quiser e achar melhor na tranquilidade para, não de criar os filhos que já estão grandes, criar seus netos como queiram.

Então, parabéns aos servidores que se deslocaram do Estado de Rondônia e vieram para cá...

Sr. Presidente, peço mais dois minutos para fechar meu discurso.

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aqui parabenizar os servidores públicos que, mais uma vez, se deslocaram do Estado de Rondônia até esta Capital federal para pressionar os órgãos e os Ministérios responsáveis por esse parecer, para fazer a publicação da instrução normativa e, ao mesmo tempo, poder levar para casa a garantia dessa estabilidade, dessa transposição tão esperada por todos os servidores do Estado de Rondônia.

Peço que Deus ilumine essas autoridades. Vamos aqui pedir a todas as pessoas, senhores e senhoras, jovens e crianças que, nas suas orações, coloquem o nome dessas autoridades para que Deus possa ilu-

miná-las e dar como presente para Rondônia a transposição tão desejada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Muito bem, Senador Ivo Cassol!

Concedo a palavra agora ao nosso Líder, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso esta tribuna para prestar um merecido tributo ao grande advogado, acadêmico e Ministro Humberto Gomes de Barros, alagoano de Maceió, que faleceu na sexta-feira, dia 8 de junho, mês dos três Santos, Santo Antônio, São Pedro e São João, como ele gostava de chamar.

Cumpro o dever cívico de homenagear um brasileiro honrado, exemplo de caráter, de retidão e de seriedade. Emocionado, Sr. Presidente, digo adeus a um fraternal amigo que deixa muitas saudades.

Tive o privilégio de conhecê-lo e de aprender com o excepcional humanista que foi Humberto Gomes de Barros. Seu carisma, sua inteligência, sua conversa agradável, seu jeito simples e o constante bom humor eram especialmente cativantes. No trato pessoal, não distinguia entre o humilde e o poderoso, concedendo a ambos a mesma deferência e gentileza. Era, por isso, querido de todos.

Aos 18 anos de idade, saiu de Maceió para o Rio de Janeiro, onde, no ano de 1962, formou-se em Direito pela respeitável Universidade do Brasil. Logo depois, veio morar em Brasília, tornando-se um dos primeiros advogados da Capital Federal, construindo inabalável reputação profissional e pessoal.

Integrou e participou ativamente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como membro do Conselho Federal e do Conselho Seccional do Distrito Federal, neste último por oito biênios consecutivos.

Foi Procurador-Geral do Distrito Federal no período de 1985 a 1988, quando, entre outras medidas importantes, criou e instalou a Defensoria Pública, além de instituir o primeiro órgão jurídico brasileiro especializado na defesa do meio ambiente e de realizar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o primeiro concurso público para ingresso na carreira de Procurador do Distrito Federal.

Em 1991, foi nomeado Ministro do recém-criado Superior Tribunal de Justiça (STJ), exercendo a Magistratura durante 17 anos, com grande sensibilidade jurídica e social.

Humberto Gomes de Barros se preocupava com o caráter humanitário das decisões judiciais e repudiava o desvirtuamento do processo para servir de armadilha, para surpreender os mais pobres e os desavisados.

Muito acatado no meio jurídico, sempre foi reconhecido como um magistrado acessível e como crítico dos votos longos e da erudição exagerada. No intervalo das sessões de julgamento, tinha o hábito de escrever cordel, extravasando sua alma de poeta nordestino. Para ele, Literatura e Direito constituíam dois universos paralelos, em que um não interferia no outro. Dizia que tentava ser um juiz correto e justo, e isso não excluía que fosse também um juiz bem-humorado e que esse bom humor fosse despejado na Literatura.

Por escolha unânime de seus pares, assumiu a Presidência do STJ, já perto de completar 70 anos. Na sua curta gestão, regulamentou os procedimentos de tramitação e julgamento dos recursos especiais repetitivos, criou o Núcleo de Procedimentos Especiais e prestigiou o processo de interiorização da Justiça Federal como forma de aproximar a instituição dos cidadãos, inaugurando a 7ª Vara da Seção Judiciária de Alagoas, no Município de União dos Palmares.

Com a eficiência que caracterizou sua passagem pela Magistratura, exerceu as funções de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral.

Adotou como norte de sua vida o antigo e sempre atual ensinamento de Justiniano: viver honestamente, não ofender a ninguém e dar a cada um o que é seu.

A reputação de julgador imparcial que praticava os melhores valores morais o levou para a Comissão de Ética da Presidência da República, da qual teve de se afastar em julho do ano passado, com a saúde abalada, bastante abalada.

Humberto Gomes de Barros, Presidente, também se destacou como exímio escritor e, nessa condição, era referência na vida cultural e membro da Academia Alagoana de Letras e da Academia Brasileira de Letras.

Ao tomar posse na Academia Alagoana de Letras, brincou, dizendo que já era vitalício e, naquele momento, se tornava também imortal.

Em sua obra, merece destaque o livro *Usina Santa Amália*, escrito em forma de cordel, para contar a saga do coronel Laurentino Gomes de Barros, seu avô.

Ali, ao explicar por que um sujeito que vive no Planalto Central resolveu cuidar de coisas que não mais lhe diziam respeito, deixou registrada sua perene fidelidade pela terra natal: “Ao contrário do que afirma o provérbio, posso dizer de Alagoas: longe dos olhos, dentro do coração”.

Nem a doença, nem a internação na UTI o impediram de concluir o livro *Sexta-feira 13 – Memórias do Tiroteio*, onde conta, Sr. Presidente, Srs. Senadores, suas impressões sobre o episódio histórico do *impeachment* do Governador Muniz Falcão, em Alagoas, no qual seu pai, Carlos Gomes de Barros, foi gravemente ferido.

O cronista e jornalista Ênio Lins, num comovente artigo, publicou, antecipadamente, a orelha que escreveu para o livro, ainda inédito, o qual classificou de bela obra literária. Certamente o é.

Todos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que conheceram Humberto Gomes de Barros, sem nenhuma dúvida e exceção, receberam com muita tristeza a notícia de sua morte.

A atenção e a dedicação à família e às amizades que fez e soube conservar marcaram sua trajetória de vida, como se pode ver na dedicatória do livro *Usina Santa Amália*:

Aos meus pais, Carlos Gomes de Barros e Laura Lima Gomes de Barros, saudade que só faz crescer.

Para Yvette, Humberto, Lícia, Raquel, Carlos Adolfo e subprodutos, pelo tempo que USINA nos roubou.

Para Anamália, Vera, Guy, Manoel, Cau, Tonho Areias, primos a quem a USINA tornou irmãos.

Ao compadre (de fogueira) Paulo Palmeira e demais filhos do Alto Camaragibe, também irmãos.

Expresso, Sr. Presidente, agradecendo a deferência de V. Ex^a, mais uma vez, a minha admiração, o meu afeto e o meu respeito por esse notável alagoano, jurista e poeta, amigo de longa data, que foi Humberto Gomes de Barros, cujo exemplo de vida todos nós temos o dever de honrar e o dever de preservar.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Senador Renan Calheiros, justa homenagem e justo o reconhecimento.

A Presidência designa o Deputado Ronaldo Caia do como membro suplente, em substituição ao Deputado Augusto Coutinho, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 568, de 2012, conforme **Ofício nº 147, de 2012**, da Vice-Liderança dos Democratas na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 147-L-Democratas/12

Brasília, 12 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ronaldo Caia do para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 568/12, em substituição ao Deputado Augusto Coutinho.

Respeitosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Vice-Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Foram encaminhados ao Congresso Nacional os Seguintes ofícios, todos encaminhando relatórios de gestão fiscal, referentes ao 1º quadrimestre de 2012:

Of. TRT7. GP nº 374/2012

Fortaleza, 30 de maio de 2012

Em cumprimento ao disposto no artigo 118 da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), encaminhamos, em anexo, a cópia do DOU com a publicação do Ato 153 desta Presidência, que divulga o Relatório de Gestão Fiscal, anexo I, deste Regional, referente ao 1º quadrimestre de 2012.

Na oportunidade, apresentamos o nosso respeito e admiração. – **Cláudio Soares Pires**, Desembargador Presidente do Tribunal Regional do trabalho da 7ª Região.

Nº 104, quarta-feira, 30 de maio de 2012

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

177



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 735, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre de 2012, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. JOÃO MARIOSI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Maio/2011 a Abril/2012

DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)	
		LÍQUIDA DAS DESPESAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.148.573,00	1.148.573,00	1.148.573,00
Pessoal Ativo	748.353,00	748.353,00	748.353,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	398.220,00	398.220,00	398.220,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00
(I) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	349.857,00	349.857,00	349.857,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	244,00	244,00	244,00
Decorrentes de Decisão Judicial	199,00	199,00	199,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.638,00	2.638,00	2.638,00
Juiz e Juízes com Regime Vinculado	349.775,00	349.775,00	349.775,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	798.716,00	798.716,00	798.716,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	8.137.772,94	8.137.772,94	8.137.772,94
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE AFIRMAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL (V) = (III/IV) x 100	9,703%	0,00000004%	9,703%
LIMITE MÁXIMO (art. 19, § 1º da LRF)	1.968.120,00	1.968.120,00	1.968.120,00
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22 da LRF)	1.812.734,00	1.812.734,00	1.812.734,00

NOTAS:

1) Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, considerando aquelas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64;

2) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

3) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

4) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

5) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

6) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

7) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

8) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

9) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

10) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

11) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

12) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

13) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

14) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

15) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

16) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

17) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

18) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

19) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

20) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

21) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

22) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

23) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

24) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

25) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

26) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

27) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

28) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

29) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

30) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

31) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

32) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

33) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

34) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

35) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

36) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

37) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

38) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

39) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

40) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

41) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

42) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

43) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

44) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

45) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012
RGF-ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, Alínea "a") R\$ Mil.

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LÍQUIDA DAS DESPESAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.148.573,00	1.148.573,00
Pessoal Ativo	748.353,00	748.353,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	398.220,00	398.220,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF)	0,00	0,00
(I) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	349.857,00	349.857,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	244,00	244,00
Decorrentes de Decisão Judicial	199,00	199,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.638,00	2.638,00
Juiz e Juízes com Regime Vinculado	349.775,00	349.775,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	798.716,00	798.716,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	8.137.772,94	8.137.772,94
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE AFIRMAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL (V) = (III/IV) x 100	9,703%	0,00000004%
LIMITE MÁXIMO (art. 19, § 1º da LRF)	1.968.120,00	1.968.120,00
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22 da LRF)	1.812.734,00	1.812.734,00

PONTES: SIAFI e DICO/ACONSERVETI 1º Região - 31/mai/2012 - 15h

NOTAS:

1) Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, considerando aquelas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64;

2) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

3) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

4) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

5) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

6) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

7) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

8) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

9) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

10) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

11) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

12) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

13) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

14) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

15) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

16) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

17) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

18) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

19) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

20) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

21) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

22) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

23) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

24) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

25) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

26) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

27) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

28) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

29) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

30) Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 15, § 1º da LRF);

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 47, DE 29 DE MAIO DE 2012

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIA DE LOURDES SALLABERRY

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tj.rj.gov.br/portal/portal.html>, pelo código 60042012053000177

-Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



178

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 104, quarta-feira, 30 de maio de 2012.

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Despesas de Exercícios Anteriores	988	988
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	55.804	55.804
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	169.100	169.100
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		581.850,48
% de DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,029062%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,029229%		447,406
LIMITE PRUDENCIAL (6 meses, art. 22 da LRF) - 0,039113%		425,226

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade SAO/PT/RT 10 Região - 31/maio/2012 - 11h24min

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas comprometidas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;

2) Do valor inscrito em Restos a Pagar de R\$ 1.011.418,59 em DEZ/11, foi cancelado R\$ 1.011.022,04 (11NE00917) em 13/abr/12 pelos 2012NE00284/285, o portanto deduzido da coluna (b), restando o saldo de R\$ 396,55;

3) Despesa com Proenúncios da Administração Direta executada por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 588.751,19 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 33.555,31, totalizando R\$ 622.306,50 de despesa comprometida;

4) Despesa com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa comprometida R\$ 2.375.416,94;

5) Despesa liquidada de Proenúncios da Administração Indireta: R\$ 263.225,13 e Despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 3.473.827,27 totalizando R\$ 3.737.052,40 de despesa comprometida;

6) As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 21 de maio de 2012.
 Des. CLAUDIO SOARES PIRES
 Presidente do Tribunal

FRANCISCO JOSE PONTES TRIAPINA
 Diretor-Geral/Coordenador de Despesa

JOSÉ TEIXEIRA NETO
 Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

ANA PAULA BORGES DE ARAUJO ZAUDA
 Secretária de Controle Interno

8ª REGIÃO

ATO Nº 349, DE 24 DE MAIO DE 2012(*)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 35, inciso I, "a" e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, e na Portaria STN nº 407/2011, resolve: TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 1º quadrimestre de 2012, conforme o Anexo deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, alínea "a") R\$ Milhões

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		Total
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	21.083	34	21.117
Despesa Ativa	20.372	3	20.375
Despesa Inativa e Pensionista	711	31	742
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	95.311	31	95.342
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4	0	4
Despesas de Exercícios Anteriores	31	0	31
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.852	0	1.852
Despesas de Exercícios Anteriores	87.230	11	87.241
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.094	3	22.097
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			11.130,43
% de DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,279099%	0,000000%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,281388%			309,927
LIMITE PRUDENCIAL (6 meses, art. 22 da LRF) - 0,391379%			289,418

Fonte: SIAFI e COMAD/RT/RT 10 Região - Em 24/maio/2012, às 15:00h

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tjro.jus.br/portal/portal.asp>, pelo código 00012012053000178

a) Despesa liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesa comprometidas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;

2) Despesa com Proenúncios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):

a) Despesas Liquidadas: R\$ 4.293.905,82

b) Despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados: R\$ 5.678.564,18

3) Despesa com Requisições de Pequeno Valor (RPV) da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):

a) Despesas Liquidadas: R\$ 1.759.426,26

b) Despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados: não houve.

4) Despesa com Proenúncios da Administração Indireta:

a) Despesas Liquidadas: R\$ 4.101.182,58

b) Despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados: R\$ 1.249,11

c) Fomam pagos, em fevereiro/2012, R\$ 1.778,89 de Restos a Pagar Não Processados, referentes à inscrição ocorrida em dezembro/2011.

5) Fomam cancelados R\$ 3.067,67 de Restos a Pagar Não Processados, referentes à ação 0356 e fone 0169, no mês de fevereiro de 2012.

Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA
 Presidente do Tribunal
 Em exercício

MÁRCIO CLESDSON FERNANDES
 Diretor de Secretaria Administrativa e Coordenador da Despesa
 Em Substituição

NORMA CRISTINA DINIZ BARROSQ
 Coordenadora da Coordenação de Orçamento e Finanças
 Em Substituição

IZAMBEIDE SALIM DE LIMA LUIZES PINHEIRO
 Coordenadora da Coordenação de Auditoria e Controle Interno

(*) N. da Copaja. Reproduzido por ter sido indevidamente no OGU nº 103, de 29/5/2012, Seção 2, páginas 44 e 45 e com incorreção.

10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 21, DE 25 DE MAIO DE 2012

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o conteúdo no Processo Administrativo nº 2.542/2012, resolve:

Tornar público, nos termos do art. 53, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, relativo ao período de maio de 2011 a abril de 2012.

Des. ELAINE MACHADO VASCONCELOS

ANEXO

UNião - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, alínea "a") R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		Total
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	334.918	160	335.078
Pessoal Ativo	253.376	160	253.536
Pessoal Inativo e Pensionista	81.543	0	81.544
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	73.996	5	74.001
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.690	5	3.695
Despesas de Exercícios Anteriores	69.316	0	69.316
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	260.922	155	261.077
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			581.850,48
% de TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE - DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,044844%	0,000027%	0,044870%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,049129%			407,039
LIMITE PRUDENCIAL (6 meses, art. 22 da LRF) - 0,069113%			576,687

FONTE: SIAFI GERENCIAL - NUCANSEON/RT 10 Região

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas comprometidas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Of. nº 63/2012/Sercont-Secof

Curitiba, 31 de maio de 2012

Assunto: Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2012.

Comunicamos a Vossa Excelência que este Órgão Trabalhista, em cumprimento ao disposto no art. 54, da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4-5-2000, publicou o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio/2011 a abril/2012, no DOU nº 102, de 28 de maio de 2011, página 160 e 161, seção 1.

Em cumprimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012) e do § 2º, art. 55, da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4-5-2000, encaminhamos cópia do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre de 2012.

Respeitosamente, – **Vilmar José Siqueira**, Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças.

Anexo ao Ofício nº 63/2012/Sercont-secof:

1) Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Anexo I e Portaria JP nº 61/2012 TRT 9ª Região.

PORTARIA JP Nº 61, DE 24 DE MAIO DE 2012

A Desembargadora Federal do Trabalho, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 25 do Regimento Interno e do contido no Memorando nº 84/2012/SERCONT-SECOF,

Resolve determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de maio/2011 a abril/2012, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Rosemarie Diedrichs Pimpão, Desembargador Federal do Trabalho Presidente do TRT 9ª Região.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	536.393	3.604	539.997
Pessoal Ativo	441.939	2.774	444.713
Pessoal Inativo e Pensionistas	94.454	830	95.284
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	90.106	3.604	93.710
Indenizações por Demissão e Licenças à Demissão Voluntária	868	-	868
Despesas de Exercícios Anteriores	2.316	3.074	5.390
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	86.722	530	87.252
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	446.287	-	446.287

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			581.850.483
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e IV) * 100	0,076701%	0,000000%	0,076701%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= %>	0,115872%		674.202
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %>	0,110873%		640.493

FONTE: Siat - Sistema/Sicoo/TRT 9ª Região - 09/mai/2012 - 10:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 77.317,57

Nota 3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 2.043.698,64

Nota 4) Não houve no período de janeiro a abril de 2012 cancelamento de RP não processados referente à despesas com pessoal.

ROSEMARIA QUEIROZ PIMPAO
 Desembargadora Federal do Trabalho
 Presidente do TRT 9ª Região

ARNALDO ROGERIO PESTANA DE SOUSA
 Ordenador da Despesa Substituto

MARILUSKA SANTOS POULI
 Diretora da Secretaria de Controle Interno

VILMAR JOSÉ SQUEIRA
 Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

Ofício nº 261/2012/GP

Maceió, 29 de maio de 2012

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do TRT da 19ª Região.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional do

Trabalho da 19ª Região, referente ao primeiro quadrimestre de 2012, compreendendo o período de maio de 2011 a abril de 2012, o qual foi publicado no Diário Oficial da União – Seção I, em 25-5-2012, p.218, conforme cópia anexa.

Atenciosamente, **Vanda Maria Ferreira Lustosa**,
Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO () SIM () NÃO

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	111121	0	111121
Personal Ativo	99.755		99.755
Personal Inativo e Pensionistas	11.366		11.366
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10462	0	10462
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Despesas de Decisão Judicial			0
Despesas de Exercícios Anteriores	822		822
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.640		9.640
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	100659	0	100659

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			581.258.483
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,817300%	0,000000%	0,017300%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,037725%		219.563
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,035839%		204.528

FONTE:

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Requisição de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa líquida R\$ 15.215.185,66 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 9.943,93.

Pedro Inácio da Silva

Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região em exercício da Presidência

José Antônio Patrício de Oliveira
Ordenador de Despesas SubstitutoJosé Angélio de Aquino
Diretor Substituto do Secretário de Orçamento - FinançasShella Santos Rolim
Diretora do Serviço de Controle Interno



218

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 101, sexta-feira, 25 de maio de 2012

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012
RGF - ANEXO I (LRF art. 53, inciso I, alínea "a") R\$ Milhões

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Liquidadas (a)	Despesas em Restos a Pagar Não Processadas (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (II)	53.846	
Pessoal Ativo	46.336	
Servidores Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Servidores Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	46.336	
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.511	
Servidores Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Servidores Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Outras Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	7.511	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (III)	10.462	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	3.281	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.501	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) - (I - II)	43.064	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III) + (IIIb)	43.064	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	581.850,483	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100	0,007398%	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) (IIIIa) (b)	32.437	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) (IIIIb) (b)	18.311	

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIN/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 21/maio/2012 às 12h e 30 min.

*Valores referentes à Portaria nº 324, de 17/05/2012.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento

do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos

termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, considera-

das as liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Araújo, 24 de maio de 2012.

VÂNIA MARIA NASCIMENTO LIMA ROSEMBERG
Secretária de Administração e Orçamento Substituto

ADAIL VILELA DE ALMEIDA
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TADEU MATOS HENRIQUES NASCIMENTO
Diretor-Geral

DESA MARIA AMARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA
Presidente

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
17ª REGIÃO
TRIBUNAL PLENO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 35, DE 18 DE MAIO DE 2012

A Proenxgação do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro Permanente do Pessoal

Certifico que, em sessão administrativa realizada nesta data, sob a Presidência da Excelentíssima Desembargadora Cláudia Cardoso de Souza, presentes os Excelentíssimos Desembargadores José Carlos Rêgo, Sérgio Moreira de Oliveira, Vinícius Lúcio Costa Leite Franco Decastro, Gerson Pimenta do Sylvestre Novaes, Carlos Henrique Bazzano Leite, Jailson Pereira da Silva e Lino Faria Pinheiro, e, ainda, a Excelentíssima Procuradora do Trabalho, Dra. Renata Venâncio Vago, com assessoria justificada dos Excelentíssimos Desembargadores Cláudio Armando Coux de Menezes, José Luiz Semfiri e Camille Vilma Garisto.

Resolveu, o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, por unanimidade, aprovar a prorrogação do concurso público para provimento de cargos do quadro permanente de pessoal deste E. TRT por 2 (dois) anos. A prorrogação do prazo de validade do concurso em tela encerra-se no prazo de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt17.jus.br/portal/portal.asp>, pelo código 00812012052500218

legislação de regência (artigo 37, II, da Constituição Federal e artigo 12 da Lei 3.112/90) e no jurisdição pública, eis que: a) o edital do concurso foi em dois anos a validade do concurso, a partir da data de publicação da homologação (07/05/2009), prevendo prorrogação; b) o concurso encontra-se em vigor; c) há condições apropriadas para todos os cargos/especialidades previstos originalmente, exceto Analista Judiciário, especialidade estatística.

RENATA LEITÃO EPHIMIN AMIN
Secretaria

19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 435, DE 13 DE MAIO DE 2012

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e regimentos estabelecidos no inciso XIX do Art. 22 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº. 12.463 de 12 de Agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012) e o art. 5º, inciso I da Lei nº. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), resolve:

Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. PEDRO INACIO DA SILVA

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012

RGF - ANEXO I LRF art. 53, inciso I, alínea "a") R\$ Milhões

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (a) (b)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (II)	111.121	0
Pessoal Ativo	99.751	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.366	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (III)	10.462	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	3.72	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.648	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) - (I - II)	10.462	0
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	581.850,483	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (III/V) x 100	0,007398%	0,017308%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) (IIIIa) (b)	32.437	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) (IIIIb) (b)	18.311	

Fonte:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas

inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

20) Despesas em Requisição de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de desclassificação de emenda de crédito (despesa líquida R\$ 15.215.189,68 e despesas inscritas em Restos a Pagar não processados R\$ 9.943,93).

Pedro Inácio da Silva

Desembargador Vice-Presidente do TRT da 19ª Região, no exercício da Presidência

José Allan Ramalho Oliveira

Coordenador de Despesa Substituto

José Angeli de Araújo

Diretor Substituto da Secretaria de Orçamento e Finanças

Sélio Santos Rolim

Diretor do Serviço de Controle Interno

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Of./TRT/GP/nº 99/2012

Campo Grande, 28 de maio de 2012

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – maio de 2011
a abril de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento
ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agostode 2011, o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal,
relativo ao período de maio de 2011 a abril de 2012.Colho o ensejo para manifestar votos de elevado
apreço e distinta consideração.Respeitosamente, – **Marcio Vasques Thibau de
Almeida**, Desembargador Presidente do Tribunal Re-
gional do Trabalho da 24ª Região.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	125.828	-	125.828
Pessoal Ativo	116.574	-	116.574
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.254	-	9.254
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	8.946	-	8.946
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	21	-	21
Despesas de Exercícios Anteriores	572	-	572
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.353	-	8.353
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	116.882	-	116.882
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			581.850.483
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III/ IV) x 100	0,020088%	0,000000%	0,020088%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,036802%			214.133
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,034962%			203.426

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT 24ª REGIÃO

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- Despesas com Precatórios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 148.613,83.
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 162.086,14.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):


Alencar Minoru Izumi
Diretor do Serviço de Orçamento
e Finanças


Selzo M. Fernandes
Diretor do Serviço de Controle
Interno


Marcio Vasques Thibau de Almeida
Desembargador Presidente

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Os expedientes vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e serão publicadas no Diário do Senado Federal de 13 de junho do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 41, de 2012-CN** (nº 2.574, de 2012, na origem), encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2012.

É a seguinte o Ofício:

Ofício nº 41, de 2012-CN

Ofício nº CF-OFI-2012/02574

Brasília, 5 de junho de 2012

Assunto: Documentos operacionais sobre relato de atividades

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2012, conforme determina o art. 118 da Lei nº 12.465/2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

Respeitosamente, – Ministro **Ari Pargendler**, Presidente.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
090026 - CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43845,25	52,8	43898,05
Pessoal Ativo	40.210	53	40.263
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.836	0	2.836
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2772,24	52,8	2825,04
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	36	53	89
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.736	0	2.736
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	48273,01	0	48273,01

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			581.850.483
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)*100	0,006922%	0,000000%	0,006922%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,024685%		143.638
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,023451%		136.448

FONTE: SIAFI Gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas são liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 61 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas comprometidas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANTONIO HUMBERTO MACHADO DE SOUSA BRITO
Secretário de Administração

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO
Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARRO
Secretária-Geral

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação da matéria:

Leitura: 12-6-2012

até 17/6 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 2/7 prazo para apresentação de relatório;

até 9/7 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 16/7 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 13 de junho do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas aos seguintes Projetos de Lei do Senado:

– **Nº 652, de 2011-Complementar**, do Senador Gim Argello, que *modifica as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos garçons*; e

– **Nº 672, de 2011**, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *institui contribuição devida pelos aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social para os fins que especifica*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2012

Altera o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor, para proibir a cobrança de Tarifa de Cadastro e Abertura de Crédito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

Art. 39.
.....

XIV – cobrar tarifa de cadastro e abertura de crédito, sob qualquer designação. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Houve consideráveis avanços nas normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ao dividir os serviços em essenciais, prioritários, especiais e diferenciados, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu regras para a cobrança e exigiu transparência por parte das instituições financeiras, com base na Lei nº 4.595, de 1964.

Todavia, ao contrário do que dispõe a Resolução nº 3.919, de 2010, do Conselho Monetário Nacional, consideramos que o cadastro e a abertura de crédito não são serviços prioritários ou sequer essenciais prestados ao cliente. Na verdade, o cadastro para a abertura de crédito é uma despesa indireta da atividade financeira de emprestar recursos. O cadastro e a pesquisa em bancos de proteção ao crédito são ônus a serem suportados pelo fornecedor, pois diminuem o risco do negócio da instituição financeira.

Dessa forma, juizados e órgãos de defesa do consumidor em todo o País já se manifestam contrários à cobrança dessa tarifa por parte das instituições financeiras, considerando-a abusiva. Para proibi-la de forma clara e definitiva, evitando, assim, os questionamentos jurídicos, é que apresentamos o presente projeto de lei e pedimos apoio dos nobres pares. – Senador **Jorge Viana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....
Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

~~IX – deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério;~~

IX – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

~~X – (Vetado);~~

X – elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

XI – Dispositivo incluído pela MPV nº 1.890-67, de 22.10.1999, transformado em inciso XIII, quando da converção na Lei nº 9.870, de 23.11.1999

XII – deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério. (Incluído pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

XIII – aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Incluído pela Lei nº 9.870, de 23.11.1999)

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

(*Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo a última decisão terminativa*).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2012

Altera o art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a isenção da contribuição previdenciária sobre os valores recebidos a título de aviso prévio indenizado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea e do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte item 10:

“Art. 28.

e)

10. recebidas a título de aviso prévio indenizado;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como se sabe, o aviso prévio indenizado é uma indenização paga pelo empregador quando este demite, unilateralmente, o empregado, sem justa causa e sem o cumprimento do aviso prévio trabalhado. Desta indenização resulta também o pagamento de um doze avos de décimo terceiro salário indenizado e de um doze avos de férias indenizadas previstos em lei, salvo números maiores de dias de aviso prévio e de avos acordados em convenção ou acordo de trabalho.

O artigo 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, elenca quais verbas indenizatórias devidas ao trabalhador em que não há incidência da contribuição previdenciária, como, por exemplo: as férias indenizadas e o seu adicional de um terço a mais do que o salário normal; a indenização de que trata o art. 479 da CLT; o valor correspondente à dobra da remuneração de férias etc. Ainda que o aviso prévio indenizado seja também uma verba indenizatória, infelizmente, não consta desta relação. Com isso, a Receita Federal do Brasil vem exigindo o pagamento da contribuição previdenciária sobre esses valores.

Contrariamente a essa prática, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) vem firmando jurisprudência no sentido de que o aviso prévio indenizado não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária.

Nesse contexto, com o intuito de por fim a uma insegurança jurídica, o presente projeto de lei determina que os valores referentes ao aviso prévio indeniza-

do não integram o salário-de-contribuição e, portanto, sobre eles não incide qualquer tributo previdenciário, reiterando-se sua natureza indenizatória.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei. – Senador **Blairo Maggi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências

CAPÍTULO IX

Do Salário-de-Contribuição

Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

I – para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

II – para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração;

III – para o contribuinte individual: a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observado o limite máximo a que se refere o § 5º; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).

IV – para o segurado facultativo: o valor por ele declarado, observado o limite máximo a que se refere o § 5º. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 1999).

§ 1º Quando a admissão, a dispensa, o afastamento ou a falta do empregado ocorrer no curso do mês, o salário-de-contribuição será proporcional ao número de dias de trabalho efetivo, na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição.

§ 3º O limite mínimo do salário-de-contribuição corresponde ao piso salarial, legal ou normativo, da

categoria ou, inexistindo este, ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

§ 4º O limite mínimo do salário-de-contribuição do menor aprendiz corresponde à sua remuneração mínima definida em lei.

§ 5º O limite máximo do salário-de-contribuição é de Cr\$ 170.000,00 (cento e setenta mil cruzeiros), reajustado a partir da data da entrada em vigor desta Lei, na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.¹²

§ 6º No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei estabelecendo a previdência complementar, pública e privada, em especial para os que possam contribuir acima do limite máximo estipulado no parágrafo anterior deste artigo.

§ 7º O décimo-terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário-de-contribuição, exceto para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 15.4.94)

§ 8º Integram o salário-de-contribuição pelo seu valor total: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

a) o total das diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

b) (VETADA na Lei nº 9.528, de 10.12.97).

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973;

c) a parcela “in natura” recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;

d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10.12.97

1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS;

3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT;

4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973;

5. recebidas a título de incentivo à demissão;

6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).

7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).

8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).

9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).

f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;

g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;

i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977;

j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;

l) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos em-

pregados da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da CLT; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

t) o valor relativo a plano educacional, ou bolsa de estudo, que vise à educação básica de empregados e seus dependentes e, desde que vinculada às atividades desenvolvidas pela empresa, à educação profissional e tecnológica de empregados, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e: (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011)

1. não seja utilizado em substituição de parcela salarial; e (Incluído pela Lei nº 12.513, de 2011)

2. o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo, considerado individualmente, não ultrapasse 5% (cinco por cento) da remuneração do segurado a que se destina ou o valor correspondente a uma vez e meia o valor do limite mínimo mensal do salário-de-contribuição, o que for maior; (Incluído pela Lei nº 12.513, de 2011)

u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

v) os valores recebidos em decorrência da cessação de direitos autorais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

x) o valor da multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT. (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

§ 10. Considera-se salário-de-contribuição, para o segurado empregado e trabalhador avulso, na condição prevista no § 5º do art. 12, a remuneração efetivamente auferida na entidade sindical ou empresa de origem. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2012

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo IV do Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 57-A:

“Art. 57-A. Os trabalhos acadêmicos de conclusão de curso têm caráter público, após a devida avaliação e eventuais aperfeiçoamentos de seu autor, nos prazos estipulados nos regimentos das instituições de ensino.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

De acordo com o art. 206, VII, da Constituição Federal, o ensino deve ser ministrado com a observação do princípio da garantia do padrão de qualidade. Com efeito, as políticas públicas no campo educacional têm-se voltado cada vez mais para a melhoria da qualidade dos trabalhos desenvolvidos nas instituições de ensino. A percepção sobre o valor da educação, sob a perspectiva individual e social, cresce aceleradamente, o que nos leva a buscar caminhos de honestidade e excelência na área acadêmica.

Uma importante contribuição para esse esforço consiste em tornar públicos todos os trabalhos acadêmicos realizados ao final dos cursos superiores. É certo que as dissertações de mestrado e as teses de doutorado são defendidas publicamente e sua divul-

gação se faz por meio das bibliotecas das instituições de ensino, dos próprios programas de pós-graduação e das agências de financiamento à pesquisa, na forma virtual e/ou na tradicional apresentação de folhas encadernadas.

Contudo, essa prática consagrada não existe a respeito dos trabalhos finais dos demais cursos, inclusive das monografias de graduação, ainda que haja exceções, por iniciativas de algumas instituições de ensino ou de segmentos que as compõem.

Essa displicência com a divulgação dos trabalhos acadêmicos de conclusão dos cursos tem sido responsável por práticas abusivas e desonestas de compra de monografias e plágio. Com a difusão do acesso à internet, fatos dessa natureza tornaram-se mais fáceis, o que põe em dúvida a lisura dos processos de avaliação do conhecimento dos formandos. Nesse contexto, os professores são seriamente ofendidos, assim como os demais alunos, que se esforçaram para desenvolver seus trabalhos de forma honrada. Já o autor do trabalho ilícito compromete a qualidade de sua própria formação. Em suma, toda a sociedade perde com isso.

Esta proposição acrescenta um artigo ao capítulo relativo à educação superior da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para determinar que os trabalhos acadêmicos de final de curso tenham caráter público. Naturalmente, fica respeitada a sua avaliação e eventuais aprimoramentos que seu autor deva efetuar. Para evitar a indefinição da divulgação dos trabalhos, a norma prevê a criação de prazos sobre a matéria nos regimentos das instituições de ensino.

Temos a convicção que a lei proposta trará mais garantias sobre a honestidade dos processos finais de avaliação acadêmica. Dessa forma, contribuirá para a melhoria da qualidade da educação superior no País.

Em vista dos argumentos expostos, peço às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores seu voto favorável à aprovação deste projeto. – Senador **Blairo Maggi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
TÍTULO V
Dos Níveis e das Modalidades de
Educação e Ensino
.....

CAPÍTULO IV
Da Educação Superior

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (Regulamento)

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 200, DE 2012
(Complementar)**

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para dar ampla transparência aos dados fiscais dos contribuintes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos nos arts. 198-A e 199, os seguintes:

.....” (NR)

Art. 2º Acrescente-se o seguinte art. 198-A à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966:

“Art. 198-A. A Fazenda Pública disponibilizará anualmente, até o dia 30 de outubro, em sítio próprio na Internet, banco de dados contendo informações de todos os contribuintes do Fisco federal, seja pessoa física ou jurídica, relativas ao ano-base imediatamente anterior.

§ 1º O banco de dados conterá:

I – No caso de pessoas jurídicas:

- a) nome ou razão social e nome fantasia;
- b) número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- c) cidade de domicílio ou sede;
- d) valor do patrimônio líquido, total da receita anual passível de tributação e tributos pagos.

I – No caso de pessoas físicas:

- a) nome;
- b) número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas;
- c) cidade de domicílio;
- d) valor da renda anual tributável, das dívidas, bens e direitos declarados e dos tributos pagos.

§ 2º O banco de dados ficará acessível pelo prazo de um mês e não poderá ser tor-

nado público por qualquer outro meio ou em qualquer outro sítio na Internet.

§ 3º O acesso aos registros do banco de dados se dará por meio de senha pessoal e intransferível, vinculada a número de CPF, por parte de qualquer pessoa interessada, devidamente cadastrada como usuária do sistema.

§ 4º Cada usuário poderá fazer no máximo 100 (cem) visualizações de registros.

§ 5º A identidade do usuário não será divulgada ao contribuinte titular do registro visualizado.

§ 6º Regulamento definirá os detalhes de organização e funcionamento do banco de dados e respectivo sistema de acesso.” (NR)

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor decorridos noventa dias da data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 5º, inciso XXXIII, que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

É com fulcro nesse preceito constitucional que tomamos a iniciativa de apresentar à elevada consideração do Congresso Nacional essa que será, sem dúvida, uma verdadeira Lei de Transparência Fiscal.

Muito se tem discutido acerca do direito ao sigilo fiscal em nosso País, por vezes tratado como algo sacrossanto e absoluto. Ousamos discordar, esperançosos de que, no mínimo, o debate seja retomado em novos termos.

De fato, o mesmo art. 5º da Carta Magna, desta feita em seu inciso X, dita que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Tal comando tem dado azo à interpretação de que a divulgação de dados fiscais, a qualquer título, se afiguraria afronta à privacidade. Esse tem sido, na maioria das vezes, o entendimento dos tribunais.

Não obstante, a boa doutrina jurídica ensina a necessidade de se sopesar, particularmente na exegese do texto constitucional, a aplicação de cada comando específico no contexto concreto. No caso presente, há que se buscar o devido equilíbrio entre o direito à transparência das informações de interesse coletivo e o direito à privacidade individual. A conclusão necessária é que o sigilo fiscal não pode ser absoluto nem imutável ante as exigências do atual momento histórico.

Na Noruega, os dados fiscais dos cidadãos são divulgados livremente desde 1863. Na Suécia, desde 1766. Outros países, como a Nova Zelândia, o Reino Unido, o Canadá e a Irlanda, publicam listas daqueles que se evadem de suas obrigações fiscais. Em qualquer desses casos, prevalece o entendimento de que tais informações são de interesse público, e, mais ainda, sua disseminação tem um caráter pedagógico e inibidor de práticas condenáveis ou ilegais.

Fundamentalmente, interessa reconhecer que a transparência é, cada vez mais, um bem importante para a sociedade brasileira. A instituição da Lei nº 12.527, de 2011, a Lei de Acesso à Informação, nos propicia um paralelo interessante. Até bem pouco tempo atrás seria praticamente um tabu, mas a tendência é de gradual extinção do argumento contra a divulgação dos salários dos servidores públicos com base no direito à privacidade.

A proposição que ora apresentamos altera o Código Tributário Nacional – CTN (Lei nº 5.172, de 1966, recepcionada como lei complementar), para determinar que a Fazenda Pública disponibilize publicamente, a cada ano, banco de dados contendo as informações fiscais básicas de todos os contribuintes brasileiros. O acesso se dará mediante senha devidamente cadastrada por cada pessoa interessada e identificada.

Essa Lei de Transparência Fiscal certamente inibirá aqueles que, ao abrigo do sigilo fiscal, se sentem encorajados a práticas delituosas ou de qualquer modo condenáveis, muitas vezes usufruindo de um padrão de vida incompatível com as informações prestadas ao Fisco. Em suma, espera-se que a norma ora proposta concorra para que cada pessoa ou empresa desse País jamais deixe de dar ao conjunto da sociedade seu quinhão justo, na forma dos tributos que todos devemos pagar na medida de nossas possibilidades.

É o que se coloca à apreciação e aperfeiçoamento. – Senador **Blairo Maggi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça; (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a: (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

I – representações fiscais para fins penais; (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública; (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

III – parcelamento ou moratória. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

Art. 199. A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Parágrafo único. A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

.....
XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento)

.....
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2012

Altera os arts. 27 e 116 da Lei nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para condicionar a contratação de pessoa jurídica pelo Poder Público à concessão de licença-maternidade de 6 (seis) meses às suas empregadas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 27 e 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.

.....
VI – comprovação de que a pessoa jurídica concede licença-maternidade de 6 (seis) meses às suas empregadas, participando ou não do Programa Empresa Cidadã, criado pela Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.” (NR)

“Art. 116.

§ 7º É vedado celebrar contrato de gestão, convênio, termo de parceria, contrato de repasse, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere com pessoa jurídica que não atenda ao disposto no inciso VI do art. 27.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a contrato e a contrato de gestão, convênio, termo de parceria, contrato de repasse, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere em vigor, salvo na hipótese de posterior renovação ou prorrogação.

Justificação

A ampliação da licença-maternidade para seis meses é conquista de irrecusável valor alcançada pela sociedade brasileira. Resulta de projeto de lei elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, em parceria com a ex-Senadora Patrícia Saboya, patrocinadora da proposição no Parlamento. O esforço resultou na Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.

A Lei em causa cria a figura da Empresa Cidadã. Ao passar a conceder os dois meses suplementares de licença-maternidade às suas trabalhadoras, a empresa é compensada pela isenção fiscal de valor correspondente ao custo do benefício estabelecido pela lei.

Em virtude de veto presidencial ao artigo pertinente, as trabalhadoras de micro e pequenas empresas foram excluídas da possibilidade de serem beneficiadas, conforme previa o Projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Assim, somente médias e grandes empresas podem ser incluídas na categoria de Empresas Cidadãs, e usufruir da isenção fiscal.

Além de criar mecanismo capaz de estimular a adesão do empresariado nacional à relevante medida, a Lei nº 11.770, de 2008, ampliou para seis meses a licença-maternidade das servidoras públicas federais. Na mesma rota, dada a forte evidência científica a demonstrar a validade da iniciativa, vinte e cinco estados da Federação, além do Distrito Federal, tomaram a decisão de ampliar para seis meses a licença-maternidade de suas servidoras. Cerca de 150 Municípios também o fizeram. As empresas de médio e grande porte avançam progressivamente na direção da massiva adesão ao Programa Empresa Cidadã. Mais de 10.000 delas já concedem os dois meses extras de licença-maternidade às suas funcionárias. O saldo da conquista mostra que o processo de conscientização do empresariado ganha consistência.

A licença-maternidade de seis meses é procedimento de elevado alcance social e econômico para o País. Viabiliza direitos fundamentais, indispensáveis à transformação qualitativa que a sociedade brasileira está a merecer. Propicia à mulher o direito de exercer,

em plenitude, a nobre função da maternidade, num período decisivo e insubstituível para o novo ser humano em formação. É nesse período que o cérebro cresce e se diferencia mais rapidamente, numa complexa fenomenologia estruturante. Fenômeno do qual depende a evolução neuropsicomotora da criança, seja pela estimulação sensorial advinda, principalmente, dos cuidados maternos, mas também dos paternos, seja pela nutrição adequada provida pelo aleitamento materno, fonte incomparável de nutrientes e outras substâncias dotadas de capacidade preventiva, que protege contra as doenças mais frequentes nos primeiros anos de vida.

Graças à combinação de tantos componentes concebidos pela natureza para acolher com respeito e dignidade a nova criatura, a licença-maternidade de seis meses é essencial para a criação do vínculo afetivo entre a criança e os integrantes do útero social que a circunda, pressuposto para o desenvolvimento equilibrado da personalidade, da cognição e das originalidades potenciais que culminarão no surgimento de adultos saudáveis, competentes, produtivos, responsáveis e éticos. O impacto econômico favorável a curto, médio e longo prazo é incontestável.

Se o Estado brasileiro proclama o caráter prioritário de tal investimento, a ponto de havê-lo convertido em lei, cumpre fazer da concessão da licença-maternidade de seis meses à mãe trabalhadora um pré-requisito inegociável a ser exigido pelo poder público, quando da contratação de obras e serviços ou da aquisição de bens com o particular.

É uma questão de coerência ética sobre a qual o Estado não pode mais deixar de legislar. Empresa que pretenda ser contratada pela Administração tem de provar compromisso com as causas que a população elegeu como inegociáveis. Precisa ser Empresa Cidadã. Caso contrário, não reúne credencial para prestar serviço ao Estado em grau de engajamento com os interesses maiores da sociedade brasileira. – Senador **Randolfe Rodrigues**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Mensagem de veto

Vide Medida Provisória nº 544, de 2011

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Seção I Dos Princípios

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Seção II Da Habilitação

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigirá-se dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal e trabalhista; (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

Capítulo VI Disposições Finais e Transitórias

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias

do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

.....
Art. 125. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerado por força do disposto no art. 3º da Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 126. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos-leis nºs 2.300, de 21 de novembro de 1986, 2.348, de 24 de julho de 1987, 2.360, de 16 de setembro de 1987, a Lei nº 8.220, de 4 de setembro de 1991, e o art. 83 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. (Renumerado por força do disposto no art. 3º da Lei nº 8.883, de 1994)

Brasília, 21 de junho de 1993, 172ª da Independência e 105ª da República. – **ITAMAR FRANCO – Rubens Ricupero – Romildo Canhim.**

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 22.6.1993 e republicado em 6.7.1994 e retificado em 6.7.1994

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2012

Dispõe sobre o Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem.

Art. 2º O Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem destina-se ao pagamento de ajuda financeira não reembolsável aos pequenos produtores rurais privados de condições de subsistência, devido à perda total ou parcial da produção agropecuária familiar, que se encontrem em áreas atingidas por estiagem em todo o território nacional e que atendam cumulativamente aos seguintes critérios de elegibilidade:

I – residir em Município que tenha sido declarado em situação de emergência ou calamidade pública decorrente de estiagem;

II – ser agricultor familiar com Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP de pessoa física ativa;

III – possuir renda familiar anual de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 3º Constituem recursos do Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem:

I – as dotações orçamentárias que lhe forem consignadas pela União;

II – os retornos e resultados de suas aplicações;
III – o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial;

IV – as contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades do direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;

V – outros recursos que lhe venham ser atribuídos.

Art. 4º O Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem será administrado por um Conselho Gestor, com a seguinte composição:

I – um representante do Ministério da Integração Nacional, que será o seu presidente;

II – um representante de cada órgão a seguir indicado:

a) Ministério do Desenvolvimento Agrário;

b) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

c) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

d) Casa Civil da Presidência da República;

Art. 5º O Poder Executivo expedirá a regulamentação necessária ao pleno cumprimento desta Lei no prazo de noventa dias.

Art. 6º Será contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e as estabelecidas, nesta Lei, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a sua publicação.

Justificação

Mais uma vez estamos assistindo o desenrolar de uma situação trágica para os pequenos produtores atingidos duramente pela estiagem prolongada na Região Nordeste. Esta região brasileira tem mais de metade do seu território sujeita às secas periódicas devido à natureza semi-árida. As estiagens mais prolongadas têm constituído o problema de maior visibilidade no Nordeste, e, historicamente, têm mobilizado a maior parte da sociedade, da economia e da política regionais.

O fato é que as secas nordestinas são um problema recorrente que não encontrou solução na nossa sociedade organizada, causando o infortúnio de grandes contingentes populacionais que vivem nas áreas mais afetadas pelo fenômeno natural. Os ciclos da natureza não são passíveis de controle pelo ser humano, nem são de previsibilidade absoluta. No entanto, a história nos mostra que o problema ocorrerá novamente em futuro próximo.

O problema da estiagem é mais grave na Região Nordeste, mas é oportuno lembrar que não é exclusivo daquela região. Não são raros, também, os casos de

perdas totais ou parciais da produção agrícola familiar na Região Sul do país.

Até que seja encontrada uma solução definitiva para as dificuldades causadas pelas longas estiagens, é preciso institucionalizar uma maneira de, pelo menos, conviver com a dura realidade sem permitir que a dignidade daqueles cidadãos diretamente atingidos pela estiagem seja aviltada.

É com esta preocupação que trago a presente proposição à apreciação dos meus nobres pares, convicto de que estaremos dando um passo firme no sentido de minorar o sofrimento daqueles que, por falta de opção ou por corajosa perseverança, insistem em viver em condições tão difíceis. – Senador **Vital do Rêgo**.

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Econômicos, cabendo a última decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– **nº 234, de 2012**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2012 (nº 1.831/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, define jurisdição e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.656, de 2012;

– **nº 235, de 2012**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2012 (nº 1.828/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.657, de 2012;

– **nº 237, de 2012**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2012 (nº 1.835/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.659, de 2012;

– **nº 238, de 2012**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2012 (nº 1.806/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de 1 (uma) Vara do Trabalho na*

jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.660, de 2012;

– **nº 239, de 2012**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2012 (nº 1.874/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.661, de 2012; e

– **nº 240, de 2012**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de

2011 (nº 5.022/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.662, de 2012.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 668, DE 2012

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 36, de 2012, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor HUGO CARLOS SCHEUERMANN, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - RS, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa.”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 12 de junho de 2012, apreciando o Relatório sobre a Mensagem nº 36, de 2012, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Senhor HUGO CARLOS SCHEUERMANN para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal, por 13 votos favorável(is), — contrário(s) e — abstenção(ões).

SCHEUERMANN

Sala da Comissão, 12 de junho de 2012.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, PRESIDENTE

SENADOR PEDRO SIMON, RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: MSF Nº 36 DE 2012

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/06/12, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Eunício Oliveira</i>	
RELATOR: <i>Senador Pedro Simon</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLYCY
MARTA SUPLYCY	2. ANA RITA <i>AR</i>
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	
ARMANDO MONTEIRO	1. MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2. CIRO NOGUEIRA
MAGNO MALTA	3. JOÃO RIBEIRO
	4. EDUARDO AMORIM
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	
PSD	
SÉRGIO PETECÃO	1. KÁTIA ABREU

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

Vem à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com base no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da CCJ, a Mensagem nº 36, de 24 de maio de 2012 (nº 209, de 2012, na origem), da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Hugo Carlos Scheuermann, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região (RS), para compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST), no cargo de Ministro, em vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, nos termos do art. 111-A, *caput* e inciso II, da Constituição Federal.

O indicado foi incluído em lista tríplice para preenchimento de vaga de Ministro do TST, votada em 16 de abril de 2012, pelo Plenário desse Tribunal Superior. Posteriormente, foi indicado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

A Mensagem nº 36, de 2012, contendo a indicação, foi encaminhada ao Senado Federal por intermédio do Aviso nº 391, de 24 de maio de 2012, da Casa Civil, tendo sido recebido no Senado Federal no dia 25 subsequente.

O *caput* do art. 111-A da Constituição Federal estabelece que o TST será composto de vinte e sete Ministros escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

Seu inciso II, por seu turno, prevê que quatro quintos de seus membros serão juizes egressos dos TRTs, oriundos da magistratura de carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho.

Eis aí o fundamento constitucional da Mensagem que ora se submete ao crivo desta CCJ.

No âmbito do Senado Federal, a apreciação da matéria dá-se com base nas normas que são indicadas a seguir.

O art. 383 do Regimento Interno trata da apreciação, pelo Senado Federal, da escolha de autoridades. Seu inciso I estabelece que a mensagem seja acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu *curriculum vitae* e que, após leitura em plenário, será encaminhada à Comissão competente para análise.

Esses dados devem ser complementados com aqueles previstos no Ato nº 1, de 2007, da CCJ, que *disciplina o processo de aprovação de autoridades* no âmbito da Comissão.

Passo, então, à análise dos dados referentes ao indicado.

A Mensagem nº 36, de 2012, é acompanhada, nos termos do inciso I, do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, pelo *curriculum vitae* do indicado.

Extraem-se do *curriculum*, por relevantes, as informações que se seguem.

O Senhor Hugo Carlos Scheuermann nasceu em Três Passos, no Rio Grande do Sul, em 15 de julho de 1959.

Graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) em 1986.

Possui especialização (pós-graduação *lato sensu*) em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), obtida em 2007.

Ainda no âmbito de sua formação acadêmica, o indicado cursou o Curso de Preparação ao Ministério Público, ministrado pela Escola Superior do Ministério Público (ESMP) em 1988.

No que concerne à sua atuação profissional, o indicado, bem jovem ainda, lançou-se ao mercado de trabalho. De 1974, quando tinha apenas quinze anos de idade, a 1982, exerceu diversas atividades de natureza auxiliar em empresas do setor privado: foi *office-boy*, auxiliar de escritório, encarregado de setor, auxiliar administrativo e assessor de direção de recursos humanos, até que no período de 1982-1983, passou a atuar como comerciante na cidade de Porto Alegre (RS).

Em 3 de outubro de 1983, foi nomeado para o cargo de Auxiliar Judiciário do TRT da 4ª Região, que abrange o Estado do Rio Grande do Sul, aprovado que fora em concurso público.

Durante o período em que foi servidor público do TRT da 4ª Região exerceu as funções de Assistente de Diretor de Secretaria, Secretário Especializado de Juiz de 1º Grau e Assistente Administrativo de Desembargador.

Foi Assessor de Desembargador Federal do Trabalho, cargo em comissão para o qual foi nomeado em 24 de junho de 1988 e exonerado em 19 de abril de 1989, em virtude de ter sido nomeado em outro cargo público, o de Juiz do Trabalho Substituto.

Ingressara, assim, o Senhor Hugo Carlos Scheuermann, pela estreita e honrosa porta do concurso público, na Magistratura do Trabalho.

Foi nomeado para Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região em 4 de abril de 1989. Cerca de dois anos e meio depois foi promovido, por merecimento, para o cargo efetivo de Juiz do Trabalho Titular do TRT da 4ª Região, em 11 de outubro de 1991.

Posteriormente, atuou como Juiz Convocado no TRT da 4ª Região em dois períodos: de 1º de julho de 1999 a 31 de dezembro de 1999; e de 16 de agosto de 2000 a 6 de janeiro de 2003.

Foi novamente promovido por merecimento em 16 de janeiro de 2003 ao cargo de Desembargador Federal do Trabalho do TRT da 4ª Região, cargo que atualmente ocupa, integrando a 4ª Turma e 2ª Seção de Dissídios Individuais.

Atuou, ainda, no TST, como Desembargador Convocado, no período de 16 de novembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011, em substituição ao Excelentíssimo Senhor Ministro Lélío Bentes Corrêa.

O Desembargador Federal do Trabalho do TRT da 4ª Região, cuja indicação ora submete-se ao crivo desta Comissão, exerceu, também, relevantes funções ao longo de sua atuação profissional.

Por amor à síntese, limito-me à menção de algumas funções da extensa relação contida no *curriculum* do indicado. Destaco as seguintes:

a) Integrante do Órgão Especial do TRT da 4ª Região, na condição de eleito, nos biênios: 2004-2005; 2006-2007; e 2010-2011;

b) Vice-Diretor e Diretor Acadêmico da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho/RS (FEMARGS), em 2009-2011;

c) Membro da Comissão de Jurisprudência do TRT da 4ª Região, no biênio 2004-2005;

d) Presidente do Comitê de Segurança da Informação do TRT da 4ª Região, desde 2008;

e) Gestor Regional do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, instituído pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT);

f) Magistrado responsável pelo “Projeto de Reestruturação Organizacional” no âmbito do Planejamento Estratégico do TRT da 4ª Região para o quinquênio de 2010-2015.

Além de sua atuação profissional na Magistratura do Trabalho, o indicado utilizou seu talento e conhecimentos na nobre atividade do magistério, particularmente intensificada nesta última década.

Destaca-se, do extenso rol contido em seu *curriculum*, sua atuação como professor das seguintes disciplinas:

a) “Teoria Geral dos Recursos” no Curso de Especialização em Direito Processual do Trabalho (pós-graduação *lato sensu*) promovido pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), em 2010;

b) “Provas Processuais” e “Recursos”, no módulo de Direito Processual do Trabalho do Curso de Especialização em Direito do Trabalho da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), de 2008 a 2011;

c) “Processo do Trabalho – Fase Recursal” no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, na unidade de Passo Fundo da Faculdade Meridional (IMED), em 2009;

d) “Direito Processual do Trabalho: Fase Recursal, Mandado de Segurança e Ação Rescisória” no Curso de Pós-Graduação em Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário – Nível de Especialização, na

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), em Erechim, em 2009;

e) “Metodologia da Sentença” no Curso Oficial de Preparação à Magistratura do Trabalho na Fundação Escola da Magistratura do Trabalho/RS (FEMARGS), desde 2005;

f) “Recursos” no Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Foi convidado a ministrar aulas em diversos cursos promovidos pela Escola Judicial do TRT da 4ª Região.

Atuou, também, como professor-orientador de diversos alunos na realização de trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação.

O Desembargador Federal do Trabalho, Hugo Carlos Scheuermann, proferiu inúmeras palestras, como se pode observar em seu *curriculum*, das quais destaco, por sua relevância e contemporaneidade, a Aula Magna do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA), em Santa Rosa (RS), sobre o tema “Responsabilidade Civil do Empregador por Acidente do Trabalho – Aspectos Relevantes”, em 2011.

Constata-se, no expressivo rol de cursos e seminários dos quais participou na última década, duas importantes áreas de interesse.

Em primeiro lugar, a busca pelo aprofundamento dos conhecimentos no campo do Direito do Trabalho, Processual do Trabalho e Previdenciário.

Sublinho, nesse sentido, sua participação, como representante do TRT da 4ª Região, no “Seminário Mundo do Trabalho e Crise Capitalista: em busca da Justiça Social”, realizado no Fórum Social Temático, em 2011, assim como sua participação no “Seminário de Prevenção de Acidentes de Trabalho”, realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 2011.

De outro lado, da análise da natureza dos eventos resulta claro seu objetivo de se atualizar em aspectos relacionados à gestão de órgãos judiciários, dimensão essencial ao efetivo cumprimento da função jurisdicional, especialmente no campo trabalhista, em que as demandas se multiplicam em velocidade assombrosa.

Enfatizo a participação do indicado no Curso à Distância de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), em 2010.

Nessa mesma linha, há que se conferir destaque à sua participação no Curso de Extensão sobre Direito Eletrônico, realizado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV) junto à Escola Judicial do TRT da 4ª Região, em 2009.

Quero ainda destacar algumas peculiaridades da vida deste jovem e brilhante magistrado gaúcho de Três Passos, interior do Rio Grande do Sul.

O Dr. Hugo Scheuermann é o oitavo filho de família de pequenos agricultores. Seus queridos e saudados pais já faleceram. Tal como é muito comum no Rio Grande, a maioria dos agricultores familiares ainda insiste bravamente em residir e trabalhar na agricultura de subsistência, que se caracteriza pelos árduos e produtivos minifúndios

Este jovem juiz iniciou suas atividades laborativas ainda criança na lavoura dos pais, juntamente com meus 4 irmãos e 3 irmãs, em economia familiar, cuja agricultura era desenvolvida mediante meios manuais. Nunca, entretanto, por incentivo e determinação de seus pais, deixou de estudar.

Seu primeiro emprego na cidade (em Três Passos) foi aos 14 anos e, a partir daí, sempre trabalhou para custear os estudos. Aos 19 anos mudou para capital - Porto Alegre em busca de aprimorar sua formação educacional, agora já em curso superior.

Em seu discurso de posse quando da promoção a desembargador assim se pronunciou: "trago como herança de meu pai o amor e a dedicação ao trabalho como forma de realização do homem e, como herança da mãe, o espírito conciliador e transigente no exercício da atividade profissional. "

Feitas essas considerações, registro que o indicado, em obediência às exigências regimentais do Senado Federal, encaminha, em anexo:

a) nos termos da alínea *a*, do inciso II, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração de que não possui parentes consanguíneos ou afins vinculados à estrutura do Poder Judiciário;

b) nos termos da alínea *b*, do inciso II, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração de que não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais.

c) nos termos da alínea *c*, do inciso II, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração sobre sua regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme documentação comprobatória, em anexo, emitida pelos órgãos competentes, consoante exigência contida no § 2º do art. 1º do mesmo Ato;

d) nos termos da alínea *d*, do inciso II, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração sobre a inexistência de ações judiciais em que figure como parte, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar;

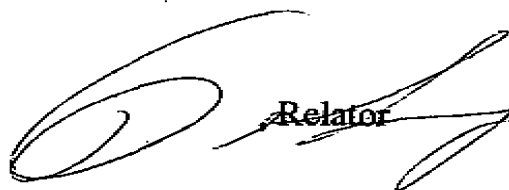
e) nos termos da alínea *e*, do inciso II, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração de que integra o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) como magistrado de carreira (Desembargador Federal do Trabalho), desde 16 de janeiro de 2003;

f) nos termos do inciso III, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, argumentação escrita com o objetivo de demonstrar, em síntese, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual está sendo indicado.

Em face do exposto, opino pela regularidade da instrução processual e pelo atendimento aos requisitos constitucionais, legais e regimentais exigidos, a fim de que o nome do indicado seja submetido à deliberação da CCJ e, após, do Plenário do Senado Federal.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2012.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente



Relator

PARECER Nº 669, DE 2012

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 37, de 2012, que "Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - RJ, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Milton de Moura França."

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 12 de junho de 2012, apreciando o Relatório sobre a Mensagem nº 37, de 2012, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Senhor ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal, por 13 (treze) votos favoráveis, 0 (zero) contrários e 0 (zero) abstenções.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2012.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, PRESIDENTE

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO: MSF Nº 37 DE 2012****ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/06/12, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: <u>Senador Eunício Oliveira</u>	
RELATOR: <u>Senador Francisco Dornelles</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA <i>(Assel)</i>
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	
ARMANDO MONTEIRO	1. MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2. CIRO NOGUEIRA
MAGNO MALTA	3. JOÃO RIBEIRO
	4. EDUARDO AMORIM
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	
PSD	
SÉRGIO PETECÃO	1. KÁTIA ABREU

RELATÓRIO

RELATOR: Senador FRANCISCO DORNELLES

Vem ao exame desta Comissão a indicação, feita pela Presidente Dilma Rousseff, do nome do Senhor ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST) em vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista, nos termos do art. 111-A, *in fine*, da Constituição. A vaga decorre da aposentadoria do Ministro Milton de Moura França.

Nos termos do dispositivo constitucional acima mencionado, os ministros do TST são nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional. Nos termos regimentais, o exame dessas indicações é de competência desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em obediência aos ditames legais e regimentais o indicado encaminhou ao Senado Federal o seu currículo, assim como os documentos a que se referem a Resolução nº 7, de 2005, pertinente à matéria. Passo a resumir o currículo do magistrado indicado:

Alexandre de Souza Agra Belmonte nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1959, onde reside, e ocupa hoje o cargo de juiz do TRT da 1ª Região, que abrange o Estado do Rio de Janeiro.

Sua Excelência graduou-se bacharel em direito pela Universidade Gama Filho, no ano de 1981. Exerceu a advocacia nas áreas civil e trabalhista, de 1981 a 1993. Recebeu o grau de especialista em Direito Privado Aprofundado, pela Universidade Federal Fluminense, em 1987. No ano de 1998 concluiu o mestrado em Direito das Relações Sociais também pela Universidade Gama Filho. Finalmente, conquistou o título de doutor em Justiça e Sociedade, no ano de 2003, ainda pela Universidade Gama Filho.

Tornou-se juiz do trabalho substituto no ano de 1993, aprovado em primeiro lugar no concurso respectivo, sendo promovido a juiz titular em abril de 1994. Convocado, assumiu a condição de juiz do trabalho de Segundo Grau

em 1999, sempre no TRT da 1ª Região. Finalmente, foi promovido por merecimento Juiz daquela Corte, em março de 2004.

Em sua carreira de juiz do trabalho foi designado para integrar a 5ª Turma e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do TRT da 1ª Região entre 2004 e 2005; para a Seção Especializada em Dissídios Coletivos do mesmo Tribunal entre 2005 e 2010; foi eleito membro suplente do Órgão Especial do TST no biênio de 2011-2012. Assumiu também, no ano de 2011, a Presidência da 6ª Turma do TRT da 1ª Região e, finalmente, a Presidência da Seção de Dissídios Individuais no mês de janeiro de 2011.

Na condição de juiz do TRT da 1ª Região, participou de inúmeras comissões de relacionadas ao órgão, tais como o Conselho Editorial da Revista do Tribunal; diversas comissões organizadoras de concursos públicos para juiz do trabalho; a Comissão de Jurisprudência; a Comissão de Regimento Interno; e a Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Ademais, foi representante do judiciário trabalhista na 1ª Conferência Nacional para Emprego e Trabalho Decente.

O indicado participou ou participa de comissões de estudo do direito, como a Comissão Permanente de Direito do Trabalho do Instituto dos Advogados do Brasil e do Grupo de Estudos de Direito Desportivo, esta presidida pelo Ministro Guilherme Caputo Bastos.

Sua atividade no magistério inicia-se na instituição de ensino UNISUAM, no estado do Rio de Janeiro, onde ministrou a disciplina Introdução do Estudo do Direito, de 1986 a 1987. Foi professor adjunto de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho na Universidade Santa Úrsula, de 1987 a 1994; e professor da Escola de Magistratura do TRT da 1ª Região de 1997 a 1999.

Também atuou como professor adjunto de Direito e Processo do Trabalho na UniverCidade, também no Rio de Janeiro, a partir do ano de 1998. Nessa mesma instituição foi promovido a professor titular no ano de 2000, função que exerceu até o ano de 2007. Aprovado em processo seletivo, foi professor assistente de Direito Civil e Comercial da Universidade Federal do Rio de Janeiro no período de 2002 a 2004.

Exerceu ainda o magistério como professor de curso de pós-graduação *stricto sensu* na disciplina Direitos Fundamentais e Relações de Trabalho na UNIPAC, de 2006 a 2007, e da disciplina Efetividade dos Direitos

Sociais de 2011 a 2012; a partir de 2008, é coordenador do Centro Avançado de Pesquisas e Estudos Jurídicos da Universidade Candido Mendes, em convênio com a Academia Nacional da Justiça do Trabalho; e foi aprovado, por fim, em concurso de provas e títulos para professor adjunto de Direito do Trabalho da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 2011.

Recebeu diversas insígnias institucionais, dentre as quais se destacam o Diploma do Conselho Nacional de Justiça, pelo cumprimento da chamada META-2; Medalha do Mérito Judiciário no Grau de Grã-Cruz, concedida pelo TRT da 1ª Região; o Título de Cidadão Benemérito da Cidade do Rio de Janeiro, concedido pela Câmara de Vereadores do município; a Medalha Pedro Ernesto, concedida pela mesma instituição parlamentar; a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, no Grau de Comendador; a mesma Medalha, no grau de Grã-Cruz; a Medalha Tiradentes, conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e, a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário no Grau de Comendador.

Alexandre de Souza Agra Belmonte integrou ou integra diversas instituições associativas e corporativas, tais como o Instituto dos Advogados Brasileiros, a Academia Nacional de Direito do Trabalho, o Instituto Cesarino Junior de Direito Social, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, e a Associação dos Magistrados Brasileiros.

O indicado é autor de inúmeros trabalhos jurídicos, publicados pelas editoras especializadas do Brasil e do exterior, inclusive livros e capítulos de livros, assim como artigos, em que discute temas tais como o Direito Constitucional do Trabalho, as Instituições Cíveis no Direito do Trabalho, os Danos Morais no Direito do Trabalho, o Novo Código Civil, a natureza jurídica dos *shopping centers*, e Comentários à Constituição de 1988, este em obra coordenada por Paulo Bonavides, Jorge Miranda e Walter de Moura Agra. Os artigos, incontáveis, discutem os mais diversos temas jurídicos e sociais, e foram igualmente divulgados pelas revistas especializadas.

Sua Excelência participou como palestrante ou debatedor, de inúmeros eventos jurídicos, especialmente congressos e simpósios especializados no debate de temas pertinentes ao Direito do Trabalho.

No tocante às exigências constantes do Ato nº 1, de 2007, inciso II, a, desta Comissão, o indicado apresentou declarações informando os seus

parentes, como o pai, esposa, enteado e filho, que atuam como advogados. E, nos termos do mesmo Ato, art. 2º, inciso II, *b*, informa que não exerce atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresa ou entidade não governamental.

Nos termos do mesmo Ato declara a esta Comissão a regularidade de sua situação no plano fiscal, seja no âmbito federal seja nos âmbitos estadual e municipal, conforme documentação que anexa.

Informa ainda, nos termos do mesmo Ato, a existência de uma única ação em que foi réu, ação esta indevida e já extinta, conforme documentação anexa, referente a cobrança de diferença de imposto de renda que havia sido antecipadamente quitada. E informa inexistirem quaisquer outras ações judiciais de que seja autor ou réu, em qualquer grau de jurisdição, assim como inexistir qualquer procedimento administrativo quanto à sua pessoa.

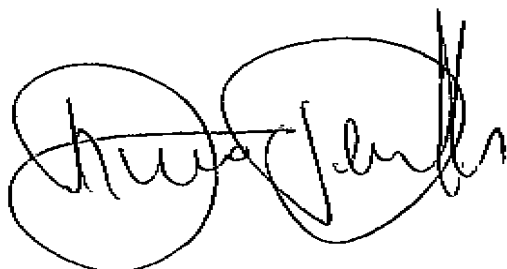
Na mesma direção, apresentou argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Tribunal Superior do Trabalho.

Sala da Comissão,

, Presidente

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, positioned above the text ', Relator'.

, Relator

PARECERES

NºS 670 E 671, DE 2012

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades operadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária que migrarem para sistema digital.*

PARECER Nº 670, DE 2012,

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATORA: Senadora KÁTIA ABREU

RELATOR: "AD HOC": Senador EDUARDO SUPLICY

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para análise preliminar de mérito o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 556, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, que tem por objetivo fomentar o processo de digitalização do serviço de Radiodifusão Comunitária, por intermédio da concessão de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O projeto pretende conceder autorização à União para realizar o financiamento para as entidades autorizadas a prestar o serviço em tela, nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, migrarem para sistema digital, por meio de recursos do BNDES, em condições especiais de carência, prazo de amortização e taxa de juros.

De acordo com o ilustre autor do PLS nº 556, de 2007, os investimentos necessários para realizar a modernização tecnológica associada ao processo de digitalização das transmissões são muito elevados para a maioria das emissoras de rádio comunitárias, devido à escassez de fontes de receita previstas na legislação.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Convém explicar, inicialmente, que o serviço de radiodifusão apresenta duas espécies: a radiodifusão sonora, que se refere às programações transmitidas pelo rádio em diversas faixas de frequência (FM, AM, ondas médias,

ondas tropicais e ondas curtas); e a radiodifusão de sons e imagens, ou simplesmente televisão.

A lei estabeleceu para a radiodifusão apenas três modalidades: a comercial, a educativa e a comunitária, com a ressalva de não haver sido instituída ainda a espécie de radiodifusão de sons e imagens na modalidade comunitária. Não existe, assim, a outorga para TV Comunitária.

Cabe lembrar também que a única espécie de serviço de radiodifusão cujo processo de digitalização já foi regulamentado, inclusive no aspecto tecnológico, com a definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, foi a radiodifusão de sons e imagens. Não há nenhuma definição sobre um padrão ou sistema de transmissões digitais para o rádio brasileiro.

Assim, ainda que houvesse outras fontes de financiamento que atendessem às necessidades das rádios comunitárias, tais entidades não teriam autorização estatal para adquirir e instalar os equipamentos com tecnologia digital.

Desse modo, não há como o Senado Federal debater e aprovar, neste momento, medidas que incentivem a migração da radiodifusão comunitária para um sistema digital.

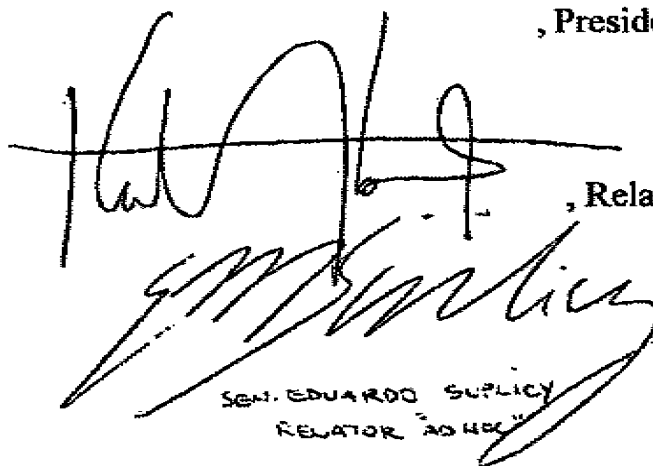
III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2007.

Sala da Comissão, 8 de junho de 2010.

, Presidente

, Relatora



SEN. EDUARDO SUPLICY
RELATOR "AD HOC"

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 8.16.10, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)

EDUARDO SUPLY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-PAULO PAIM (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB) AUTOR	5-VAGO
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-VAGO
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)

Maioria (PMDB e PP)

FILICISCO DORNELLES (PP)	1-ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2-GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-HÉLIO COSTA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-VAGO
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-EDISON LOBÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
RENAN CALHEIROS (PMDB)	7-ALMEIDA LIMA (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ELISEU RESENDE (DEM)	1-JORGE YANAI (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELLO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

PARECER Nº 671, DE 2012,**(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)****RELATOR: Senador WALTER PINHEIRO****I – RELATÓRIO**

Submete-se à deliberação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 556, de 2007, que autoriza a União a conceder financiamento, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que as operadoras do serviço de radiodifusão comunitária tenham condições de realizar a evolução tecnológica de seus sistemas para o padrão digital.

O autor do projeto argumenta, na justificção, que os investimentos necessários para digitalizar os sistemas de radiodifusão são muito elevados para as emissoras de rádio comunitárias, devido à escassez de fontes de receita previstas na legislação que disciplina o serviço.

Em 8 de junho de 2010, a Comissão de Assuntos Econômicos manifestou-se pela **rejeição** do PLS nº 556, de 2007, acolhendo parecer da lavra da Senadora Kátia Abreu, com relatoria *ad hoc* do Senador Eduardo Suplicy.

Não foram apresentadas emendas ao projeto perante esta Comissão.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 104-C, VII, *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes a comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste colegiado.

O projeto propõe que o BNDES ofereça condições especiais de carência, de juros e de prazo para amortização do financiamento que seria tomado pelas emissoras de radiodifusão comunitária com vistas a substituir seus equipamentos para conformarem-se à tecnologia digital de transmissão. Sabe-se que tais entidades são, em geral, geridas por associações comunitárias cujo único ativo é o próprio sistema de radiodifusão, que seria dado em garantia ao empréstimo.

No mercado, a maioria dessas associações comunitárias nem sequer conseguiria levantar o financiamento, dado o risco a ser assumido pela instituição de crédito. Assim, o conjunto de emissoras que conseguiria obter condições viáveis de pagamento seria muito reduzido, o que justifica a proposta elaborada pelo Senador Crivella.

Observe-se, no entanto, que o padrão digital para o serviço de rádio no País ainda não foi definido pelo governo. Assim, não haveria como o Senado Federal debater a aprovar, neste momento, medidas que incentivem a migração da radiodifusão comunitária para um sistema digital. Esse o argumento utilizado pela Relatora do PLS nº 556, de 2007, na CAE, Senadora Kátia Abreu, para manifestar-se pela rejeição da matéria.

De fato, ainda não há definição sobre o padrão digital de rádio a ser implantado no País. Mesmo assim, em nosso entendimento, a crônica dificuldade de autofinanciamento dessas emissoras justifica a busca de alternativas para sua sustentabilidade.

Veja-se que a legislação em vigor permite apenas que as rádios comunitárias admitam patrocínio, sob a forma de apoio cultural, proveniente de estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. Isso não tem sido suficiente para atender às necessidades dessas prestadoras, o que demanda a identificação de novas fontes para o financiamento de suas atividades.

Conforme entendemos, a criação de linhas de financiamento para as emissoras que prestam serviço de radiodifusão comunitária é louvável. No entanto, impedidos de aprovar o PLS nº 556, de 2007, nos termos apresentados pelo Senador Crivella, pelas razões anteriormente esposadas, propomos Substitutivo ao projeto original.

A nova redação propõe que os recursos possam ser utilizados para a modernização das emissoras, sem vincular o benefício previsto à migração para o sistema digital. Dessa maneira, poderão ser aplicados em projetos de capacitação técnica e operacional dessas entidades, incluindo aquisição de equipamentos e modernização de instalações e de sistemas radiantes; produção de programas de caráter educativo-cultural destinados a retratar manifestações culturais da comunidade em que estão instaladas; programas de bolsas para formação e aperfeiçoamento de profissionais e para prestação de consultoria técnica especializada; e apoio à atuação dos conselhos comunitários.

A implantação do serviço de radiodifusão comunitária no País significou o reconhecimento da importância e da necessidade dessas emissoras como veículos de prestação de utilidade pública e de integração das comunidades em que estão instaladas. No entanto, a viabilidade dessas emissoras requer mais que o aval do Estado. Geralmente criadas por comunidades de poucos recursos, as dificuldades de implantação e operação são muito maiores que a disposição dos interessados. E as emissoras, de suma importância para as comunidades, funcionam de forma precária.

A vedação da propaganda comercial, embora oportuna para caracterizar a operação não comercial dessas emissoras, fecha-lhes as portas à viabilidade econômico-financeira. Uma solução que foi adotada nos EUA, no Japão e em alguns países europeus e que se mostrou eficaz é a aplicação direta de recursos públicos, na forma de projetos que viabilizem a formação de mão de obra, o aparelhamento das emissoras e estúdios e a ampliação da infraestrutura dos serviços.

Essa a intenção do Substitutivo que apresentamos à proposta original de autoria do Senador Marcelo Crivella.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2007, nos termos da emenda Substitutiva que apresentamos:

EMENDA Nº – CCT (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, DE 2007

Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a conceder, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, financiamento às entidades prestadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§ 1º O financiamento será concedido apenas para as entidades detentoras de autorização para operação do serviço, nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

§ 2º Os recursos objeto do financiamento serão aplicados unicamente em projetos de capacitação técnica e operacional das emissoras, podendo ser aplicados em:

I – aquisição de equipamentos e modernização de instalações e de sistemas radiantes;

II – criação e produção de programas de caráter educativo-cultural destinados a divulgar manifestações culturais da comunidade em que estão instaladas;

III – programas de bolsas para formação e aperfeiçoamento de profissionais e para prestação de consultoria técnica especializada;

IV – projetos de levantamento, cadastramento e divulgação de emissoras comunitárias, de suas programações e de seus parâmetros de operação;

V – apoio à atuação dos conselhos comunitários.

§ 3º Na operação de financiamento, prevista no art. 1º desta Lei, serão aplicadas as seguintes condições:

I – prazo de duração de até dez anos;

II – prazo de carência de dois anos;

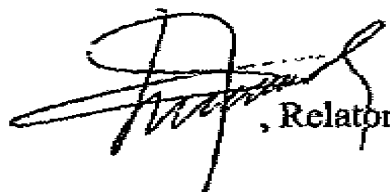
III – taxa de juros de longo prazo (TJLP) ou sua eventual substituta.

Art. 2º O financiamento referido no art. 1º desta Lei, bem como seus limites, condições financeiras e parâmetros técnicos serão definidos e regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de maio de 2012.

, Presidente


, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, de 2007

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 13ª REUNIÃO, DE 23/05/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro

RELATOR: Senador Walter Pinheiro

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cicero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

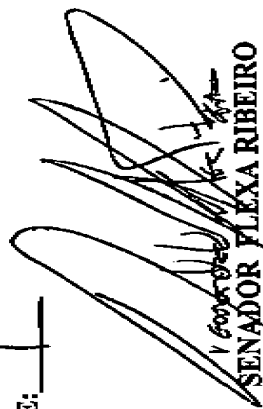
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

SUBSTITUTIVO AO PLS 556/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT	X				PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB	X			
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAZ - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB					CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/05/2012



SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

EMENDA Nº 1-CCT (SUBSTITUTIVO)

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, DE 2007

Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a conceder, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, financiamento às entidades prestadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§ 1º O financiamento será concedido apenas para as entidades detentoras de autorização para operação do serviço, nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

§ 2º Os recursos objeto do financiamento serão aplicados unicamente em projetos de capacitação técnica e operacional das emissoras, podendo ser aplicados em:

I – aquisição de equipamentos e modernização de instalações e de sistemas radiantes;

II – criação e produção de programas de caráter educativo-cultural destinados a divulgar manifestações culturais da comunidade em que estão instaladas;

III – programas de bolsas para formação e aperfeiçoamento de profissionais e para prestação de consultoria técnica especializada;

IV – projetos de levantamento, cadastramento e divulgação de emissoras comunitárias, de suas programações e de seus parâmetros de operação;

V – apoio à atuação dos conselhos comunitários.

§ 3º Na operação de financiamento, prevista no art. 1º desta Lei, serão aplicadas as seguintes condições:

I – prazo de duração de até dez anos;

II – prazo de carência de dois anos;


III – taxa de juros de longo prazo (TJLP) ou sua eventual substituta.

Art. 2º O financiamento referido no art. 1º desta Lei, bem como seus limites, condições financeiras e parâmetros técnicos serão definidos e regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2012.


, Presidente


, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

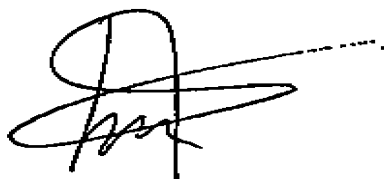
Of. nº. 101/2012 – CCT

Brasília, 06 de junho de 2012.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou em turno suplementar, em decisão terminativa, o **Substitutivo**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, ao **Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2007**, que “Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades operadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária que migrarem para sistema digital”.

Atenciosamente,



SENADOR WALTER PINHEIRO

**Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática**

SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 101, de 2012**, do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2007.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 101/2012 – CCT

Brasília, 6 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou em turno suplementar, em decisão terminativa, o Substitutivo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, ao Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2007, que “Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades operadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária que migrarem para sistema digital”.

Atenciosamente, – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Com referência ao Ofício nº 101, de 2012, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2007, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – A Srª Senadora Angela Portela e o Sr. Senador Clésio Andrade enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, uma série de atividades que estão sendo realizadas em todo o país, marcam a passagem hoje (12), do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

A data foi instituída pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2002, para marcar a luta e a mobilização mundial no combate ao trabalho infantil.

Trago este assunto à tribuna, senhores legisladores, diante de dados do Censo 2010 divulgados hoje (12), os quais revelam que o trabalho infantil diminuiu 13,44% no país entre 2000 e 2010.

Os números foram apresentados no Fórum Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil, no Ministério da Justiça, em Brasília.

De acordo com o IBGE, o dado geral mostra a diminuição desta prática na faixa etária entre os 10 e 17 anos. Dessa forma, ficamos sabendo que em 2010, havia 3,4 milhões de crianças e adolescentes nessa idade ocupados, o que representava 3,9% das 86,4 milhões de pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade. Em 2000, eram 3,94 milhões.

Mas, os números do fórum mostram que, ao analisar as distintas faixas etárias, percebe-se um aumento do trabalho infantil no grupo mais frágil: a faixa de crianças e adolescentes com idade entre os 10 e os 13 anos, que voltou a subir em 1,56%. Em 2010, foram registrados 10.946 casos de trabalho infantil a mais do que em 2000.

Os dados mostram que, no Norte houve aumento de trabalho infantil nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Tocantins e Roraima. Lamento dizer que no Estado que aqui represento, há mais de sete mil crianças e adolescentes vivendo em condições de trabalho infantil, segundo o IBGE.

Mas também me conforto em saber que há lutas contra isso. De acordo com Socorro Santos, chefe da Divisão do a Coordenação Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), da Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes), são seis mil crianças, entre 7 e 15 anos, que estão inseridas no programa, recebendo benefícios no valor de R\$25,00 a R\$ 40.

No âmbito nacional, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em 2010 pelo IBGE, também apontavam que mais de um milhão (1.068.568) de crianças com idade entre 5 e 13 anos estavam “empregadas” no país. Delas, 396.338 se encontram no Nordeste, trabalhando em situação vulnerável.

Na maior parte do mundo, o trabalho infantil é considerado como crime. No Brasil, como sabemos, a legislação pertinente ao mercado de trabalho é clara, em relação a isso.

De acordo com a Constituição Federal, até os 13 anos de idade, o trabalho é totalmente proibido no País. O mesmo estabelecem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O trabalho infantil é aceitável para jovens com idade entre 14 e 15 anos, mas tão somente na condição de aprendizes. À população que tem idade entre os 16 aos 17 anos, é permitido o trabalho, desde que não seja em atividade insalubre, perigosa, penosa ou em horário noturno (a partir das 22h).

Diante dos dados oficiais, constatamos com tristeza que, apesar das medidas governamentais de combate a esta prática abominável, e das mobilizações sociais para coibi-la, ela ainda persiste.

Lugar de criança é na escola. Não sendo assim, se faz urgente e inadiável, a fiscalização intensificada e a punição daquelas pessoas que ainda exploram o trabalho infantil.

Nós não podemos nos manter de mãos atadas frente a tão vergonhoso quadro. Precisamos, urgentemente, somar esforços públicos, privados e da sociedade, para tornarmos possível o desejo de construção de outro caminho para o futuro das nossas crianças e adolescentes.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o governo federal anunciou recentemente uma grande campanha de enfrentamento ao crack e outras drogas.

Um projeto ambicioso, para o qual foram destacados R\$ 4 bilhões para serem aplicados até 2014 em ações nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública.

A campanha “Crack, é possível vencer”, para ter pleno sucesso, tem que ter a participação de todos, a partir do engajamento dos estados e municípios, organizações da sociedade civil, igrejas. De todos, enfim.

O uso das drogas tem se disseminado. Já é um problema de saúde pública. Prevenir continua sendo a melhor solução. A informação é a melhor cautela.

Conhecendo um pouco mais a respeito das drogas, as pessoas estarão capacitadas para lidar com a questão.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero dizer que tenho trazido à tribuna, em diversas ocasiões, assuntos que mais do que interesse político, tem o caráter de solidariedade.

É a tentativa de, pela informação, promover a prevenção de males evitáveis e promover o bem estar das pessoas, pela conscientização, que me motivou a solicitar a elaboração da cartilha intitulada “CUIDADOS COM A COLUNA”.

Hoje, venho solicitar, tal como nas anteriores, que o tema conste dos Anais da Casa e também da divulgação dos trabalhos. Trata-se dos cuidados indispensáveis com a coluna.

São orientações e conselhos que ajudam a prevenir lesões na coluna, um mal que provoca dores intensas e, não raro, além do desconforto, impossibilita a vida profissional.

Era o que pretendia expressar hoje e agradeço a atenção da Mesa.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Não havendo mais inscritos e nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda a Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006; 1.185, de 2007; e 974, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Antonio Carlos Valadares:

– 1º Pronunciamento: (sobre a Proposta de Emenda a Constituição nº 38, de 2004), favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– 2º Pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário, à Proposta de Emenda a Constituição nº 38, de 2004), pela rejeição;

– 3º Pronunciamento: (sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004; e 86, de 2007, nos termos do Requerimento nº 701, de 2009), favorável à Proposta de Emenda a Constituição nº 38, de 2004, nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, que tramita em conjunto.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda a Constituição nºs 38, de 2004; e 86, de 2007)

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, nos termos da Subemenda (Substitutivo), que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009

Terceira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 103, DE 2011

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Delcídio do Amaral, que *acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.*

Parecer sob nº 486, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários da Senadora Marta Suplicy e dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 56, DE 2011

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 113, DE 2011

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lobão Filho, que *altera o inciso VII*

do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que

destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 19 minutos.)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 14ª REUNIÃO DE 2012

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião de 2012, convocada para o dia 05 de junho de 2012, terça-feira, às 10h, no Plenário nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação de requerimentos.

Estiveram presentes os Srs. Senadores membros do Conselho:

PMDB

Eunício Oliveira

PT

Humberto Costa

Wellington Dias

José Pimentel

Anibal Diniz (Suplente)

Angela Portela (Suplente)

PSDB

Cyro Miranda

PTB

Gim Argello

DEM

Jayme Campos

PR

Vicentinho Alves

PP

Ciro Nogueira

PDT

Acir Gurgacz

PSB

Antonio Carlos Valadares

Esteve presente, também, o Senador não membro do Conselho:
Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Inicialmente, submeto à aprovação do Plenário a Ata circunstanciada da 13ª Reunião deste Conselho, realizada no dia 29 de maio de 2012, cujas cópias se encontram sobre as bancadas.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a Ata, que vai à publicação.

A Presidência informa que foi protocolado na Secretaria do Conselho, em 30 de maio de 2012, petição subscrita pelos advogados do representado, Dr. Antônio Carlos de Almeida Castro e Dr. Marcelo Turbay Freiria, que requer seja realizada a degravação do depoimento prestado pelo Senador, ora peticionário, perante este digno Conselho. E também requer, outrossim, seja fornecida à defesa cópia do referido depoimento degradado, bem como seu conteúdo em formato de áudio.

Informo que o pedido foi deferido na mesma data e atendido com a juntada dos documentos aos autos da Representação nº 1, e o envio das notas taquigráficas e do CD, com áudio da 13ª reunião, por meio de ofício desta presidência, no dia 13 de maio de 2012.

Então, o pedido da defesa foi atendido.

Os documentos estão distribuídos aos Srs. Senadores.

Também esta presidência informa que foi protocolado na secretaria do Conselho, no dia 31 de maio de 2012, ofício do Senador Humberto Costa, relator da representação, solicitando cópia das notas taquigráficas da 13ª reunião. Então, a solicitação do Senador foi atendida na mesma data, por meio de ofício.

Esta presidência informa ainda que foi protocolado na secretaria do Conselho, no dia 31 de maio de 2012, ofício do Senador Humberto Costa, relator da representação, solicitando a reiteração dos Requerimentos nºs 13 e 14. Informo que a solicitação do Senador Humberto Costa foi atendida na mesma data, com a expedição dos Ofícios nºs 294 e 295, de 2012. Esses ofícios se encontram aqui com a presidência e também distribuídos nas bancadas.

Comunico ao colegiado que a presente reunião foi convocada para apreciar requerimentos de produção de provas técnicas de autoria do representado em sua defesa prévia, no item VI, com fundamento no art. 17, da Resolução nº 20, de 1993.

Antes de passar à apreciação das solicitações de produção de provas técnicas, a presidência informa que foi protocolado também na secretaria do Conselho, em 31 de maio de 2012, ofício do Senador Humberto Costa, relator da Representação nº 1, solicitando reiteração do Requerimento nº 10, sobre o histórico funcional da servidora Kenya Vanessa Ribeiro, cujas cópias se encontram nas bancadas.

Comunico, então, mais uma vez, que a presente reunião foi convocada para apreciar requerimentos de produção de provas técnicas.

A presidência esclarece ao Plenário deste Conselho que este requerimento precisa de votação, tendo em vista que o requerimento solicitava informações sobre a relação de servidores comissionados que tenham sido

lotados no gabinete da liderança no período em que o Senador Demóstenes Torres exerceu o cargo de líder daquele Partido.

Então, tanto o requerimento de produção de provas técnicas quanto este da servidora do gabinete da minoria, do Democratas, terão de ser votados por este Conselho.

Então, vamos apreciar, primeiro, o da funcionária, que é um requerimento mais simples.

Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento nº 10 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de colocar em votação, concedo a palavra ao relator para se pronunciar sobre esse requerimento das provas técnicas do representado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, antes de me pronunciar sobre o requerimento, gostaria de solicitar a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos integrantes do corpo funcional do Conselho de Ética, que seja feita a juntada do relatório final da CPI dos Bingos por ser uma peça que estamos utilizando na elaboração do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a será atendido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sobre o pedido de perícia nos documentos de áudio que são objeto da Operação Monte Carlo, gostaria de colocar o que se segue: o Senador Demóstenes Torres, ora representado, invocando o direito à ampla defesa, requereu a este Conselho de Ética, em sua peça de defesa prévia, a produção de diversas provas técnicas relativas a todos os dados brutos das gravações envolvendo a sua pessoa, que resultaram nos arquivos de áudio obtidos no âmbito da Operação Monte Carlo, armazenados no sistema guardião da Polícia Federal.

Em primeiro lugar, importa esclarecer que, embora não tenham sido objeto de apreciação como elemento de convicção na análise inicial do mérito da Representação nº 1, de 2012, consoante os termos do relatório preliminar aprovado por unanimidade por este Conselho, no dia 8 de maio de 2012, referidos arquivos de áudio da Operação Monte Carlo tiveram seu conteúdo exposto e debatido pelo Senador Demóstenes Torres em seu depoimento pessoal prestado a este órgão, no dia 29 de maio de 2012, bem como em resposta aos questionamentos de seus pares.

Na oportunidade, o próprio Senador Demóstenes Torres admitiu ser dele a voz das gravações em grande parte, como se pode conferir à folha 67 das notas taquigráficas da reunião.

Por outro lado, na discussão do mérito, tem-se que o representado não fundamentou o pedido com a alegação de qualquer fato que pudesse levantar suspeita de mácula sobre a idoneidade dos tais arquivos de áudio, ainda que todos os arquivos fossem imprescindíveis para o deslinde do processo disciplinar em questão.

Ora, direito à ampla defesa não pode ser confundido com o abuso ao direito no processo. Daí porque os três diplomas legais expressamente mencionados no art. 26-b do Código de Ética e Decoro Parlamentar, Resolução nº

20, de 1993, do Senado Federal, como subsidiários ao processo disciplinar desta Casa, trazem claras limitações nesse sentido. O primeiro deles, a Lei do Processo Administrativo, Lei nº 9.784, de 1999, admite, no § 2º do seu art. 38, a recusa de provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Para distinguir as diligências necessárias à apuração dos fatos daquelas meramente procrastinatórias ao fundamentar a decisão que as acolhe ou rejeita, é necessário verificar em que medida as provas interferirão na convicção dos julgadores e se possuem, ao tempo de sua requisição, o necessário embasamento e justificativa.

Por sua vez, o Código de Processo Penal, no § 1º do seu art. 400, estatui a possibilidade de o juiz indeferir as provas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias. Além disso, esse mesmo diploma legal, especialmente no que diz respeito à prova pericial, estatui no seu art. 184 que “salvo no caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes quando não for necessário o esclarecimento da verdade”.

A propósito, existem abundantes precedentes jurisprudenciais nesse sentido, como ilustram as seguintes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça de São Paulo, respectivamente:

“prova perícia laudo firmado por um único perito oficial, nulidade afastada se o exame era desnecessário, inteligência do art. 184 do Código do Processo Penal, tratando-se de exame desnecessário à luz do que preceitua o art. 184 do Código de Processo Penal, em face da existência de outras provas, não há cogitar-se da sua nulidade, a pretexto de o respectivo laudo haver sido firmado por um único perito oficial (Habeas Corpus nº 76.625/1-SP-2ª Turma), julgado em 28 de agosto de 98, Relator Ministro Maurício Corrêa.”

Além desse:

“cerceamento de defesa, inoccorrência, crime de atentado violento ao pudor, indeferimento de perícia, admissibilidade, exame que, salvo de corpo de delito, depende de sua necessidade para o esclarecimento da verdade, aferição sobre tal importância que é do arbítrio do juiz, inteligência do art. 184 do Código de Processo Penal. A realização da perícia em crime de atentado violento ao pudor, salvo o exame de corpo de delito depende da necessidade daquela prova para o esclarecimento da verdade, e tal aferição é do arbítrio do juiz, não importando em cerceamento de defesa o seu indeferimento, nos termos do art. 184 do Código de Processo Penal (Apelação nº 274.762-2/2-00, 2ª Câmara Extraordinária) julgada em 26 de março de 2002, Relator Desembargador Armando Toledo.”

Em acréscimo, é importante também conferir a seguinte ementa de acórdão prolatado pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça:

“RHC. Processo Penal. Habeas Corpus. Defesa.

O réu tem direito ao exercício da defesa plena, pode, por isso, requerer o que lhe for útil à sua defesa. O juiz, todavia, Presidente do processo, pode indeferir realização de provas, caso entenda procrastinatório. Defesa não se confunde com o exercício abusivo do direito. RHC 4187/BA, Relator Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, publicado no Diário da Justiça da União, de 6 de novembro de 1995, página 37.594.

No que tange ao Código de Processo Civil, o parágrafo único do seu art. 420 adota essa mesma linha de não permitir o abuso do direito no processo, quando prevê a possibilidade de o juiz indeferir a perícia nos seguintes casos:

- 1. a prova do fato não depender do conhecimento especial do técnico;*
- 2. for desnecessária em vista de outras provas produzidas;*
- 3. a verificação for impraticável."*

Enfim, não há dúvida de o nosso ordenamento jurídico, ao cuidar do direito à prova, nele englobou o poder de exclusão das provas inadmissíveis, impertinentes, protelatórias ou irrelevantes.

Sendo assim, ainda que os arquivos de áudio objeto do requerimento das perícias requeridas pelo representado pudessem ser, efetivamente, considerados úteis em algum momento do processo, não haveria que se falar em cerceamento de defesa, se a lei deixa ao prudente arbítrio desta Comissão a realização da prova pericial, e esta fundamentadamente indefere o pedido com o objetivo de evitar a realização de perícias desnecessárias, impertinentes e procrastinatórias, quando inexistente qualquer fato que coloque em dúvida ou suspeita os elementos atinentes aos arquivos de áudio em apreço.

Ficam, portanto, despidos de relevância e utilidade os meios de prova ou diligências que não tragam qualquer proveito ou não sirvam aos fins do processo, denotando os requerimentos do Senador Demóstenes Torres, pedido que pode acarretar grave comprometimento da função fisiológica da prova, suscetível de prejudicar o próprio desenrolar cognitivo do processo, de maneira que, ao deferi-lo, teríamos que aguardar por um longo e indefinido período a conclusão dos exames técnico periciais requeridos pelo representado.

Por tais razões, opinamos pelo indeferimento das provas técnicas requeridas pelo Senador Demóstenes Torres em sua defesa prévia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Portanto, o Senador Humberto Costa profere um voto totalmente contrário à aprovação desse requerimento, solicitado pela defesa, de perícia técnica, e fundamenta o seu voto em várias decisões judiciais no ordenamento jurídico do nosso País, jurisprudências já firmadas pelos nossos tribunais, de que, em determinados casos, requerimentos semelhantes podem ser considerados meramente procrastinatórios, isto é, retardando o andamento do processo.

Irei encaminhar a votação desse requerimento, mas antes concedendo a palavra aos Senadores que desejem se pronunciar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu também, na mesma linha do relator, avalio que nós temos, neste processo, de abrir todas as condições de defesa, porém, tendo um cuidado para a gente não entrar em um caminho de que, depois, não se saiba como sair.

Eu acredito que, em se tratando de uma Comissão que investiga não o aspecto criminal, mas a parte da ética, do decoro, enfim, tem sustentação o requerimento do Relator da não necessidade, realmente, dessa forma de perícia, enfim.

Então, por essa razão, a minha posição, aqui, é favorável a que se aprove a orientação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Continua franqueada a palavra aos Senadores membros deste Conselho. (Pausa.)

Como nenhum Senador deseja mais se pronunciar, pede a palavra, e eu a concedo neste momento, o representante da defesa, Dr. Marcelo Turbay, a quem concedo a palavra pelo tempo regimental.

O SR. MARCELO TURBAY FREIRIA – Obrigado, Excelência.

Exmº Sr. Presidente, na pessoa de quem cumprimento o ilustríssimo Sr. Relator, Srs. Senadores, pois bem, a partir da leitura do voto do eminente Relator acerca do requerimento da defesa de produção de prova, a defesa queria fazer apenas algumas breves considerações, Excelência.

A primeira delas é a seguinte... À época da apresentação da defesa preliminar, os requerimentos existiam com o seguinte objetivo: era tão simplesmente que a defesa pudesse ter acesso aos áudios originais que foram mencionados na representação subscrita pelo PSOL, para que, uma vez tendo acesso a esses áudios, pudesse efetivar uma perícia.

De lá para cá, a defesa cuidou de chamar um assistente técnico – inclusive, está aqui presente, hoje, na sessão –, e ele tem-se debruçado, mesmo que não sobre os áudios originais, mas a partir das cópias cedidas pelo Supremo Tribunal Federal. Ele tem-se debruçado, dia após dia, nessas escutas, nessas interceptações, nas transcrições, e tem percebido, como o próprio Senador já citou em depoimento, que há uma série de supressões de tempo, há uma série de transcrições equivocadas de diálogos, inclusive, há, também, uma série de edições. Inclusive, alguns diálogos começam com determinados interlocutores e finalizam com interlocutores diferentes. Então, isso chamou a atenção da defesa.

A defesa, rendendo homenagens ao eminente Relator, ousa trazer uma pequena discordância no seguinte sentido: as provas podem vir a ser pertinentes a partir do momento em que a defesa tenha oportunidade de aprofundar essa análise, tenha oportunidade de pegar esses diálogos, essas transcrições e, realmente, de fazer uma perícia aprofundada, demonstrando, assim, que há, sim, graves e sérios indícios de supressão de tempo, de edições de diálogos, que podem vir a influenciar não apenas o convencimento dos dignos Senadores que compõem o Conselho, mas também, eventualmente, vir a causar uma nulidade de um eventual processo judicial, inclusive do próprio Supremo Tribunal Federal.

Então, é uma preocupação recorrente da defesa, já era uma preocupação à época da apresentação da defesa e sobretudo agora, a partir do momento em que nosso assistente técnico pôde iniciar uma análise preliminar desses áudios.

Então, gostaria de submeter, a defesa vem submeter essa preocupação a este colendo Conselho, deixando claro que, na verdade, a intenção

daqueles requerimentos era tão simplesmente que a defesa pudesse ter acesso a esses documentos originais e, assim, aprofundar e, assim, efetivar a realização desses exames.

Inclusive, na CPI, durante a oitiva dos delegados da Polícia Federal, o Senador Pedro Taques fez uma consideração que eu, particularmente, considero absolutamente pertinente, no seguinte sentido: seria necessário que a Polícia Federal encaminhasse à CPI o HD original constante do Guardião, esse HD contendo as conversas efetivamente gravadas, porque o material que chegou hoje, o material que chegou ao conhecimento do Supremo, chegou ao conhecimento da CPI e do Conselho de Ética, na verdade, são áudios compactados, que não permitem uma análise aprofundada, que não permitem esse exame que pode vir a constatar, como já identificamos, que há indícios graves de irregularidades: supressão de conversas, edição de conversas, diálogos que estão transcritos de forma equivocada.

Então, com essas considerações, a defesa vem reiterar a importância de se conceder essa produção de provas. Se não for possível, Excelência, talvez a perícia em relação a todos os áudios, mas talvez exclusivamente em relação aos áudios que constam da representação do PSOL e que constem do relatório do eminente relator Humberto Costa.

Então, são essas as considerações, agradecendo a oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria de opinar acerca desse assunto.

O Conselho de Ética é um conselho que não investiga a prática de crimes. Esse assunto está mais afeto à Justiça e à CPML. E, inclusive, dispõe do poder de tomar atitudes que não são típicas do Conselho, como, por exemplo, abertura do sigilo bancário, fiscal ou telefônico, que são atribuições não típicas, não permitidas ao Conselho de Ética. Aqui, o que se busca é, através de uma investigação pormenorizada, baseada em documentos, baseada em depoimentos, verificar se o representado cometeu alguma conduta lesiva ao decoro parlamentar.

O relator se manifesta satisfeito, ao indeferir esse requerimento, com as provas até agora colhidas com relação ao processo tipicamente da alçada deste Conselho, que é a investigação sobre a conduta do Senador Demóstenes Torres, sobre o decoro parlamentar. Agora, se ele já se considera satisfeito com o que colheu até agora e apresenta argumentos ponderáveis de que a aprovação deste requerimento poderia retardar o seu relatório, é aconselhável que este Conselho se detenha sobre esta preocupação do relator, muito embora devamos respeitar toda e qualquer solicitação de prova que seja requerida pela defesa, a exemplo de tantas solicitações que foram aqui atendidas, não só pela presidência, como pelo próprio Conselho.

Mas o relator manifestou interesse em falar. Concedo, mais uma vez, a palavra a V. Ex^a, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Serei rápido aqui, saudando respeitosamente o advogado de defesa, Dr. Marcelo Turbay, para dizer que, no meu ponto de vista, o presidente do Conselho foi muito feliz ao dizer que

eu me sinto plenamente satisfeito em termos de ter as condições para elaborar o meu relatório com tudo o que, até o presente momento, foi produzido.

Aliás, talvez a principal fonte para a elaboração deste relatório seja o próprio depoimento que foi prestado pelo Senador Demóstenes Torres, no último dia 29, quando ele assumiu, em várias situações, que a voz que consta das gravações são dele. Ele assumiu diálogos vários que eram relatados pelas gravações que se tornaram públicas. E assumiu o conteúdo de vários desses diálogos também.

Assim, concordo plenamente com o que foi dito pelo Presidente no sentido de que, na verdade, não estamos aqui em busca de provas para um processo penal, mas tão somente provas que apontem sobre a quebra ou não do decoro parlamentar. E acho que já temos elementos suficientes para definir se houve ou não essa quebra.

Então, muito respeitosamente, reafirmo aqui a minha posição de considerar desnecessária essa gravação, essa gravação não, essa produção de perícia sobre os textos gravados ou em áudio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos submeter à votação o requerimento da defesa sobre as chamadas provas técnicas ou perícia.

Senador Eunício Oliveira, estamos colocando agora em votação o requerimento da iniciativa da defesa do representado, Senador Demóstenes Torres, pedindo a realização de perícias. O Relator deu um voto contrário à aprovação desse requerimento das perícias, alegando, entre outras coisas, que iria retardar a apresentação do seu relatório. Seria, portanto, um requerimento procrastinatório.

Sendo assim, neste momento, quero submeter à votação do requerimento da defesa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. E aqueles que rejeitam queiram levantar o braço. *(Pausa.)*

Aqueles que rejeitam o requerimento da defesa podem levantar o braço. *(Pausa.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, não está claro aqui...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está claro. Eu disse que aqueles que rejeitam o requerimento da defesa levantem o braço.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Se você concorda com o Relator, levanta o braço. Quem concorda com o Relator, levanta o braço. Assim é muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Cyro Miranda, concorda com o Relator? *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves? *(Pausa.)*

Então, rejeitado o requerimento.

O requerimento aprovado nesta reunião, de autoria do Senador Humberto Costa, sobre a servidora Kenya, tomou o número 17 e não o número 10, como foi anunciado.

Quero convocar uma reunião do Conselho para a próxima terça-feira, às 14h30, tendo em vista que pela manhã está prevista a ouvida na CPMI do Governador Marconi Perillo, de Goiás. Portanto, será aconselhável que façamos às 14h30 da terça-feira a reunião do Conselho.

Nessa reunião do Conselho, tomaremos decisões importantes, como, por exemplo, o agendamento da apresentação e da votação do relatório, além da votação, se for o caso, de requerimentos que forem apresentados pelo Senador Humberto Costa ou pela defesa.

Na próxima terça-feira também ouviremos a opinião não só do Senador Humberto Costa, como um dos membros deste Conselho, sobre o agendamento da leitura do relatório. Na próxima terça-feira o Relator dirá ou não se já tem condições de apresentar o relatório.

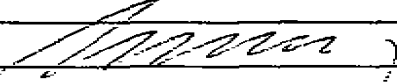
Documentos pertinentes à 14ª Reunião de 2012 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

1. Lista de Presença (1 fl.);
2. Lista de Presença dos Senadores não membros do Conselho (1 fl.);
3. Petição subscrita pelos advogados do representado, Dr. Antônio Carlos de Almeida Castro e Dr. Marcelo Turbay Freiria, solicitando a degravação do depoimento prestado pelo Senador Demóstenes Torres, na 13ª Reunião do Conselho, bem como conteúdo em formato de áudio (1 fl.);
4. Ofício - 00217/2012-GSHCST, do Senador Humberto Costa, Relator da Representação, solicitando cópia das notas taquigráficas da 13ª Reunião deste Conselho (1 fl.);
5. Ofício - 00219/2012-GSHCST, do Senador Humberto Costa, Relator da Representação, solicitando a reiteração dos Requerimentos nºs 13 e 14, de 2012-CEDP (1 fl.);
6. Ofício - 00218/2012-GSHCST, do Senador Humberto Costa, Relator da Representação nº 1, de 2012, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2012-CEDP, votado e aprovado como Requerimento nº 17, de 2012-CEDP (1 fl.);
7. Documento lido pelo Relator da Representação nº 1, de 2012, Senador Humberto Costa, sobre o pedido da defesa de perícia nos documentos de áudio objetos da Operação "Monte Carlo" (6 fls.);

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
14ª REUNIÃO DE 2012

Em 05 de junho de 2012, terça-feira, às 10h, no Plenário nº 03 da Ala Senador
Alexandre Costa

LISTA DE PRESENÇA

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira 	1.
João Alberto Souza	2. Vago

Renan Calheiros	3. Vago
Romero Jucá	4. Vago
PT	
Humberto Costa <i>Humberto Costa</i>	1. Aníbal Diniz <i>Aníbal Diniz</i>
Wellington Dias <i>Wellington Dias</i>	2. Walter Pinheiro
José Pimentel <i>José Pimentel</i>	3. Ângela Portela <i>Ângela Portela</i>
PSDB	
Mário Couto	1. Paulo Bauer
Cyro Miranda <i>Cyro Miranda</i>	2. Vago
PTB	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
DEM	
Jayme Campos	1. Maria do Carmo Alves
PR	
Vicentinho Alves	
PP	
Ciro Nogueira <i>Ciro Nogueira</i>	
PDT	
Acir Gurgacz <i>Acir Gurgacz</i>	
PSB	
Antonio Carlos Valadares <i>Antonio Carlos Valadares</i>	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Vital do Rêgo	

LISTA DE PRESENÇA - SENADORES NÃO MEMBROS DO CONSELHO

SENADOR	Assinatura
SÉRGIO SOUSA	<i>Sérgio Sousa</i>
	//

Visto: *[Assinatura]*

Brasília, 05 de junho de 2012

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

Representação nº 1/2012

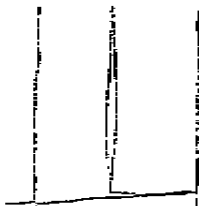
DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seus advogados, requerer que seja realizada a dégravação do depoimento prestado pelo Senador ora peticionário perante este digno Conselho no último dia 29 de maio.

Requer, outrossim, seja fornecida à defesa cópia do referido depoimento degravado, bem como do seu conteúdo em formato de áudio.


É a presente, ainda, para requerer a juntada dos documentos anexos, todos mencionados no depoimento do Senador perante este Conselho.

Termos em que,
pede deferimento.

Brasília, 30 de maio de 2012.



Antônio Carlos de Almeida Castro
OAB/DF - 4.107



Marcelo Turbay Freiria
OAB/DF - 22.956

Ofício – 00217/2012– GSHCST

Em 30 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar que sejam disponibilizadas as notas taquigráficas provenientes da reunião do dia 29 de maio do corrente, na qual o senhor Senador Demóstenes Torres prestou esclarecimentos neste Conselho.

Atenciosamente,



Senador HUMBERTO COSTA

Ofício – 00219/2012– GSHCST

Em 30 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para reiterar os Requerimentos nº. 13 e 14, de 2012, solicitando a complementação das informações prestadas, com o objetivo da Empresa SETE repassar a este Conselho o nome das pessoas que foram transportadas nos voos citados no documento enviado por eles à este Conselho.

Ressalta-se que qualquer empresa aérea, conforme Instrução da Aviação Civil – IAC 200-1001 (anexo), da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, é obrigada a solicitar de cada passageiro embarcado em voo doméstico ou internacional o nome completo por extenso.

Sendo o que se apresenta, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Senador HUMBERTO COSTA

Ofício – 00218/2012– GSHCST

Em 30 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, utilizo-me deste instrumento para reiterar o Requerimento nº. 10/2012, através do qual se solicita, aos órgãos administrativos desta Casa, o histórico funcional da servidora KENYA VANESSA RIBEIRO, Assistente Parlamentar, matrícula 214520 e dos demais servidores lotados no Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria, no período de 1º de fevereiro de 2003 a 28 de março de 2012.

Sendo o que se apresenta, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Senador HUMBERTO COSTA

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**REPRESENTAÇÃO Nº 01/2012****SOBRE O PEDIDO DA DEFESA DE PERÍCIA NOS DOCUMENTOS
DE ÁUDIO OBJETOS DA OPERAÇÃO “MONTE CARLO”**

O Senador Demóstenes Torres, ora Representado, invocando o direito à ampla defesa, requereu a este Conselho de Ética, em sua peça de defesa prévia, a produção de diversas provas técnicas relativas a todos os dados brutos das gravações envolvendo a sua pessoa, que resultaram nos arquivos de áudio obtidos no âmbito da operação *Monte Carlo*, armazenados no *Sistema Guardião* da Polícia Federal.

Em primeiro lugar, importa esclarecer que, embora não tenham sido objeto de apreciação como elemento de convicção na análise inicial do mérito da Representação nº 01, de 2012, consoante os termos do relatório preliminar aprovado por unanimidade por este Conselho no dia 08/05/2012, referidos arquivos de áudio da operação *Monte Carlo* tiveram seu conteúdo exposto e debatido pelo Senador Demóstenes Torres em seu depoimento pessoal prestado a este Órgão no dia 29 de maio de 2012, bem como em resposta aos questionamentos de seus pares.

Na oportunidade, o próprio Senador Demóstenes Torres admitiu ser dele a voz das gravações “em grande parte”, como se pode conferir à folha 67 das notas taquigráficas da reunião.

Por outro lado, na discussão de mérito, tem-se que o Representado não fundamentou o pedido com a alegação de qualquer fato que pudesse levantar suspeita de mácula sobre a idoneidade dos tais arquivos de áudio, ainda que todos os arquivos fossem imprescindíveis para o deslinde do processo disciplinar em questão.

Ora, direito à ampla defesa não pode ser confundido com o abuso ao direito no processo, daí porque os três diplomas legais expressamente mencionados no art. 26-B do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal) como subsidiários ao processo disciplinar nesta Casa trazem claras limitações nesse sentido.

O primeiro deles, a Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), admite, no § 2º do seu art. 38, a recusa de *“provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias”*.

Para distinguir as diligências necessárias à apuração dos fatos daquelas meramente procrastinatórias, ao fundamentar a decisão que as acolhe ou rejeita, é necessário verificar em que medida as provas interferirão na convicção dos julgadores e se possuem, ao tempo de sua requisição, o necessário embasamento e justificativa.

Por sua vez, o Código de Processo Penal, no § 1º do seu art. 400, estatui a possibilidade de *“o juiz indeferir as [provas] consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias”*.

Além disso, esse mesmo diploma legal, especialmente no que diz respeito à prova pericial, estatui, no seu art. 184, que, *“salvo no caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade”*.

A propósito, existem abundantes precedentes jurisprudenciais nesse sentido, como ilustram as seguintes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça de São Paulo, respectivamente:

“PROVA – PERÍCIA – LAUDO FIRMADO POR UM ÚNICO PERITO OFICIAL – NULIDADE AFASTADA SE O EXAME ERA DESNECESSÁRIO – INTELIGÊNCIA DO ART. 184 DO CPP. Tratando-se de exame desnecessário à luz do que preceitua o art. 184 do CPP, em face da existência de outras provas, não há cogitar-se da sua nulidade a pretexto de o respectivo laudo haver sido firmado por um único perito oficial. (Habeas Corpus nº 76.625-1-SP – 2ª Turma – julgado em 28/08/1998 – Relator Ministro Maurício Corrêa – RT 759/543)”

“CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – CRIME DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR – INDEFERIMENTO DE PERÍCIA – ADMISSIBILIDADE – EXAME QUE, SALVO O DE

CORPO DE DELITO, DEPENDE DE SUA NECESSIDADE PARA O ESCLARECIMENTO DA VERDADE – AFERIÇÃO SOBRE TAL IMPORTÂNCIA QUE É DO ARBÍTRIO DO JUIZ INTELIGÊNCIA DO ART. 184 DO CPP. A realização de perícia em crime de atentado violento ao pudor, salvo o exame de corpo de delito, depende da necessidade daquela prova para o esclarecimento da verdade, e tal aferição é do arbítrio do juiz, não importando em cerceamento de defesa o seu indeferimento, nos termos do art. 184 do CPP. (Apelação nº 274.762-2/2-00 – 2ª Câmara Extraordinária – julgada em 26/03/2002, Relator Desembargador Armando Toledo – RT 802/549)”

Em acréscimo, é importante também conferir a seguinte ementa de acórdão prolatado pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça:

“RHC. Processual penal. “Habeas corpus”. Defesa. O réu tem direito ao exercício da defesa plena; pode, por isso, requerer o que lhe for útil à sua defesa. O juiz, todavia, presidente do processo, pode indeferir realização de provas, caso entenda procrastinatório. Defesa não se confunde com exercício abusivo do direito”. (RHC 4187/BA, Rel. Min. Luiz Vicente Cernichiaro, publicado no DJU de 06/11/1995, p. 37.594)”

No que tange ao Código de Processo Civil, o parágrafo único do seu art. 420 adota essa mesma linha de não permitir o abuso do direito no processo, quando prevê a possibilidade de o juiz indeferir a perícia nos casos em que *“I – a prova do fato não depender do conhecimento especial do técnico; II – for desnecessária em vista de outras provas produzidas; III – a verificação for impraticável”*.

Enfim, não há dúvida de que o nosso ordenamento jurídico, ao cuidar do direito à prova, nele englobou o poder de exclusão das provas inadmissíveis, impertinentes, protelatórias ou irrelevantes.

Sendo assim, ainda que os arquivos de áudio objeto do requerimento das perícias requeridas pelo Representado pudessem ser efetivamente considerados úteis em algum momento do processo, não haveria que se falar em cerceamento de defesa se a lei deixa ao prudente arbítrio dessa Comissão a realização da prova pericial, e esta, fundamentadamente, indefere o pedido, com o objetivo de evitar a realização de perícias desnecessárias, impertinentes e procrastinatórias, quando inexistente qualquer fato que coloque em dúvida ou suspeita os elementos atinentes aos arquivos de áudio em apreço.

Ficam, portanto, despidos de relevância e utilidade os meios de prova ou diligências que não tragam qualquer proveito ou não sirvam aos fins do processo, denotando os requerimentos do Senador Demóstenes Torres pedido que pode acarretar grave comprometimento da função fisiológica da prova, suscetível de prejudicar o próprio desenrolar cognitivo do processo, de maneira que, ao deferi-lo, teríamos

que aguardar por um longo e indefinido período a conclusão dos exames técnico-periciais requeridos pelo Representado.

Por tais razões, opinamos pelo indeferimento das provas técnicas requeridas pelo Senador Demóstenes Torres em sua defesa prévia.

Brasília, de junho de 2012.



Senador HUMBERTO COSTA - Relator

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (14ª Reunião) 05/06/2012

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE)
Está encerrada esta reunião.

Convocada para terça-feira a próxima.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.)

ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 571, DE 2012, ADOTADA EM 25 DE MAIO DE 2012, PUBLICADA NO DIA 28 E RETIFICADA EM 29 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA; ALTERA AS LEIS NºS 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, E 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006; REVOGA AS LEIS NºS 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E 7.754, DE 14 DE ABRIL DE 1989, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia cinco de junho de dois mil e doze, na Sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Luiz Henrique, reúne-se a Comissão Mista da MPV 571, de 2012, com a presença da Senadora Ana Amélia; dos Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, José Pimentel, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Blairo Maggi, Eduardo Braga, Wellington Dias, Anibal Diniz e Inácio Arruda; da Deputada Jô Moraes; dos Deputados Bohn Gass, Márcio Macedo, Edinho Araújo, Paulo Piau, Luis Carlos Heinze, Sarney Filho, Nelson Marquzezelli, Carlos Zarattini, Celso Maldaner, Carlos Magno e Alexandre Leite; e, de parlamentar não membro, do Deputado Reinhold Stephanes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e, ato contínuo, Sua Excelência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Bohn Gass e Senador Jorge Viana, para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Após submeter as manifestações das Lideranças ao Plenário, o Senhor Presidente eventual proclama o resultado por aclamação e, concedendo a palavra ao Senhor Presidente eleito, Deputado Bohn Gass, este designa as relatorias a cargo dos Senadores Luiz Henrique e Deputado Edinho Araújo, respectivamente investidos na função de Relator e Relator Revisor. A seguir, o Deputado Bohn Gass é convidado a apresentar suas expressões inaugurais. Fizeram uso da palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, Luiz Henrique, Waldemir Moka e Jorge Viana; a Deputada Jô Moraes; e, Deputados Lira Maia, Celso Maldaner, Luiz Carlos Heinze, Márcio Macedo, Nelson Marquzezelli, Reinhold Stephanes, Paulo Piau, Sarney Filho e Edinho Araújo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Sérgio da Fonseca Braga, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador Luiz Henrique, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador Luiz Henrique
Presidente eventual

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
12/06/2012
terça-feira

15h30 Reunião de Líderes
Sala de Audiências

16h Ordem do Dia
Plenário

18h30 Cerimônia de posse da Ministra Rosa Weber, no cargo de Ministra
Substituta do Tribunal Superior Eleitoral
Gabinete da Presidência do TSE
Sector de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
S/PARTIDO - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

***. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,14)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁸⁾	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(4,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (S/PARTIDO-GO) ^(3,19)	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁸⁾	
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽⁵⁾	1. Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (Of. nº 119/2011-GLDBAG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (Of. nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
19. Em 26.04.2012, foi lido expediente do Senador Demóstenes Torres comunicando ter deixado de integrar, a partir de 03.04.2012, a bancada do Partido Democratas - DEM.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾
RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

Prazo prorrogado: 24/06/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

*****. Em 22.05.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012/GMGD, de 9.05.2012, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por trinta dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 22.05.2012.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECF, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 061 33033501

E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

***. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (Of. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (Of. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (Of. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO
DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL (26)

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
VAGO ⁽²⁴⁾	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
 2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
 3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
 6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
 7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
 8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
 11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
 13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
 15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
 19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
 20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
 22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
 23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
 25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(8,10)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Roberto Requião (PMDB) ^(2,4,16,21,28,40)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,17,40)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16,37,40,47)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,16,40)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16,40)
Renan Calheiros (PMDB) ^(21,40)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) ^(11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão ^(41,42,43)	1. Kátia Abreu ^(30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,32,42,46)	2. VAGO ^(46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(31,34,43,46)	4. VAGO ^(46,49)
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. VAGO ^(46,49)
Romero Jucá (PMDB) ^(46,49)	6. VAGO ^(23,46,49)
Valdir Raupp (PMDB) ^(46,49)	7. VAGO ^(11,46)
Waldemir Moka (PMDB) ^(46,49)	8. ⁽⁴⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ^(46,49)	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,27)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁷⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,26)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,27)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).

6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(2,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

2. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁹⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹²⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
Vicentinho Alves (PR) ^(11,17)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

17. Em 30.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 177/2012/CMA e OF. Nº 054/2012/GLBUF/SF).

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
VAGO ^(2,13,28,29,30,41)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(31,34,42)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(7,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ^(19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).

10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).

12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾
PSD	
Kátia Abreu ^(28,31)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (OF. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (OF. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI n° 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(4,5)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).

2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).

3. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

4. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).

5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,24,28,32,36)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
VAGO ^(22,23,24,26,31)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoría (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,10)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
11. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO ^(28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO ^(26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁴⁾
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³³⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozanildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,18)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽²⁾
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 30/05/2012**Notas:**

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (S/PARTIDO/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(9,16)
PT
Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
VAGO ^(8,14,15)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) (7)
PSD
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
VAGO ^(11,21,22)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,20)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PSD

PPS**PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 26/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of.ºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
22. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾
DEM
PR
Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾
PSB
João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾
PSC
PSD

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPB n° 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽³⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSC**PSD**

Kátia Abreu (TO) ⁽⁸⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁷⁾

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO ²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor ⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público ou relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-20**Designação da Comissão:** 14-12-20**Instalação da Comissão:** 8-2-20**Prazo final da Comissão:** 19-8-20**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8 e 12}	1.
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ³
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes**COMPOSIÇÃO****Presidente:** _____**Vice-Presidente:** _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo ¹¹	Manuela D'ávila ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 236 páginas
(OS: 12568/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

